

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP

Juliana Aparecida Cobuci Pereira

**O Serviço Social na assessoria às famílias de Barra Longa/MG
atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em
Mariana/MG: análise da contribuição da profissão.**

Doutorado em Serviço Social

São Paulo

2025

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP

Juliana Aparecida Cobuci Pereira

**O Serviço Social na assessoria às famílias de Barra Longa/MG
atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em
Mariana/MG: análise da contribuição da profissão.**

Doutorado em Serviço Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social sob a orientação da Prof.(a), Dr.(a) Maria Carmelita Yazbek.

São Paulo
2025

Juliana Aparecida Cobuci Pereira

**SERVIÇO SOCIAL E ASSESSORIA TÉCNICA: A EXPERIÊNCIA JUNTO ÀS
PESSOAS ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM
BARRA LONGA/MG.**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social sob a orientação da Profa., Dra. Maria Carmelita Yazbek.

Aprovada em: / /

Banca Examinadora:

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas atingidas que lutam incansavelmente pela reparação integral e que sofrem cotidianamente os efeitos dos crimes de rompimento de barragens. Em especial dedico este trabalho às pessoas atingidas de Barra Longa/MG que me ensinaram como a luta transforma e às/aos assistentes sociais que seguem, apesar de todas as adversidades, na construção do projeto profissional que busca contribuir na construção de outra sociedade, sem exploração.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo financiamento da bolsa parcial do Doutorado (código de financiamento 001), sob o processo n. 88887.630582/2021-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – processo número 88887.630582/2021-00”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Thiago pelo apoio e compreensão durante a escrita deste trabalho. Você foi fundamental para que eu conseguisse realizar o doutorado. Nos vários momentos de incerteza foi você quem me disse que eu conseguiria.

Agradeço à Verônica pela amizade e generosidade das reflexões sobre a contribuição do presente esforço de estudo. Sua reflexão sobre o nosso trabalho em Barra Longa incentivaram a decisão de escrever sobre a experiência de trabalho mais marcante que vivenciei até aqui.

Agradeço à Taci e Laís pela amizade e apoio no momento de maior dificuldade de escrita. Obrigada por segurarem a minha mão. Agradeço ainda à Laís pela amizade, pela generosidade de compartilhar os canais para acesso às fotos e a lembrança de informações importantes que não poderiam faltar neste trabalho.

Agradeço à Miriam pela generosidade da partilha, amizade e apoio ao longo de todo o Doutorado.

Agradeço à Lina pela amizade e generosidade.

Agradeço à minha mãe, Terezinha, que mesmo com inúmeras dificuldades passou um ano conosco nos ajudando com a Marina e permitindo que eu conciliasse trabalho, estudo e maternidade.

Agradeço a minha querida, Marina. O seu sorriso e olhar alegre foram o grande incentivo para eu finalizar este trabalho.

Agradeço à minha orientadora professora Carmelita pela compreensão das minhas limitações e pela atenção e profissionalismo na minha orientação. Desde o início foi uma alegria e uma honra tê-la como orientadora.

Agradeço à professora Maria Lúcia Martinelli pelo olhar sensível e apurado em relação ao meu tema de estudo. As reflexões que tive acesso nas suas disciplinas foram fundamentais para o aprimoramento da minha reflexão.

Agradeço a Professora Alexandra Eiras pelo diálogo fundamental da banca de qualificação que contribuiu muito para o avanço deste estudo e pela contínua interlocução, desde a graduação. Você é um exemplo profissional e pessoal para mim.

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.
Entre estatais
E multinacionais,
Quanto ais!
A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.
Quanta toneladas exportamos
de ferro?
Quanta lágrimas disfarçamos
sem berro?
“Lira Itabirana”
Carlos Drummond de Andrade (1984)

Resumo

Esta tese analisa a experiência de trabalho do Serviço Social na assessoria técnica dos atingidos e das atingidas de Barra Longa/MG pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, ocorrido em 2015. Buscamos destacar a relação com o projeto ético-político do Serviço Social. A análise privilegia a esfera do processamento do trabalho e neste sentido considera o processo no qual se colocou o trabalho das profissionais, as condições e relações de trabalho e o conteúdo acionado pelas técnicas para elaboração das respostas profissionais. O principal objetivo do estudo é destacar as determinações presentes no trabalho das profissionais que permitem identificar ou evidenciar o vínculo entre o trabalho e o projeto profissional crítico a partir da experiência de trabalho do Serviço Social na assessoria de técnica de Barra Longa/MG. Assim, buscamos descrever a experiência de trabalho do Serviço Social na assessoria técnica, identificar os limites e as possibilidades ao trabalho crítico do Serviço Social na experiência em questão e, finalmente, analisar a contribuição do Serviço Social na assessoria técnica da população atingida. A análise das entrevistas realizadas com profissionais do Serviço Social que compuseram a equipe da assessoria técnica apontam que a contribuição da profissão na experiência esteve ligada ao processo mobilização e qualificação das informações levadas as pessoas atingidas e quanto aos limites do trabalho as profissionais apontaram a intensidade do trabalho, a pandemia e a judicialização da reparação.

Palavras-chave: Serviço Social; projeto ético-político; processamento do trabalho; assessoria técnica, rompimento de barragem; pessoas atingidas.

Abstract

This thesis analyzes the work experience of Social Work in the technical advisory of those affected in Barra Longa/MG by the collapse of the Fundão dam in Mariana/MG, which occurred in 2015. We aim to highlight the connection with the ethical-political project of Social Work. The analysis focuses on the sphere of work processing and, in this sense, considers the process in which the professionals' work was situated, the working conditions and relationships, and the content employed by the professionals to develop their professional responses. The main objective of the study is to highlight the determinations present in the professionals' work that allow for identifying or evidencing the link between the work and the critical professional project, based on the work experience of Social Work in the technical advisory in Barra Longa/MG. Thus, we aim to describe the Social Work experience in the technical advisory, identify the limits and possibilities for critical Social Work in this context, and, finally, analyze the contribution of Social Work in the technical advisory of the affected population. The analysis of interviews conducted with Social Work professionals who were part of the technical advisory team indicates that the profession's contribution to this experience was related to the process of mobilizing and qualifying the information provided to the affected people. As for the limitations of the work, the professionals pointed to the intensity of the work, the pandemic, and the judicialization of the reparations process.

Keywords: Social Work; ethical-political project; work processing; technical advisory; dam collapse; affected people.

LISTA DE SIGLAS

ABEPS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

AEDAS – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

AGERH - Agência Estadual de Recursos Hídricos

ANA – Agência Nacional de Águas

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CENIMA - Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFESS – Conselho federal de serviço social

CLT – Consolidação das leis do trabalho

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

COVID – 19 - Coronavírus

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DPMG - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

MAB – Movimento dos atingidos por barragem

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

MPF - Ministério Público Federal

MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra

PCTRAMA - Povos e Comunidades de Tradição Ancestral de Matriz Africana

PET-Saúde – Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde

SEAPA - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SES - Secretaria de Estado da Saúde

TTAC - Termo de Transação de Ajustamento de Conduta

UAPS – Unidade de Atenção primária em Saúde

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Trajetória da lama de rejeitos.....	29
Imagem 2. Praça Lino Mol em Barra Longa (MG).....	36
Imagem 3. Vila e igreja em Gesteira, zona rural de Barra Longa (MG).....	37
Imagem 4. Vila e igreja em Gesteira, zona rural de Barra Longa (MG).....	38
Imagem 5. Av. Beira rio, centro de Barra Longa/MG.....	38
Imagem 6. Pessoas atingidas em manifestação durante audiência do processo em Londres.....	53
Imagem 7: Cartazes de convite para as Reuniões de Grupos de Base.....	93
Imagem 8. Formação em Direitos.....	96
Imagem 9. Metodologia de trabalho em assessoria técnica da AEDAS.....	96
Imagem 10. Cartaz com o registro dos relatos de danos à moradia em uma das comunidades de Barra Longa.....	116
Imagem 11. Cartografia social da Comunidade de Felipe dos Santos, em Barra Longa.....	117
Imagem 12. Cartaz em uma das moradias de Barra Longa à época das perícias..	120
Imagem 13. 21/08/2018: Manifestação em Barra Longa reivindica reunião com presidente da Fundação Renova.....	163
Imagem 14. 25/09/2018: Manifestação em Barra Longa por celeridade no acordo para aluguel de casas para famílias com moradia em situação de risco.....	164

Imagem 15. 04/06/2019: Ocupação do Escritório da Fundação Renova em Mariana, por atingidos de Barra Longa e Mariana, pelo cadastro de garimpeiros e pescadores e reassentamento das famílias com danos à moradia.....	164
Imagem 16. 28/01/2021: Manifestação em Barra Longa pelo retorno do auxílio financeiro emergencial em seu valor integral e reforma urgente das casas.....	165
Imagem 17. 10/08/2022: Protesto na MG-129 com participação de atingidos de Barra Longa, Mariana e Rio Doce.....	165
Imagem 18. 01/11/2022: Manifestação em Barra Longa denuncia o não recebimento de indenização após 7 anos do desastre-crime.....	166
Imagem 19. 14/03/2024: Reunião entre DPMG e atingidos em Barra Longa para discussão sobre a reparação e impactos causados por obra da Fundação Renova no município.....	166

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Perfil das participantes da pesquisa.....	123
QUADRO 2. Formação profissional.....	124
QUADRO 3. Participação política.....	125
QUADRO 4. Tipo de vínculo de trabalho na assessoria técnica.....	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estimativa dos principais atendimentos em saúde entre 2014 e junho/2023.....41

Gráfico 2: Quantidade de Famílias que receberam o Benefício Bolsa Família entre 2014 e 2023.....46

Gráfico 3 – Quantidade média de benefício de auxílio moradia de 2015 a 2023...48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de medicação de controle especial dispensada em comprimidos em Barra Longa entre 2014 e junho de 2023.....	43
Tabela 2. Total de Atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento Integral à Famílias (PAIF).....	44
Tabela 3 - Total de Acompanhamento realizados pelo Serviço de Atendimento Integral à Famílias (PAIF).....	45
Tabela 4 - Total de Benefícios Eventuais atendido pelo Serviço de Atendimento Integral à Famílias (PAIF).....	46
Tabela 5 – Valores de aluguel e quantitativo de benefícios entre 2015 e 2023.....	47

Sumário

Introdução.....	18
1. O rompimento da barragem de Fundão.....	28
2. A construção do Projeto Ético-político.....	57
2.1. Os desafios ao trabalho orientado pelo projeto ético-político.....	69
3. Serviço Social, assessoria e consultoria.....	78
3.1. A assessoria técnica das pessoas atingidas de Barra Longa/MG e o Serviço Social.....	88
3.2. A pauta da Moradia Digna.....	114
4. Percurso metodológico da pesquisa e análise das entrevistas.....	121
Considerações Finais.....	168
Referências.....	176
Anexos.....	185

Introdução

A presente tese trata do trabalho de assistentes sociais orientado pelo projeto ético-político do Serviço Social. Busca-se destacar as determinações presentes no trabalho dos/das assistentes sociais que permitem identificar ou evidenciar o vínculo entre o trabalho e o projeto profissional crítico.

A nossa reflexão se vincula à linha de pesquisa “Serviço Social: Identidade, Formação e Prática”, do curso de Doutorado do Programa de pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), e propõe abordar a relação entre o trabalho dos/das assistentes sociais e projeto profissional crítico a partir de experiências concretas do Serviço Social pela análise do Serviço Social na experiência de assessoria técnica aos atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana/MG, no município de Barra Longa/MG.

O interesse pelo tema surgiu ainda na graduação a partir do conteúdo das disciplinas do eixo de Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social. Além disso, o estágio curricular no Conselho Regional de Serviço Social 6ª região, na seccional de Juiz de Fora/MG, permitiu o acesso tanto à conteúdos relacionados às reflexões sobre a profissão como às questões enfrentadas pelos/pelas profissionais no cotidiano profissional. Deste modo o conhecimento acerca da trajetória da profissão e, sobretudo sobre a organização coletiva e a construção do atual posicionamento ético-político da categoria, nos impressionaram e fizeram com que desde então buscassemos compreender o trabalho dos/das assistentes sociais referenciado criticamente.

A experiência de trabalho como docente substituta no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), durante dois anos, também contribui nas nossas reflexões. Durante o período assumimos, entre outras, a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social. Esta inserção viabilizou o contato próximo com as assistentes sociais supervisoras de campo de estágio permitindo novamente a nossa aproximação com dilemas presentes no cotidiano de

trabalho em diferentes espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Tanto pelo diálogo com as profissionais supervisoras quanto pelas questões discutidas na disciplina de Supervisão de estágio com os/as estudantes foi possível acessar informações que contribuíram no acúmulo sobre a temática e observar os questionamentos das assistentes sociais supervisoras de campo sobre a relação que buscamos abordar.

Também foi fundamental a nossa experiência profissional como consultora técnica junto a assessoria da população de Barra Longa/MG, um dos 40 municípios¹ atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, ocorrido em 2015. Aqui observamos o quanto o trabalho das assistentes sociais que compunham a equipe multidisciplinar era importante na implementação das atividades da assessoria e ainda o seu reconhecimento pelos atingidos e atingidas. Além disso a percepção sobre a potencialidade da experiência de assessoria técnica junto àquela população no que se refere às possibilidades de execução de atividades com maior autonomia e neste sentido capazes de constituir resultados de maior impacto na vida dos atingidos e atingidas se colocou como interessante possibilidade de análise sobre a profissão especialmente pelo saldo político positivo alcançado pela população local quanto a luta pela reparação integral. Chamou-nos atenção também a possibilidade de explorar esta experiência considerando que a mesma permitiu a execução de ações capazes de evidenciar a relação entre trabalho e projeto profissional. Desta forma consideramos esta uma experiência privilegiada nesse aspecto e que favorece a percepção de pontos relevantes sobre a relação que buscamos destacar.

O tema deste estudo já nos acompanha desde a graduação. Durante o mestrado buscamos identificar quais as determinações presentes no trabalho dos assistentes sociais tornam possível a efetivação do trabalho orientado pelo projeto

¹ Até o momento são considerados atingidos 40 municípios ao longo da bacia do rio Doce, mas outras comunidades ainda reivindicam o reconhecimento como atingidos. Para informações sobre o território atingido acessar o “Impactos do Rompimento da Barragem de Fundão sobre a Renda Agregada nos Estados e Sub-Regiões de Minas Gerais e Espírito Santo”, produzido pela Fundação Getúlio Vargas, 2020. disponível em: <
https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_impacto-do-rompimento-da-barragem-de-fundao-sobre-a-renda-agregada-nos-estados-e-sub-regioes-de-minas-gerais-e-espirito-santo.pdf>. Acesso em 15/12/2023.

profissional hegemônico e nesse esforço a esfera do processamento do trabalho se colocou como um ângulo privilegiado para esta observação. Esta constatação coincidiu com a avaliação de Iamamoto sobre a análise desta esfera uma vez que a autora aponta que:

A análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações, estabelecendo uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano, uma vez que este abrange um conjunto de mediações que não foram alvo privilegiado da referida produção (2011: 213-214).

Primeiramente buscamos compreender como se constitui a esfera do processamento do trabalho e identificamos que mesmo enquanto categoria teórica o processamento ainda é pouco explorado. A professora Raquel Raichelis tem se dedicado a estudar o tema junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (Netrab) e tem produzido importantes contribuições sobre o tema. Naquele momento nosso trabalho envolveu a tentativa de apresentar uma definição do termo capaz de expressar o âmbito que buscamos compreender. Tanto pela etimologia da palavra, que vem do latim *procedere* (formado pelo prefixo PRO-, 'à frente', mais o radical CEDERE, 'ir') quanto pela reflexão construída sobre o mesmo durante o mestrado, como pelos elementos observados nas entrevistas realizadas com as profissionais foi possível perceber que o processamento do trabalho envolve todos os elementos que, em maior ou menor medida, atravessam o exercício profissional dos/das assistentes sociais. Desta maneira no processamento do trabalho estará presente no conteúdo considerado como campo de análise dos/das assistentes sociais, ou seja, tudo aquilo que os/as profissionais consideram e acionam na proposição e/ou execução das ações profissionais.

Está incluso no processamento do trabalho o movimento reflexivo que os/as profissionais realizam para avaliar o melhor caminho a ser adotado para a execução do trabalho. Isso implica considerar os limites de recursos materiais, as relações político-institucionais (leia-se, relações de poder), a relação com a população usuária, com outros profissionais e a possibilidade de aliança com os mesmos, o conjunto de conhecimento apropriados pelos profissionais (conhecimento adquiridos pela sua formação bem como aqueles produzidos pelo/pela assistente social a partir

do trabalho tais como informações e dados sobre a população usuária, distribuição de recursos na instituição, programa ou serviço, entre outras informações que respaldam a resposta profissional produzida) e também a sua adesão ao projeto profissional. Deste modo no processamento do trabalho os/as assistentes sociais têm colocado todos os aspectos que determinam o tipo de resposta profissional produzida.

O processamento do trabalho corresponde, portanto, ao modo pelo qual os/as assistentes sociais elaboram as respostas profissionais considerando todos os aspectos técnicos necessários à realização do seu trabalho e os elementos que de alguma forma interferem no conteúdo do trabalho e que devem necessariamente ser considerados pelos/pelas profissionais quando na execução de suas atividades.

A pesquisa realizada durante o mestrado demonstrou que o trabalho dos/das assistentes sociais que adotam o projeto ético-político como principal referência para o trabalho apresentam elementos que permitem identificar o comprometimento dos/das profissionais e neste sentido o vínculo com projeto profissional mesmo em contextos profissionais marcado pelas limitações próprias do trabalho assalariado. Nestes casos observamos que o resultado do trabalho, conseqüentemente, não alcançará a completa intencionalidade dos/das assistentes sociais. No entanto, apesar de os limitadores do trabalho crítico determinarem efeitos de menor intensidade às demandas das comunidades e/ou dos/das usuários/as dos serviços, ainda assim existe a afirmação do projeto profissional crítico.

Percebemos que o vínculo ético-político dos/as assistentes sociais com o projeto hegemônico têm se expressado, principalmente, pelo comprometimento dos/das profissionais com o interesse dos usuários do Serviço Social especialmente por meio de ações que buscam garantir o acesso a benefícios, recursos, direitos e programas sociais e também por iniciativas que buscam favorecer a reflexão dos usuários acerca da realidade social e do seu papel na sociedade enquanto pertencentes à classe trabalhadora. Neste processo é comum o emprego do aparato jurídico-normativo da profissão e que compõe o referido projeto como elemento sustentador ou mesmo justificador de determinada proposta profissional. Entretanto a literatura específica sobre a profissão é acessada em menor medida pelos/pelas

assistentes sociais configurando, assim, um possível ponto de fragilidade. Apesar desta constatação percebe-se um grande esforço dos/das profissionais em elaborar respostas profissionais capazes de expressar o direcionamento do projeto profissional crítico e neste sentido, certamente, o resultado do trabalho dos/das assistentes sociais exprime um conteúdo que merece ser analisado pela categoria.

Cabe ressaltar que ao se realizar em uma sociedade marcada pela desigualdade de acesso aos bens e riquezas e pela exploração do trabalho é esperado que o trabalho dos/das assistentes sociais enfrentam uma série de limites ao alcance dos objetivos idealmente estabelecidos pelos/pelas profissionais. Logo o trabalho profissional referenciado pelo projeto ético-político encontra inúmeros desafios à sua concretização.

Ao longo de nossa trajetória profissional e de estudos nos deparamos com vários questionamentos de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, especialmente aqueles/as inseridos nos campos de estágio acerca da viabilidade ou até mesmo da vitalidade de implementação de experiências profissionais alinhadas ao projeto ético-político do Serviço Social.

Ao mesmo tempo observamos o esforço e o compromisso dos/das profissionais em buscar fortalecer a perspectiva do projeto profissional crítico tendo em vista a sua construção, desde a década de 1960, e o adensamento que levou o mesmo a alcançar hegemonia na categoria profissional desde os anos de 1990. E que mesmo tensionado pelas transformações sociais que interpelam a profissão e na avaliação de alguns autores tensionam e até ameaçam o projeto profissional hegemônico a categoria segue buscando o seu fortalecimento (NETTO, 1999; Teixeira e Braz, 2009).

Compreendemos que uma vez que o trabalho referenciado no projeto profissional crítico se coloca na contramão da sociedade vigente, muitas vezes, será difícil que o resultado do trabalho realizado expresse integralmente a intencionalidade dos/das profissionais. Mas, mesmo que o trabalho ofereça menores impactos na realidade social mais ampla, apresentará características próprias da sua vinculação ético-política. Deste modo para compreender o trabalho do/da assistente

social na sua concretude é necessário situá-lo como trabalhador assalariado inserido na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 64). Ou seja, é necessário considerar o trabalho profissional realizado enquanto trabalhador assalariado submetido a alienação uma vez que é necessário responder aos ditames do empregador e à dinâmica das lutas sociais que estabelecem limites objetivos à autonomia profissional e consequentemente à implementação do projeto profissional crítico (IAMAMOTO, 2011; p.416). Tal como observa lamamoto:

Por outro lado. O exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem no Estado e nos organismos privados -, empresariais ou não-, os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social. A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes objetivos à autonomia do assistente social na condução trabalho e à integral implementação do projeto profissional

Verifica-se uma tensão entre projeto projeto-profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2011; p.416).

Além disso, exige considerar que a profissão precisa lidar na atualidade com a radicalização das expressões da questão social e com a intensificação das lutas sociais. Por este ângulo, nossa proposta busca analisar a direção social do trabalho do/da assistente social referenciado criticamente considerando as relações de subordinação que se colocam ao trabalho profissional e que determinaram os limites, mas também as possibilidades a este tipo de trabalho.

Ao se vincularem a qualquer instituição empregadora os/as assistentes sociais deverão observar a razão que determina a sua contratação e que por conseguinte estabelece a expectativa em torno das respostas profissionais. Do mesmo modo quando inseridos na gestão ou execução de políticas sociais os/as assistentes sociais devem observar as legislações e normativas que regulam a prestação dos serviços públicos e determinam as atribuições e requisições para o cargo de assistente social assinalando o universo de ação esperado da profissão nestes espaços.

Diante do exposto refletir sobre trabalho e projeto profissional envolve as mediações presentes nas relações e cotidiano dos/das profissionais e que necessariamente atravessam o trabalho estabelecendo os limites ao trabalho crítico como também abrindo possibilidades.

Para tanto é fundamental não perder de vista o significado do projeto ético-político e a sua relação com a configuração das transformações societárias que incidem sobre o campo dos direitos sociais, mais precisamente na ação do Estado sobre a “Questão Social”² cuja resposta foi, além das tradicionais ações coercitivas, a criação de um recurso inovador, a Seguridade Social que regulamenta e organiza a intervenção do Estado por meio das políticas públicas. Neste sentido cabe destacar que a organização da resposta do Estado à questão social determina as requisições postas à profissão neste âmbito, principal campo de trabalho dos/das assistentes sociais e que responde ao jogo das forças sociais.

Ao observarmos a dinâmica estabelecida em torno da questão social compreendemos como o Serviço Social correspondeu, e ainda corresponde, à profissão com competência para atuar junto ao segmento da população capaz de tensionar a relação entre as classes, a classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996: 19). Desta maneira conseguimos visualizar com clareza a conclusão de Iamamoto e Carvalho (1996) quanto ao Serviço Social corresponder a uma das estratégias de exercício do poder da classe dominante.

Mas considerando a profissão como um produto histórico que responde ao enfrentamento das classes sociais é possível que ocorram alterações na profissão. Tal afirmação se confirma quando observamos o processo de mudança protagonizado pelo Serviço Social a partir do Movimento de Reconceituação e que

² Questão Social segundo Iamamoto; Carvalho (1996) corresponde ao conjunto de expressões próprias do avanço do modo de produção capitalista que estabelecem o reconhecimento da classe trabalhadora, enquanto classe pelas classes dominantes, desencadeado pelo processo de reivindicações dos trabalhadores contra a apropriação privada da riqueza social. Netto (2001), concordando com Iamamoto e Carvalho, afirma que a terminologia Questão Social surgiu para explicar os impactos da crescente industrialização que produziram o aprofundamento da pauperização da população trabalhadora.

resultou, no Brasil, em um processo de renovação da profissão. Neste sentido é possível ao Serviço Social alterar as bases de sua legitimação social.

Desde a emergência de uma vertente crítica na profissão os/as assistentes sociais buscam estabelecer esta nova legitimidade e, neste sentido, a implementação de estratégias profissionais pautadas na defesa dos direitos tem sido um dos caminhos adotadas pelos/pelas profissionais. Entretanto as possibilidades de realização de trabalho alinhado à perspectiva do aprofundamento dos direitos são frequentemente interpeladas pelo avanço ou recuo neste campo. A atualidade nos demonstra isso com violenta clareza. São emblemáticos do atual contexto a reforma trabalhista aprovada pelo Governo de Michel Temer, em 2017, através da Lei nº 13.467, que alterou de forma substancial o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e estabeleceu uma das mais profundas alterações no ordenamento jurídico trabalhistas desde 1943, ano de criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ou ainda o desmantelamento de diversas agendas sociais e de violação de direitos realizada pelo governo de Jair Bolsonaro como as ações ou falta delas observadas na gestão da pandemia do COVID-19, em relação a povos e comunidades tradicionais, à questão ambiental, entre outros temas.

Também é importante observar as mudanças ocorridas na esfera do trabalho que também se colocam para os/as assistentes sociais tendo em vista a nossa condição de trabalhadores assalariados e, deste modo, sujeitos/as aos efeitos, especialmente os negativos, do contexto de regressão de direitos e precarização do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996). Assim a nossa condição de trabalhadores/as assalariados/as constitui um importante elemento limitador da autonomia profissional. Estabelece de antemão barreiras à execução integral da intencionalidade dos/das sujeitos/as profissionais. Entretanto, a autonomia técnica nos oferece a possibilidade de afirmação do entendimento orientador da profissão ao trabalho realizado ou as propostas elaboradas. Neste sentido assinalamos que, partindo do acúmulo teórico e avanço político da categoria, buscamos nos aproximar do cotidiano de trabalho dos/das assistentes sociais pelo ângulo do “*processamento do trabalho*” dos/das assistentes sociais a fim de evidenciar a forma como se

estabelece trabalho orientado pelo projeto profissional crítico apontando os limites e possibilidades postos no cotidiano profissional (IAMAMOTO, 2011).

Buscamos explorar com maior profundidade a experiência de trabalho cuja execução permite observar com maior facilidade os vínculos com o projeto profissional. Ou seja, buscamos a partir de uma experiência emblemática cuja construção das respostas profissionais e/ou resultado do trabalho evidenciar o alinhamento profissional com o projeto ético-político da profissão. Neste sentido consideramos que a experiência junto à equipe de assessoria técnica independente a população atingida de Barra Longa/MG reúne elementos que favorecem a análise que buscamos realizar. Esta avaliação se coloca em razão de, contrariamente ao que é mais comum aos espaços de trabalho da profissão, haver alinhamento entre o objetivo da instituição e o do Serviço Social. Buscava-se no projeto de assessoria fortalecer a participação dos atingidos nos espaços de debate e deliberação sobre as medidas de reparação. No documento “Promoção da Assessoria Técnica aos atingidos e atingidas pela Barragem de rejeitos da Samarco (Vale e BHP Billiton) em Barra Longa - MG, para a Democratização das Decisões relativas à Reparação de Perdas e Danos” que contém o Projeto da Assessoria técnica independente para Barra Longa elaborado pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), entidade responsável pela prestação da assessoria, lê-se:

Desde a criação o objetivo principal da AEDAS é de interceder nas comunidades atingidas por barragens no intuito de defender os direitos das famílias atingidas e garantir um plano de negociação coletiva, no caso da aprovação dos empreendimentos e início de danos, visando a reparação justa, nos temas da habitação, fundiários, meio ambiente, saneamento, transporte e estradas, educação, saúde, produção agrícola, comercialização, agroindústria, entre outros (AEDAS, 2017, p. 6).

Deste modo todas as atividades da equipe se colocavam no horizonte de fornecer à população local informações que lhes desse condições tanto de se reconhecer enquanto atingidos como de perceber que os danos sofridos estabeleciam uma situação coletiva de prejuízos e sofrimento. Neste sentido o trabalho se colocava em direção oposta a ação das empresas mineradoras que sempre buscaram tratar as questões de modo individualizado, o que enfraquece o acesso dos atingidos às medidas de reparação integral. Ao contrário os deixa em

posição de fragilidade e estabelece uma reparação organizada pela empresa causadora do desastre/crime e não das vítimas.

Consideramos que o Serviço Social teve contribuição nas ações de mobilização e organização da comunidade o que se refletiu no saldo político-organizativo dos atingidos daquele território. Houve ainda o trabalho de acompanhamento de situações individuais, com recurso aos instrumentos historicamente tradicionais do Serviço Social, mas mesmo nestas situações houve o esforço para que as questões fossem percebidas em âmbito coletivo e de modo que se somasse a elas o debate acerca do acesso à direitos.

Avaliamos que o destaque desta experiência profissional se faz adequado por se tratar de uma análise qualitativa que exigirá o detalhamento de elementos por vezes complexos e que exigiram grande esforço de análise. Se optássemos por uma análise de um quantitativo maior de experiências correríamos o risco de não abordar de maneira aprofundada elementos que julgamos fundamentais à reflexão proposta. Afinal, buscamos com este estudo contribuir na compreensão sobre como se constroi o processamento do trabalho referenciado no projeto profissional crítico e quais as suas principais marcas ou características. Assim, nosso principal interesse é fortalecer a perspectiva do projeto profissional crítico e demonstrar a potencialidade do trabalho alinhado ao projeto hegemônico.

Para exposição da nossa reflexão organizamos o material partindo, no primeiro item, da contextualização do rompimento da barragem de Fundão a fim de caracterizar o universo ligado à experiência em análise. Em seguida, no segundo item, fazemos o resgate da construção do projeto ético-político e abordamos os desafios do trabalho orientado pelo projeto ético-político. No terceiro item abordamos a reflexão sobre o papel do Serviço Social nas atividades de assessoria e consultoria e descrevemos o Serviço Social na assessoria técnica das pessoas atingidas de Barra Longa/MG. Após isso, no quarto item, apresentamos os dados e análise das entrevistas com as profissionais do Serviço Social que compuseram a equipe da assessoria técnica em Barra Longa/MG e buscamos resgatar o trabalho desenvolvido junto à pauta da moradia para ilustrar e favorecer a compreensão. Por fim apresentamos as nossas considerações finais.

1. O rompimento da barragem de Fundão

Em 5 de novembro de 2015 a barragem de rejeitos de minério da Samarco Mineração (Vale S.A./BHP Billiton) localizada no distrito de Bento Rodrigues em Mariana/MG, se rompeu despejando cerca de 53 milhões de m³ de lama de rejeitos ao longo de um vasto território entre os estados de Minas Gerais e o Espírito Santo. O desastre é, possivelmente, uma das maiores tragédias socioambientais do Brasil tanto pela sua extensão quanto pela intensidade dos danos socioambientais e socioeconômicos. Após nove anos do rompimento diversas comunidades ao longo da bacia do rio Doce ainda reivindicam o reconhecimento da condição de atingidas e o direito à reparação dos danos. Até o momento 49 municípios entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo já foram reconhecidos como atingidos.

O território vítima da lama de rejeitos abarca um vasto território com diferentes características tais como comunidades urbanas e rurais, ribeirinhas e de pescadores/as, povos e comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas. Esta variedade de tipos de organização social e de modos de vida sinalizam a intensidade dos danos gerados pelo rompimento à população do território atingido. Cabe destacar, entretanto, que nem todos os efeitos gerados pelo desastre foram mensurados, uma vez que os danos ambientais e sua repercussão social vão se evidenciando ao longo do tempo e se intensificando no contexto de não reparação.

Imagem 1. Trajetória da lama de rejeitos



Para compreendermos o significado social do rompimento é importante considerar que o debate sobre o tema dos rompimentos de barragem envolve uma série de divergências. Contudo, sem nos ater ao emaranhado de questões que envolvem tais discordâncias cabe destacar as três caracterizações mais recorrentes nas publicações sobre o tema. O primeiro entendimento considera o rompimento de barragem como acidente ou “evento”. Corresponde, portanto, a um imprevisto ou algo casual, uma tragédia não passível de ser prevista e consequentemente, impedida. Este entendimento é comumente observado pelos representantes das empresas mineradoras posto que as isenta de responsabilidade criminal.

Outro entendimento possível considera o rompimento como desastre tecnológico a partir da ocorrência de falha tecnológica derivada da ação humana, neste caso, possível de ser evitada. Este tem sido o entendimento utilizado habitualmente por pesquisadores e estudiosos, entre os quais destacamos Zonta e Trocante (2016), Milanez e Losekann (2016), Zhouri *et al.* (2016), Zhouri (2018) e

(MILANEZ *et al.*, 2019). A análise de Zhouri; et all (2016) nos ajuda a compreender a adoção desta concepção pelos cientistas:

Essa resignificação é construída a partir do conceito de desastre tecnológico. Este deve considerar a interação humana como a provocadora das crises sociais, por erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, que podem provocar lesões físicas, psicológicas ou mortes. (ZHOURI, 2016)

Por fim existem a designação do rompimento como crime, que vem sendo utilizada, principalmente, por movimentos sociais³, estudiosos/as e pela população atingida. Este entendimento considera que as empresas dispunham de recursos e informações capazes de permitir a adoção de medidas que impedissem a tragédia, mas que ao contrário disto assumiram o risco de não agir dentro de suas responsabilidades. Ou seja, compreende o rompimento não como uma fatalidade, mas situação que envolveu, inclusive, a tomada de decisão das empresas sobre a forma de agir em relação a uma barragem com risco de rompimento.

O trecho a seguir trata de uma das razões que levam o MAB a considerar o rompimento de Mariana como crime e nos ajuda a compreender a consideração dos movimentos sociais a respeito:

Segundo a promotoria, existem provas de que a Samarco promoveu alterações significativas na barragem de Fundão, de forma ilegal, sem qualquer licença ou controle” e que “a empresa induziu os órgãos ambientais a erro, apresentando estudos, laudos e relatórios falsos, por omissões gravíssimas, nos procedimentos de licenciamento e fiscalização. Esses crimes refletem uma conduta reiterada da Samarco de fraude ao licenciamento ambiental e de operação ilícita de suas atividades.

Aponta ainda, a Polícia Federal que 28% da lama despejada em Fundão em 2014 foi proveniente da Vale e não possuía licença ambiental (MAB, 2016; p.12).

Pela nossa experiência de trabalho em assessoria técnica consideramos que as terminologias acidente ou evento não são suficientes para a caracterização do

³ Observamos o emprego do termo crime para se referir ao rompimento em produções/manifestações que podem ser acessadas na página dos movimentos sociais tais como: < https://mab.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Dois-anos_Justica-só-com-luta-e-organização.pdf>; < <https://mab.org.br/wp-content/uploads/2021/02/AN%C3%81LISE-DO-MAB-SOBRE-O-CRIME-CAUSA-DO-PELO-ROMPIMENTO-DA-BARRAGEM-DA-SAMARCO-VALEBHP-BILLITON.pdf>>; < <https://www.mamnacional.org.br/noticias/caso-mariana/>>. Acesso em 15/12/2023.

rompimento, uma vez que: 1) houve um plano de alteamento da barragem a montante⁴, escolha que perpassa o modelo de mineração mais econômico e que, sabiamente, traz maior insegurança por apresentar mais falhas; 2) a mineradora não possuía um plano para atendimento imediato da população; 3) o próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA)⁵ apontava os riscos de atingimento da comunidade de Bento Rodrigues, em caso de rompimento da barragem de Fundão, bem como o risco de construção de duas barragens muito próximas - Fundão e Santarém. Desta maneira concordamos com o entendimento produzido por Pereira (2019; 2019 b) que considera o rompimento da barragem como crime socioambiental uma vez que os elementos descritos demonstram que a empresa assumiu riscos ao adotar os procedimentos citados, agindo, portanto, de forma intencional e neste sentido criminosa ao privilegiar elementos econômicos que se tornaram fatores cruciais para o colapso da barragem de Fundão (PEREIRA, 2019).

A postura adotada pela Samarco Mineração em relação à barragem de Fundão faz parte do modelo de mineração implementado historicamente no país há pelo menos três séculos, marcado pela exploração predatória dos recursos minerais e que constitui um dos pilares da economia nacional. Entretanto, observa-se uma intensificação da atividade minerária nos últimos 15 anos, fruto do aumento da demanda mundial por minério.

Segundo Mansur, Pinto e Wanderley (2016, p.42) o período entre 2003 e 2013 é caracterizado por diversos autores como megaciclo do minério em razão da expansão da quantidade de importação de minério ocorrida no período. O aumento se deveu à ampliação do consumo mundial de importação do minério de ferro principalmente pela China, associado a política nacional de crescimento econômico baseada na reprimarização da economia, com investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em infraestrutura para garantir as exportações de *commodities* para setores como a mineração e agronegócio. Foi neste contexto de expansão que entre 2005 e 2008 a Samarco Mineração obteve licenciamento para operação da barragem de Fundão. Após o curto ciclo expansivo,

⁴ A barragem a montante consiste numa estrutura a partir da própria barragem ou de um dique (BRASIL MINERAL, 2017).

⁵ Avaliação que precede a execução de uma obra comercial, industrial ou agrícola em áreas ambientais (PEREIRA, 2019).

contudo, emergiu o processo de crise econômica internacional que associada ao caráter dependente e exportador do Brasil enfrentou a queda da demanda e, por conseguinte, dos preços do minério.

É importante ainda considerarmos a análise do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2016) sobre o rompimento de Fundão e a atuação da Samarco Mineração no citado contexto. Para o movimento, uma das estratégias da empresa para o enfrentamento da crise foi aumentar a produção e rebaixar os custos para a garantir a taxa de lucro. Tal estratégia significou uma elevação da produção em 15%, no ano que antecedeu o rompimento da barragem de Fundão, conforme noticiado pelo jornal Estadão (TOMAZELA, 2020) e dados divulgados no Relatório Anual de Sustentabilidade da própria empresa (SAMARCO, 2014).

A empresa também acelerou a produção que levou ao aumento considerável de rejeitos, quadro que impactou no processo de decantação e absorção da água, fator essencial para o colapso da barragem. O incremento da produção pode ser observado pelo aumento de 22,5% no consumo de energia elétrica pela empresa entre 2013 e 2015 (MAB, 2016; p.12). Também houve aumento do consumo de água, que passou de 17 milhões de m³ em 2013 para 25,5 milhões de m³ em 2014 (MAB, 2016; p.12-13). Ou seja, um aumento de 8,5 milhões de m³ de água em apenas um ano. Cabe destacar que o uso de água na mineração não se limita à fase exploração da jazida, mas perpassa todos os processos de operação, tratamento e beneficiamento do minério.

Esses dados, portanto, revelam um aumento considerável tanto na extração de minério como na produção dos rejeitos. Neste sentido, os rompimentos de barragens fazem parte do modelo de mineração baseado na ampliação do lucro das grandes corporações. No caso de Fundão se coloca ainda o fato de a empresa, apesar de ter conhecimento dos riscos gerados pelo aumento da deposição de rejeitos na barragem, ter optado por realizar o procedimento reforçando a compreensão do rompimento como crime socioambiental.

Assim, além de um crime de natureza ambiental sem precedentes, com danos ainda não mensurados, é preciso ressaltar as perdas sociais e culturais que

habitualmente ficam subsumidas nas análises. Neste sentido além de conviver com os danos às moradias, à saúde, à produção e produtividade, às vias de circulação, à alteração da paisagem, perda de trabalho e renda, deslocamento forçado, entre outras situações e perdas ressaltamos que os atingidos foram privados de suas festas religiosas, atividades esportivas, manifestações culturais como a folia de reis e os congados até então parte do universo das comunidades locais. As relações interpessoais também foram profundamente alteradas, fragmentadas e em alguns casos destruídas.

Em razão do trágico contexto gerado nos territórios pelos desastres da mineração é garantido às populações atingidas o direito à reparação integral dos danos, conforme considerações da ONU⁶ e também da Corte Interamericana de Direitos Humanos⁷ que prevê que a reparação deve envolver ações em diferentes dimensões como a mitigação dos danos de forma emergencial, a restituição do que foi danificado, a indenização justa, a compensação dos danos que não podem ser restituídos, a garantia da não repetição e a satisfação das pessoas atingidas. Estes são pilares que devem orientar a reparação que deve ser orientada com base na centralidade do sofrimento da vítima⁸. Neste sentido é importante destacar a

⁶ Para acesso à conceituação de reparação adotada pela ONU observar a Resolução 60/147 - "Princípios básicos e diretrizes sobre o direito das vítimas de graves violações dos padrões internacionais de direitos humanos e violências graves do Direito Internacional Humanitário para interpor recursos e obter reparos", de dezembro de 2005. Princípio 19.

⁷ São exemplares do entendimento da Corte IDH as sentenças proferidas sobre o Caso "Niños de la Calle", Villagrán Morales e outros. Vs. Guatemala, 2001; e o Caso Chitay Nech e outros. Vs. Guatemala, 2010). Outro documento interessante da instituição é o "Caderno de Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos". Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/sitios/libros/todos/docs/cuadernillo32_2022_port.pdf>. Acesso em 15/12/2023.

⁸ O princípio que considera a centralidade do sofrimento da vítima tem origem na Corte Interamericana de Direitos Humanos, a partir do juiz Antônio Augusto Cançado Trindade (. Este princípio deve ser norteador de todas as ações adotadas no processo de reparação a fim de que seja garantido o acesso à justiça e a participação efetiva das pessoas atingidas. Com a aprovação da PNAB este princípio passou a ser garantido em lei. Para uma compreensão maior do conceito consultar a produção de Laura Monteiro Sena

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A Recta Ratio nos Fundamentos do Jus Gentium como Direito Internacional da Humanidade. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (Org.). A Humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Editora del Rey, 2006a. p. 3-29. _____. Memorial por um novo jus gentium, o Direito Internacional da Humanidade. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (Org.). A Humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Editora del Rey, 2006b. p. 394-409. _____. The Primacy of International Law over Force. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (Org.). A Humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Editora del Rey, 2006c. p. 175-193. _____. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003. 3 v. _____. A PERSONALIDADE E CAPACIDADE JURÍDICAS

recente aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)⁹ que reconhece formalmente quem são as pessoas atingidas por barragens no Brasil, estabelece os direitos dessas populações (como indenizações e compensações individuais e coletivas), garante a participação social nas negociações com o poder público e empresas nos casos de desastres e também de construção, operação e desativação de barragens e determina as obrigações das empresas responsáveis pelos empreendimentos causadores de danos. A aprovação da PNAB portanto configura uma importante conquista das pessoas atingidas.

O processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão tem origem no arranjo jurídico-político realizado entre União (IBAMA, ICMBio, ANA, DNPM, FUNAI), governos estaduais de Minas Gerais (IEF, IGAM, FEAM e Governo), Espírito Santo (Governo, IEMA, ODAF, AGERH), Samarco Mineração e suas controladoras (as gigantes Vale e S.A. E BHP Billiton) e resultou em um acordo assinado em março de 2016 e homologado em maio do mesmo ano. Tal acordo, o chamado de Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), foi profundamente questionado por excluir as pessoas atingidas das discussões sobre suas vidas, territórios e projetos de vida profundamente afetados pelo rompimento da barragem de Fundão.

O acordo ainda instituiu a criação de uma fundação privada, a Fundação Renova, responsável por implementar as ações de reparação organizadas dentro de 42 programas socioeconômicos e socioambientais¹⁰. Porém a instituição está sob o controle das próprias empresas mineradoras, portanto subordinada aos interesses econômicos de suas controladoras. Sobre a atuação da Fundação as pessoas

DO INDIVÍDUO COMO SUJEITO DO DIREITO INTERNACIONAL. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Brasília, p.3-21, 2002.

⁹ O texto da PNAB pode ser acessado em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138122?_gl=1*sg5oyz*_ga*NjAwNzY4ODE4LjE2OTk1NDQxMTM.*_ga_CW3ZH25XMK*MTcwMjY2MjUwOS4yLjEuMTcwMjY2NTc3OC4wLjAuMA>. Acesso em 15/12/2023.

¹⁰ Para mais informações sobre os programas sugerimos consultar o TTAC e a página da Fundação Renova na internet disponíveis respectivamente em: <[https://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/>](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj9wdSh-L_xAhWVpZUCHQrZBTwQFjAAegQIAhAD&url=https%3A%2F%2Fwww.fundacaorenova.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F07%2Fttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf&usq=AOvVaw3U9x8yWbHwDPIei_G4ZEOG>; <. Acesso em 30/06/2021.

atingidas, vêm denunciando de forma contundente que as ações executadas, em boa medida, aprofundam e provocam novos danos uma vez que a instituição ¹¹[OBJ]. Como exemplo do tipo de atuação da Fundação podemos citar que após cinco anos do rompimento não havia nenhuma casa nos reassentamentos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, em Mariana/MG e Gesteira, em Barra Longa/MG, ambos territórios que concentram os danos ligados à moradia. Mais recentemente as obras de reconstrução destas comunidades ainda não foram finalizadas e com menos da metade das moradias erguidas apresentam uma série de problemas estruturais como vêm sendo noticiado pela imprensa ¹²[OBJ].

Outra questão se coloca no cadastro dos atingidos que, conforme TTAC deve conter levantamento das perdas materiais e atividades econômicas das pessoas físicas e jurídicas no caso de micro e pequenas empresas, considerado pela Renova como “porta de entrada” para o reconhecimento dos/as atingidos/as como elegíveis à reparação ainda não foi implementado nos territórios. Conforme relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV) ao Ministério Público Federal (MPF), “nota-se uma queda expressiva do número total de pessoas cadastradas ao longo do tempo, sobretudo entre o segundo semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019” (FGV, 2019, p.42).

¹¹ Diversos veículos de imprensa frequentemente noticiam situações ligadas a atuação da Fundação Renova. Alguns exemplos destes registros podem ser acessados em: < <https://www.brasilefato.com.br/2018/09/05/reparacao-de-danos-da-tragedia-de-mariana-ainda-e-insuficiente>>, < https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/09/18_audiencia_direitos_humanos_gari_mpeiros.html>, < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/02/18/interna_gerais,1122547/mp-instaura-inquerito-civil-contra-a-fundacao-renova.shtml>, < <https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/10/em-barra-longa-popolacao-reclama-que-cidade-virou-canteiro-de-obras.html>>. Acesso em: 15/12/2023.

¹² Algumas notícias sobre o atraso e andamento das obras de reconstrução das comunidades destruídas pelo rompimento podem ser acessados em: < <https://www.itatiaia.com.br/editorias/cidades/2022/10/19/-atrasada-obra-do-novo-bento-rodrigues-tem-menos-da-metade-das-casas-construidas>>, < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/10/19/interna_gerais,1409393/novo-bento-e-entregue-incompleto-apos-quase-7-anos-do-desastre-de-mariana.shtml>, < <http://mg.caritas.org.br/noticias/desmoronamentos-no-novo-bento-rodrigues-causam-transtornos-aos-atingidos>>, < <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/08/27/atingidos-de-mariana-seguem-sem-data-para-receber-casas-6-meses-apos-fim-do-prazo-revolta-e-raiva.ghtml>>, < <https://www.hojeemdia.com.br/minas/pelo-menos-44-sobreviventes-da-tragedia-de-mariana-morreram-sem-conhecer-o-novo-bento-rodrigues-1.895611>>, < <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/30/mariana-obras-de-reconstrucao-de-distritos-destruidos-pela-lama-estao-atrasadas-diz-renova.ghtml>>. Acesso em 03/05/2023.

Importante destacar ainda que a forma de operar da Fundação Renova, conforme relato e caracterização das pessoas atingidas é marcada por práticas de racismo ambiental que

configura-se como um tipo de injustiça muito específica, na qual os prejuízos ambientais, resultantes das atividades agroindustriais, extrativistas ou de processos do poder público, ainda aqueles promovidos por agentes com poder de intervenção nos territórios, incidem desproporcionalmente sobre determinadas etnias (PEREIRA, 2019, p.25).

Esses elementos podem ser identificados em diversos territórios, alguns já reconhecidos como comunidades tradicionais – quilombolas e indígenas. Em outros, como Bento Rodrigues, comunidade mais próxima da barragem de Fundão, 84% da população é negra, bem como Gesteira com 70%, pertencente ao município de Barra Longa (MG) que, da mesma forma, alcança um percentual de 60,3% da população negra (PEREIRA, 2020, p.16).

Barra Longa, município mineiro com população estimada pelo censo em 5.740 pessoas (IBGE, 2024) e distante aproximadamente de 70 quilômetros de Bento Rodrigues, foi a segunda cidade atingida pela lama de rejeitos da barragem de Fundão, tendo tanto sua zona urbana como rural invadida. Para a retirada da lama de rejeitos do centro da cidade, a Samarco Mineração e a gestão municipal transportaram, sem nenhuma segurança, o resíduo provocando grande dispersão em forma de poeira, expondo toda a população e causando danos às moradias ao longo do trajeto realizado pelas máquinas e caminhões utilizados.

Imagem 2. Chegada ao município de Barra Longa

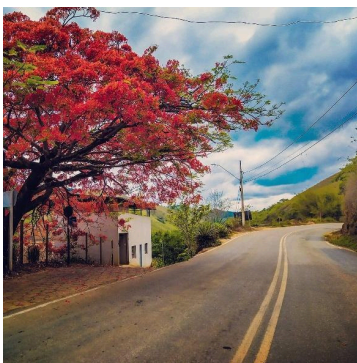


Foto: Facebook Atingidos Barra Longa¹³

¹³ A página do Facebook Atingidos de Barra Longa por ser acessada pelo link: <[\(2\) Atingidos De Barra Longa | Facebook](#)>. Acesso em 21/06/2025.

Imagem 3. Praça Lino Mol em Barra Longa (MG) atingida pela lama de rejeitos



Foto: Joka Madruga/Terra Sem Males

Na parte urbana da cidade os rejeitos foram transportados para diferentes áreas da cidade tais como regiões periféricas e áreas de lazer como o campo de futebol e o parque de exposições. No parque de exposições ocorriam diversas atividades, mas, o local foi transformado pela empresa em depósito de rejeitos. Esta situação colocou as famílias que viviam no entorno do Parque em situação de risco pela exposição próxima à lama e provocou diversos danos às famílias, entre os quais se destaca os danos causados às moradias pelo intenso tráfego de caminhões utilizados para transportar o material até o local. Também houve relatos dos moradores sobre a utilização da lama de rejeitos para calçamento de ruas, ainda que a população tenha se manifestado contrária a esta prática.

A zona rural do município foi intensamente atingida, mas, na maioria das propriedades, não houve retirada de rejeito. Segundo relatos dos moradores a principal ação realizada nas propriedades foi a adição de uma nova camada de solo ao rejeito revolvido.

Comunidades rurais como Barreto é um exemplo da não reparação. No local as pessoas atingidas relatam danos em suas moradias e áreas de plantio, bem como situações de grave adoecimento e óbitos.

A comunidade de Gesteira, que foi totalmente devastada pela lama de rejeitos, ainda não está reassentada e tem realizado grandes embates com a Fundação Renova para que o reassentamento seja construído sob a ótica de ampla participação e que suas escolhas sejam respeitadas. Estas situações e muitas outras geradas pela chegada da lama e das ações desastrosas de reparação foram discutidas inicialmente pelos/as atingidos/as e representantes das empresas. Observou-se naquele momento que os debates entre a população e os técnicos da Samarco mineradora se encontravam em patamares desiguais.

Imagem 4. Vila e igreja em Gesteira, zona rural de Barra Longa (MG)



Foto: Fábio Tito/G1¹⁴

Imagem 5. Av. Beira rio, centro de Barra Longa/MG



Fábio Tito/G1

14

<https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/familias-de-gesteira-escolhem-local-onde-casas-serao-reconstruidas.html>. Acesso em 03/05/2023.

Afinal as empresas contam com o suporte de diversos profissionais como advogados, engenheiros e assistentes sociais enquanto a população não possuía qualquer tipo de orientação técnica que permitisse a avaliação lúcida das propostas apresentadas pela empresa bem como para proporem ações de reparação. Assim os atingidos passaram a exigir o apoio de uma assessoria técnica, ou seja, o acesso a uma equipe de profissionais de sua confiança para equilibrar a sua capacidade de negociação com as empresas em situações nas quais por vezes estão em jogo o destino de populações inteiras.

A tarefa das assessorias não corresponde ao mero repasse de informações, mas envolve uma série de ações que vão desde o estudo de temas relacionados tanto à reparação quanto ao território atingido até ações que buscam favorecer a reflexão da população sobre a reparação, sobretudo quanto às medidas necessárias para se alcançar a reparação integral. Iamamoto (2011; p.427) reforça este entendimento sobre a socialização de informações pelo Serviço Social. Conforme explica a autora:

[...]. Ao nível do trabalho concreto realizado na esfera do Estado, merece atenção a socialização das informações enquanto atividades profissionais exercidas pelo assistente social. Ela não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e recursos legais; é uma informação transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrossocial de que eles são parte e expressão. A socialização de informações, nos termos expostos, envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles correspondentes) sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação. Por meio da socialização de informações procura-se tornar transparente, ao sujeito que busca os serviços, as reais implicações de suas demandas -, para além das aparências e dos dados imediatos -, assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos. Nesse sentido, essa atividade extrapola uma abordagem com um foco exclusivamente individual -, ainda que, por vezes, realizada junto ao um único indivíduo – à medida que considera a realidade dos sujeitos como parte de uma coletividade. [...] (IAMAMOTO, 2011; p.427)

Neste sentido a atividade se coloca como um importante recurso a ser explorado pelos/pelas profissionais do Serviço Social nos diferentes espaços de trabalho.

Entre 2017 e 2021 a população atingida de Barra Longa contou com o suporte de uma equipe multiprofissional de sua confiança, além de auxiliar

administrativo. Os profissionais da assessoria técnica tinham o papel de fornecer a pessoas atingidas subsídios que favorecesse e neste sentido permitisse a sua efetiva participação na construção de propostas de reparação e nos debates com as empresas ou seus representantes considerando os profundos efeitos do desastre/crime para a população do município e o contexto de inúmeros problemas relacionados a moradia, saúde, alimentação, meio ambiente, trabalho, renda, prejuízos à economia local e as relações comunitárias, entre diversos outros itens. Neste quadro, as assistentes sociais da assessoria técnica vivenciaram um cotidiano marcado por desafios à atuação crítica, aquela alinhada ao projeto ético-político da profissão. Isto porque falamos aqui de uma experiência cujo principal antagonista se tratava da Samarco, empresa de propriedade das maiores mineradoras do mundo, a Vale S.A.

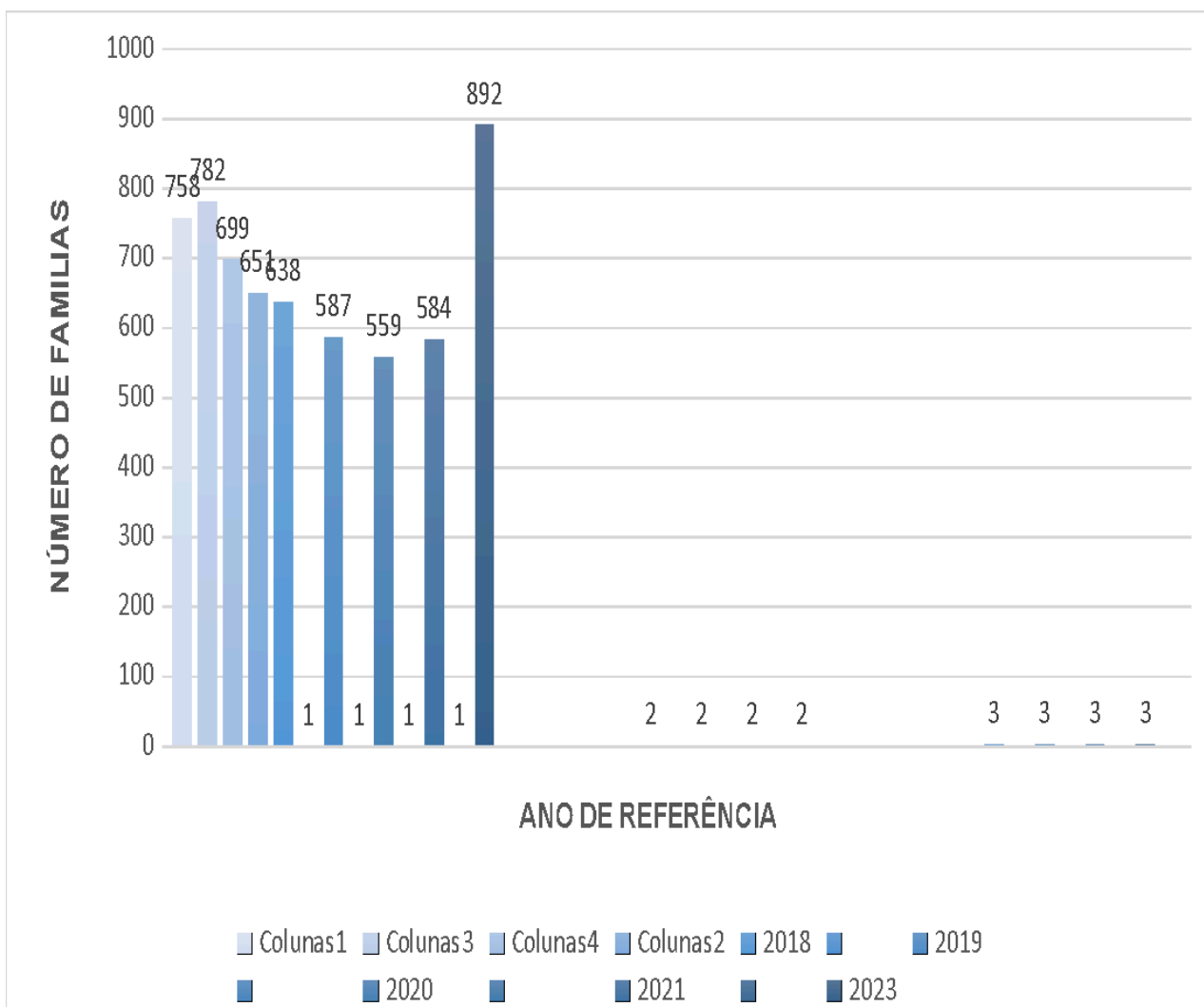
Ao mesmo tempo as assistentes sociais tiveram a oportunidade de realizar um trabalho com acesso privilegiado aos atingidos e a formulação de propostas que privilegiasse as suas considerações sobre todas as questões discutidas com esta população. Apesar deste contexto, houve dificuldades relativas ao tamanho da equipe, a judicialização da reparação e as restrições impostas pela pandemia do covid-19.

Dados das políticas de Saúde, Assistência Social e Educação que compuseram ofício da Comissão de atingidos e atingidas para a Câmara técnica de Saúde (CT-Saúde) a fim de buscar reverter a aprovação do Plano de Ação em Saúde diverso daquele construído pela comunidade oferecem informações importantes para demonstrar o efeito e o agravamento dos danos causados pelo rompimento as pessoas do município.

Em relação à saúde da população e conforme estimativa organizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Barra Longa sobre os atendimentos realizados no município entre 2014, ano anterior ao rompimento, e junho de 2023 observa-se que os agravos em saúde vêm ocorrendo com intensidade e amplitude contínua.

O gráfico 1, com dados do período citado, demonstra significativo aumento nos quadros de todas as doenças consideradas na análise. Destacamos algumas destas informações.

Gráfico 1: Estimativa dos principais atendimentos em saúde entre 2014 e junho/2023.



Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Saúde de Barra Longa; Levantamento 2014/2023; Estimativa, 2023. Reproduzido do ofício enviado à CT-Saúde.

Segundo a estimativa da Secretaria Municipal, se compararmos apenas os dados do ano de 2018, ano de elaboração da proposta de Plano de Ação em Saúde¹⁵, e os dados do ano de 2022, houve aumento de 98% nos casos de sintomas gripais/doenças respiratórias e alergias. Os casos de mal-estar geral (tontura, náusea, diarreia, dor de cabeça, dor no corpo, vômito, desidratação, perda

¹⁵ O Plano de ação em saúde em saúde foi uma proposta para a orientar as medidas de reparação em saúde no município. O documento foi elaborado coletivamente pelo Coletivo de Saúde, a Comissão de atingidos e atingidas de Barra Longa e a Secretaria Municipal de Saúde com apoio da Assessoria técnica.

de apetite) indicam um aumento de 94% de atendimentos. Sobre as doenças dermatológicas/reações alérgicas, situações sempre destacadas pela população, os dados indicam um aumento de 85% de registros.

Os dados confirmam a percepção da população quanto ao aumento do consumo de álcool e drogas no município revelando um percentual de 82% nos casos ligados à alcoolismo, dependência química e tabagismo.

Chama atenção os dados sobre os atendimentos com quadro de convulsão/desmaios com aumento de 133%, insônia, ansiedade, alucinações e depressão com percentual de 73,4% de aumento e ainda os casos de hipertensão/diabetes/dislipidemias com 55,42% de aumento.

É importante ressaltar ainda que os dados de 2023, que consideram os meses de janeiro a junho, já apontavam a tendência de superação do número de casos para a maioria das doenças e quadros observados demonstrando que os agravos em saúde seguem se intensificando.

Dentre os vários aspectos de piora observados se destaca a constatação do aumento das demandas de diversos Transtornos de Ansiedade Generalizada (TAG) entre os quais se colocam Transtornos fóbicos, Agorafobia, Fobia específica, Fobia social, Transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), Transtorno de pânico e Transtorno de Estresse pós-traumático. É importante ainda ressaltar que os atendimentos com estes quadros corresponderam a uma média de 35% de pessoas na faixa etária de crianças (6 a 8 anos), adolescentes (12 a 18 anos) e jovens (19 a 25 anos). Segundo avaliação dos profissionais de saúde do município estes quadros envolvem ainda tentativas de autoextermínio e automutilações requerendo em alguns casos o uso de medicação de uso controlado e terapias associadas (Secretaria municipal de Saúde de Barra Longa; 2023). Importante ressaltar que todas estas situações eram pouco comuns no município se observados historicamente.

É importante destacar o aumento em relação ao uso de medicamentos de controle especial. Os dados da secretaria municipal de saúde indicaram o aumento de expressivo em relação à quantidade de comprimidos dispensados no município para vinte medicamentos controlados, são eles: Amitriptilina 25 mg, Alprazolam 1 mg, Biperideno 2mg, Bupropiona 150mg , Clonazepam 2mg, Carbamazepina 200mg, Clomipramina 25mg, Clorpromazina 100mg, Clorpromazina 25 mg, Citalopram 20 mg Diazepam 10 mg, Escitalopram 10mg, Fenitoína 100 mg,

Fenobarbital 100 mg, Fluoxetina 20mg, Haloperidol 5mg, Nortriptilina 25mg, Sertralina 50 mg, Paroxetina 20mg e Valproato de sódio 250mg. A tabela abaixo apresenta os quantitativos dispensados no período entre 2014 e junho de 2023. É possível observar o aumento crescente ao longo dos anos e como 2023 já assinalava a continuidade da tendência de aumento verificada.

Tabela 1 – Quantitativo de medicação de controle especial dispensada em comprimidos em Barra Longa entre 2014 e junho de 2023.

Medicamentos	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Jan a jun/2023
AMITRIPTILINA 25 MG	5.000	8.000	22.000	65.000	68.000	75.000	78.000	83.000	88.000	49.000
ALPRAZOLAM 1 MG	8.000	11.000	38.000	42.000	54.000	63.000	64.000	73.000	79.000	42.000
BIPERIDENO 2 MG	6.500	7.200	36.000	60.000	64.000	66.000	65.000	72.000	72.000	39.000
BUPROPIONA 150 MG	3.000	2.500	12.000	23.000	25.000	52.000	63.000	75.000	78.000	39.000
CLONAZEPAM 2 MG	8.000	8.000	23.000	32.000	43.000	65.000	65.000	72.000	72.000	35.000
CARBAMAZEPINA 200 MG	6.000	7.000	21.000	28.000	38.000	42.000	42.000	53.000	78.000	42.000
CLOMIPRAMINA 25 MG	8.000	8.000	12.000	12.000	15.000	18.000	26.000	33.000	33.000	36.000
CLORPROMAZINA 100 MG	5.000	6.000	10.000	18.000	21.000	21.000	21.000	25.000	26.000	18.000
CLORPROMAZINA 25 MG	5.000	6.000	10.000	17.000	19.000	21.000	23.000	23.000	28.000	18.000
CITALOPRAM 20 MG	8.000	10.000	23.000	28.000	33.000	32.000	33.000	38.000	41.000	33.000
DIAZEPAM 10 MG	7.000	8.000	21.000	28.000	33.000	38.000	38.000	42.000	43.000	28.000
ESCITALOPRAM 10 MG	2.000	2.000	13.000	13.000	15.000	15.000	45.000	60.000	60.000	33.000
FENITOÍNA 100 MG	7.000	7.000	18.000	23.000	23.000	23.000	38.000	38.000	38.000	16.000
FENOBARBITAL 100 MG	4.000	6.000	12.000	21.000	28.000	32.000	32.000	32.000	32.000	18.000
FLUOXETINA 20 MG	8.000	12.000	23.000	32.000	32.000	48.000	54.000	65.000	78.000	42.000
HALOPERIDOL 5 MG	6.000	8.000	28.000	32.000	32.000	36.000	36.000	38.000	38.000	18.000
NORTRIPTILINA 25 MG	6.000	9.000	12.000	18.000	23.000	23.000	23.000	32.000	32.000	18.000
SERTRALINA 50 MG	8.000	12.000	18.000	29.000	33.000	48.000	48.000	48.000	50.000	23.000
PAROXETINA 20 MG	4.000	10.000	14.000	20.000	23.000	23.000	29.000	33.000	33.000	16.000

VALPROATO DE SÓDIO 250 MG	8.00 0	12.000	19.000	19.000	23.000	26.000	32.000	44.000	60.000	29.000

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Saúde de Barra Longa, 2023. Reproduzido do ofício enviado à CT-Saúde.

A insuficiência da cobertura em saúde no município tem repercutido em outros âmbitos da vida das pessoas atingidas. Segundo relato das pessoas atingidas e trabalhadores dos serviços públicos a dificuldade de acesso ao tratamento adequado incidiu no quadro socioeconômico das famílias provocando o aumento na busca pelos serviços da política de assistência social no município. Dados da secretaria municipal de assistência social confirmam esta percepção.

Na tabela 2 observa-se o aumento dos atendimentos realizados pelos serviços ligados à proteção social desde 2015, quando ocorreu o rompimento, com destaque para os anos de 2018, 2019 e 2022 com 5.061, 4.701 e 5.147 atendimentos, respectivamente.

Tabela 2. Total de Atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento Integral à Famílias (PAIF)

Mês/Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Janeiro	-	103	191	256	549	365	358	359	532
Fevereiro	-	-	186	386	302	286	322	272	576
Março	-	165	194	328	322	295	426	396	497
Abril	-	143	142	402	286	328	326	426	302
Maior	180	102	226	402	456	222	306	396	389
Junho	103	386	152	522	386	286	498	369	556
Julho	109	145	302	517	298	387	228	436	
Agosto	90	174	306	528	328	378	265	486	
Setembro	97	158	318	389	456	402	326	498	
Outubro	102	152	320	480	496	386	356	521	
Novembro	189	162	320	565	426	289	286	553	
Dezembro	87	179	344	286	396	326	298	435	
Total	957	1998	3001	5061	4701	3950	3995	5147	2852

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra Longa, até junho de 2023. Reproduzido do ofício enviado à CT-Saúde.

A tabela 3 reforça os dados apontando o expressivo número de famílias acompanhadas pela proteção social com destaque para o mesmo período de 2018, 2019 e 2022.

Tabela 3 - Total de Acompanhamento realizados pelo Serviço de Atendimento Integral à Famílias (PAIF)

Mês	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Janeiro	-	187	408	536	196	256	276	205	395
Fevereiro	-	386	398	589	236	126	262	215	426
Março	-	365	426	548	386	76	356	215	416
Abril	-	389	416	489	326	25	296	385	428
Maio	189	346	426	598	349	102	302	365	456
Junho	186	565	422	602	206	90	286	398	481
Julho	178	325	489	622	221	155	298	386	
Agosto	122	428	492	618	256	286	279	322	
Setembro	150	402	528	646	256	220	298	364	
Outubro	168	426	531	260	269	255	252	416	
Novembro	162	386	531	275	286	222	256	402	
Dezembro	165	399	546	439	236	296	189	389	
Total	1320	4604	5613	6222	3223	2109	3350	4062	2602

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra Longa, 2023. Reproduzido do ofício enviado à CT-Saúde.

Já a tabela 4, evidencia a crescente busca da população por benefícios eventuais, o que assinala o comprometimento de renda das famílias. Observa-se o crescimento anual do número de famílias com acesso a este tipo de benefício indicando a continuidade do processo de empobrecimento das famílias.

Tabela 4 - Total de Benefícios Eventuais atendido pelo Serviço de Atendimento Integral à Famílias (PAIF)

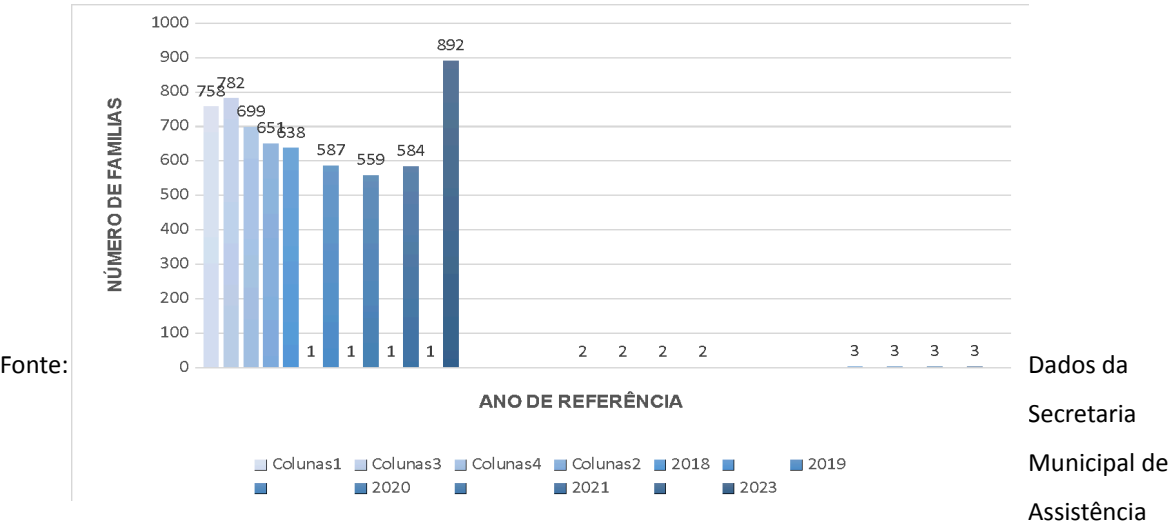
Mês	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Janeiro		58	48	85	56	150	158
Fevereiro		44	64	56	65	98	114

Março	31	60	72	50	82	113	139
Abril	39	64	78	98	79	110	154
Maio	43	81	92	90	91	119	139
Junho	44	93	56	78	95	138	188
Julho	95	67	71	90	83	104	
Agosto	83	71	83	63	86	107	
Setembro	48	70	74	70	102	134	
Outubro	52	75	88	60	80	130	
Novembro	60	76	94	80	93	111	
Dezembro	63	74	78	102	99	154	
Total	558	833	898	922	1011	1468	892

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra Longa, até junho de 2023. Reproduzido do ofício enviado à CT-Saúde.

Confirme o Gráfico 2 o número de pessoas que buscaram por benefício de transferência de renda também teve expressivo aumento no município indicando a ampliação do público-alvo com perfil de renda para acesso ao benefício.

Gráfico 2 – Quantidade de Famílias que receberam o Benefício Bolsa Família entre 2014 e 2023



Conforme os dados da secretaria municipal de Assistência Social também houve aumento da procura e nos valores do aluguel social. Isto reflete tanto o quanto a moradia das famílias foi afetada pelo rompimento, especialmente pelo

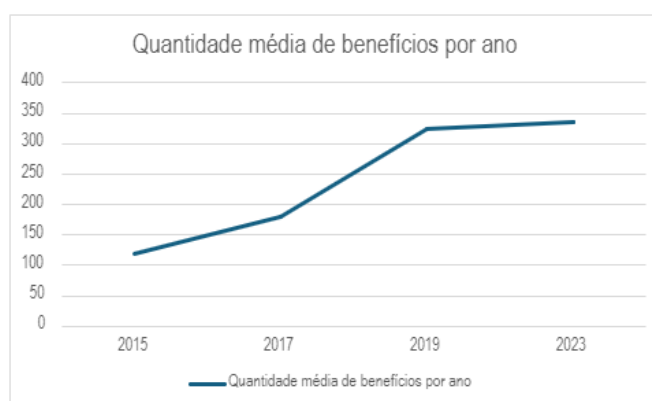
processo de retirada da lama, que envolveu o emprego de maquinário e veículos pesados cujo tráfego causou rachaduras em moradias, até então não afetadas pelo rompimento, configurando um processo que gerou danos a partir do rompimento. Assim, muitas famílias passaram a vivenciar situação de risco nas moradias sendo, portanto, obrigadas a deixar as suas casas. Mas também aponta o processo de elevação do valor dos aluguéis a partir da chegada de várias empresas terceirizadas e seus trabalhadores

Tabela 5 – Valores de aluguel e quantitativo de benefícios entre 2015 e 2023

Ano	Faixa dos valores de aluguel	Quantidade média de benefícios por mês	Quantidade média de benefícios por ano
2015	R\$150,00 a R\$300,00	10	120
2017	R\$200,00 a R\$400,00	15	180
2019	R\$250,00 a R\$500,00	27	324
2023	R\$300,00 a R\$600,00	28	336

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra Longa, 2023. Reproduzido do ofício enviado à CT-Saúde. Reproduzido do ofício enviado à CT-Saúde.

Gráfico 3 – Quantidade média de benefício de auxílio moradia de 2015 a 2023



Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra Longa, 2023. Reproduzido do ofício enviado à CT-Saúde.

Outro dado que merece destaque trata do abrigamento de pessoas idosas. Segundo informações da secretaria municipal da Assistência Social, em 2023 o município contava com 7 idosos abrigados em instituições de longa permanência e 3 aguardavam vagas. Este quadro chama atenção, pois segundo relato da gestora da política à época não havia este tipo de demanda antes do rompimento.

Outro dado preocupante diz respeito ao efeito do rompimento na saúde e aprendizado das crianças e adolescentes. Em 2023 a rede de educação municipal contava com 278 estudantes distribuídos entre maternal, com 58 crianças, 1º período com 54 crianças, 2º período com 62 crianças, 1º ano com 54 crianças, 2º ano com 62 crianças, 3º ano com 24 crianças, 4º ano com 14 crianças e 5º ano com 26 crianças. Os profissionais da educação avaliaram que em torno de 115 crianças apresentavam quadros de ansiedade e/ou depressão e deste número 15 crianças tomavam medicação psicotrópica (Dados da Secretaria Municipal de Educação, 2023).

Os profissionais observaram que 30 crianças apresentavam algum tipo de dificuldade de aprendizado. Metade destas crianças, ou seja 15, precisavam de suporte profissional para apoio psicopedagógico, mas apenas 5 crianças contavam com este tipo de recurso. Trabalhadores da educação, pais e familiares de crianças e adolescentes relataram que para o tratamento em saúde mental de crianças e adolescentes muitas famílias precisavam se deslocar para outros municípios assumindo todos os custos envolvidos (Secretaria Municipal de Educação, 2023).

Todo este cenário se agrava ainda mais quando lembramos que a lama do rompimento permanece no município fazendo com que toda a comunidade esteja em constante contato com a fonte de contaminação, seja pela poeira, pela lama ainda presente nos quintais, pelo contato com as fontes de água que receberam a lama, ou pela proximidade com os locais onde o rejeito foi depositado no município.

Outro elemento agravador do quadro foi a pandemia do COVID-19 que teve efeitos tantos na saúde quanto no limite posto as ações presenciais das pessoas atingidas em relação à luta pela reparação integral. Por tudo isso percebe-se o quanto a Assessoria técnica independente se configura como um importante

instrumento para as famílias atingidas e explica por que após mais de 3 anos da saída da ATI do território as pessoas atingidas lutam pelo direito de ter a assessoria novamente.

Importante destacar que desde o encerramento do projeto de assessoria em Barra Longa a população atingida reivindicou a continuidade. Ainda no período final e execução das atividades a partir da solicitação das pessoas atingidas, o MPF apresentou pedido à Justiça Federal em Minas Gerais para a continuidade da assessoria para o município. No entanto, apesar de decisão favorável, em maio de 2023, estendeu em 12 meses o prazo de atuação da assessoria técnica no município. Conforme informação disponível na página do MPF ¹⁶ a decisão reconsiderou uma determinação de 2022 que, à época, julgou o prazo de 36 meses suficiente para atuação da Aedas no território e negou a solicitação de continuidade do Projeto de assessoria técnica em Barra Longa.

Na decisão proferida em 2023, o juiz responsável estabeleceu o prazo de 24 meses para atuação das assessorias técnicas com possibilidade de prorrogação de 12 meses em casos justificados. Para estabelecer este prazo o juiz considerou que a assistência técnica às comunidades atingidas deve ocorrer com celeridade e eficiência. Em relação a Barra Longa, no entanto, entendeu-se haver a necessidade de certos esclarecimentos à população uma vez que houve pouco avanço quanto a retirada do rejeito do município (que foi depositado em diferentes locais como o parque de exposição e o campo de futebol), discussões ambientais, laudos sobre a saúde humana, sobre contaminação da água, entre outros temas. Assim a prolongação do prazo de atuação da ATI foi considerada oportuna. No entanto, até o presente momento não houve a retomada do trabalho da ATI no município.

Importante ressaltar que houve conquistas importantes para a população atingida como um todo e que podem favorecer a luta das pessoas atingidas pela reparação, especialmente no que se refere ao direito à assessoria técnica independente. Destacamos especialmente a aprovação, em 18/12/2020, em Minas

¹⁶ A publicação do MPF sobre a decisão judicial está disponível em: <[Justiça estende prazo para atuação de assessoria técnica em território atingido pelo rompimento da barragem de Fundão — MPF-MG de 1º grau](#)>. Acesso em: 25/10/2024.

Gerais do Projeto de Lei 1200/15 que estabeleceu a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos (PEAB)¹⁷ assegurando assistência às pessoas ou populações afetadas por impactos decorrentes da construção, instalação, ampliação ou operação de barragens e outros empreendimentos. A PEAB define o conceito de atingidos por barragens, lista os direitos destas populações e determina as formas de reparação, os mecanismos de financiamento e o órgão gestor da política, prevendo a participação da população.

Em 14/11/2023, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei 2788/2019, que criou a Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB). Considerada um avanço histórico a aprovação da PNAB¹⁸ é uma vitória e resultado da luta de mais de 30 anos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A nova legislação estabelece o marco regulatório de garantia dos direitos dos atingidos, que, até agora, tinham a Reparação regidas por Termos de Ajustamento de Conduta e acordos judiciais, mecanismos que a partir das situações concretas observadas estabelecem assimetrias nos processos de reparação. Além disso, a norma reconhece quem são as pessoas atingidas e prevê a garantia de direitos importantes como reassentamento, reparação integral às comunidades e de medidas para a retomada econômica e produtiva.

Mais recentemente, em 25/10/2024, foi assinado o acordo de repactuação¹⁹ da reparação ao rompimento de Mariana. O acordo é fruto do processo de negociação entre o governo, familiares e empresas que se desenrola há nove anos e foi costurado nos últimos dois anos. As empresas responsáveis pelo desastre-crime, Vale S.A., Samarco e BHP Billiton, concordaram em pagar mais R\$130 bilhões para custear a reparação na bacia do rio Doce. Este valor se soma ao montante de R\$37 bilhões gastos pela Fundação Renova.

A repactuação estabeleceu que R\$ 12 bilhões devem ser destinados à saúde coletiva, R\$ 17,8 bilhões para projetos socioambientais em Minas Gerais e Espírito

¹⁷ O texto aprovado da PEAB pode ser acessado em: <[Lei nº 23.795, de 15/01/2021 - Texto Original - Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#)>. Acesso em 25/10/2024.

¹⁸ O texto aprovado da PNAB pode ser acessado em: <[L14755](#)>. Acesso em 25/10/2024.

¹⁹ Mais informações sobre o acordo de repactuação estão disponíveis em: <[Indenizações individuais, extinção da Fundação Renova e do CIF: governo federal apresenta o estágio atual da Repactuação do Acordo de Mariana - Aedas](#)>. Acesso em 25/10/2024.

Santo, R\$ 11 bilhões para programa de saneamento básico, R\$ 7 bilhões para ações de retomada econômica, R\$ 4,6 milhões para a recuperação de rodovias, como a BR-262 e BR-365 e R\$ 640 milhões para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios da Bacia do Rio Doce. Assim a reparação soma o valor total de R\$167 bilhões. Cerca de R\$100 bilhões serão repassados ao Poder Público (governos federais, estaduais e municipais) em parcelas, durante os próximos vinte anos para a execução de projetos e ações com vistas a promover a reparação às famílias atingidas pelo rompimento.

Apesar do valor acordado configurar expressivo montante de recursos o valor previsto para as indenizações individuais, após 9 anos da tragédia, fica em torno de R\$35 mil por pessoa e chega ao máximo de R\$95.000 para agricultores familiares, pescadores e garimpeiros tradicionais. O valor é considerado baixo pelas pessoas atingidas. Para o MAB o valor de indenização individual não é suficiente para reparação integral se estabelecendo a necessidade de continuidade de luta das populações atingidas. Em nota²⁰ o Movimento afirma que terão continuidade as ações judiciais relativas às indenizações tanto na justiça brasileira, junto aos governos como também as ações abertas em cortes internacionais, como a ação que corre na Corte Inglesa na qual os familiares pedem R\$260 bilhões de ressarcimento.

Outra crítica à repactuação diz respeito à ausência de participação das pessoas atingidas nos espaços de debate e decisão sobre o acordo. O MAB afirma que reivindicou às instituições de justiça (IJs), ao poder judiciário e aos governos assento na mesa de negociação da repactuação, mas a reivindicação foi negada e o acordo construído e assinado sem a participação das vítimas do desastre-crime. Por fim é importante ressaltar que a repactuação previu o fim da Fundação Renova, com

²⁰ A nota do MAB sobre a repactuação do acordo do rio Doce está disponível em: <[NOTA | Movimento dos Atingidos por Barragens se posiciona frente ao Acordo de Repactuação do crime em Mariana \(MG\)](#)>. Acesso em 25/10/2024.

isto a execução das ações de reparação continua sobre responsabilidade da Samarco, mas agora com a marca “Reparação Bacia do Rio Doce”²¹

Além disso, cabe ressaltar que a repactuação não conseguiu garantir indenização para todos os grupos de pessoas atingidas que reivindicam indenização. O novo acordo prevê que serão indenizados agricultores familiares, pescadores, garimpeiros tradicionais e pessoas com cadastro no Programa de Indenização Mediada (PIM). Desta forma uma grande diversidade de sujeitos atingidos ficam excluídos do direito a indenização. Vale aqui destacar que as famílias atingidas sempre questionaram a dificuldade de realizar, por exemplo, o cadastro. O cadastro inclusive foi alvo de decisão judicial²², devido a violações observadas pelas instituições de justiça. Outra questão diz respeito à dificuldade de comprovação das atividades de pesca e garimpo tradicional. Desta forma muitas pessoas atingidas sentem que

Por fim cabe ressaltar que desde 2018 existe um processo contra a BHP Billiton correndo na justiça da Inglaterra. A ação coletiva considera injustos os valores de indenização pagos/propostos às pessoas atingidas pela Fundação Renova e que os responsáveis pelo desastre-crime não foram responsabilizados pela justiça brasileira. A abertura da ação foi possível porque na época do desastre-crime a BHP Billiton, empresa anglo-australiana, tinha sede naquele país e operava no Brasil através da mineradora Samarco S.A. empresa responsável pela barragem de Fundão. Portanto, a BHP está sujeita às legislações inglesas.

A ação prevê um montante de indenização de R\$ 230 bilhões de reais e soma mais de 700.000 autores, entre pessoas atingidas, comunidades indígenas, municípios e diferentes instituições, segundo o escritório Pogust Goodhead²³, que

²¹ Segue link de acesso a página da Reparação Bacia do Rio Doce: [Home - Reparação Bacia do Rio Doce](#). Acesso em 17/04/2025.

²² Segue link de publicação sobre a questão: [Justiça determina mudanças no sistema de cadastros e indenizações da Fundação Renova - ADAI; Justiça reconhece que Fundação Renova violou direitos e discriminou mulheres atingidas pelo desastre-crime de Mariana – Centro Agroecológico Tamanduá; Justiça determina que Fundação Renova corrija cadastro de mulheres atingidas pelo desastre de Mariana](#). Acesso em 17/04/2025.

²³ Mais informações sobre o processo estão disponíveis na página do escritório que representa a ação: [Caso Mariana](#). Acesso em 17/04/2025.

representa o caso. Ainda segundo o escritório este é o maior processo coletivo da Inglaterra.

Imagem 6. Pessoas atingidas em manifestação durante audiência do processo em Londres.



Representantes da comunidade indígena dos Krenak, atingidos pela tragédia da Samarco em Mariana, em Londres — Foto: Divulgação/Matthew Pover

A ação inglesa passou a ser uma esperança para as pessoas atingidas, especialmente, após a repactuação, pois muitas pessoas ficaram fora dos critérios para o recebimento de indenização via repactuação e esperam acessar a indenização justa através desta ação. Contudo cabe observarmos que se isto ocorrer o acesso ao valor se dará por meio da ação da justiça de um país estrangeiro e não pela justiça brasileira.

Segundo informações publicadas por diversos veículos jornalísticos²⁴ o escritório que representa a causa alega que a BHP Billiton tinha conhecimento dos riscos de rompimento da barragem e, como acionista da Samarco, deve responder

²⁴ Seguem links de acesso a algumas das matérias publicadas sobre o tema: [Mariana: em julgamento na Inglaterra, defesa dos atingidos diz que BHP estimava mortes e gastos em caso de colapso da barragem | Minas Gerais | G1](#); [Tragédia de Mariana: Justiça inglesa vai julgar ação contra mineradora BHP que pode chegar a R\\$ 150 bilhões | Minas Gerais | G1](#); [Tragédia de Mariana: Justiça da Inglaterra retoma julgamento da BHP Billiton; veja cronograma | Minas Gerais | G1](#); [Julgamento da Vale e da BHP Billiton na Inglaterra é retomado](#); [Ação contra a BHP na Inglaterra já chega a 700 mil autores: valor alcança R\\$ 230 bilhões - Folha1](#); [Corte de Londres marca audiência sobre caso Mariana para julho | Agência Brasil](#); [Tribunal de Londres define datas para segunda fase do processo da tragédia de Mariana - Metro 1](#). Acesso em 17/04/2025.

pelos danos causados. Além disso, a mineradora não adotou medidas de segurança tais como evacuação preventiva das pessoas de Bento Rodrigues e acionamento de sirene mesmo sabendo que em caso de rompimento o volume de rejeito inundaria a comunidade em menos de 10 minutos.

As alegações da defesa consideram ainda que a mineradora realizou estimativas internas com a previsão de até 100 morte, gasto inicial de US\$200.000 por vítima e gasto total de US\$ 1,25 bilhão com o pagamento de multas, compensações, processos judiciais e reparações.

O caso já passou pela fase de audiências, nas quais ocorreram oitivas de especialistas, argumentação e alegações finais das partes envolvidas. Assim, a expectativa é que a sentença seja proferida em meados de 2025.

Diante do exposto até aqui não podemos deixar de trazer a reflexão acerca da “Questão Social” a fim de enxergá-la no contexto do rompimento de Mariana, pois para nós ocorre uma intersecção entre Questão Social, raça e gênero que marca profundamente os efeitos do rompimento e o processo reparação, ou mais precisamente da não reparação no território. Afinal no Brasil, os desastres socioambientais causados por grandes empreendimentos econômicos frequentemente desvelam profundas desigualdades sociais estruturais. Neste sentido, o rompimento da barragem de Fundão é um forte exemplo da assimetria pela qual a magnitude de um desastre-crime repercute sobre grupos vulnerabilizados, especialmente mulheres negras, pobres e periféricas.

Seguindo a tradição crítica do Serviço Social Yazbek (2012), observa que a questão social não é um problema isolado ou episódico, mas sim uma expressão histórica e estrutural das contradições do modo de produção capitalista. Deste modo a questão social se manifesta pelo conjunto de desigualdades, exclusões e precarizações geradas pela exploração do trabalho, que, em tempos de neoliberalismo, se intensificam com a retração do Estado e o desmonte dos direitos sociais e pelas lutas sociais próprias deste contexto.

A autora enfatiza que, no Brasil, a questão social assume contornos específicos devido ao legado escravocrata, patriarcal e colonial. Desta forma a

precarização do trabalho, a desigualdade de renda, a violência urbana e a ausência de políticas públicas eficazes são expressões visíveis desse fenômeno. Yazbek (2012) ressalta ainda que essas expressões se intensificam em momentos de “devastação do trabalho”, quando o mercado se torna o principal regulador das relações sociais. Somado a este entendimento consideramos ainda que para compreendermos a questão social brasileira é necessário realizarmos uma análise interseccional que inclua gênero e raça. Neste sentido, a perspectiva desenvolvida por Álvaro (2024) aponta que o patriarcado e o racismo não são elementos acessórios, mas centrais à formação do Estado e da sociedade brasileira.

Conforme argumenta Quijano (2005) a colonialidade do poder se atualiza nas formas contemporâneas de exclusão, evidenciando que o Brasil moderno está alicerçado na continuidade da opressão dos corpos racializados e femininos. Sendo assim esta análise corrobora com as situações objetivas observadas no território atingido pelo rompimento de Fundão. Afinal, conforme os relatórios “Violência doméstica contra as mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão” (FGV, 2021b) e “Racismo e o processo de remediação do desastre da barragem de Fundão” (FGV, 2021a), os impactos do desastre-crime foram vivenciados de forma desigual por diferentes grupos sociais, sendo as mulheres, especialmente negras e pobres, as mais afetadas.

No mesmo sentido Farias (2019) demonstra que o desastre acarretou a perda de moradias, vínculos comunitários, meios de subsistência e redes de apoio – elementos essenciais para a manutenção da vida cotidiana das mulheres. Neste contexto, muitas mulheres foram lançadas à informalidade e à dependência econômica, o que resultou em maior vulnerabilidade à violência doméstica e institucional. Como aponta também o relatório “Violência doméstica contra as mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão” (FGV; 2021b), a destruição dos territórios comunitários intensificou situações de abuso, agravadas pela ausência de políticas públicas de suporte emocional e material.

A dimensão racial também é central para a análise dos efeitos do desastre. O relatório da Fundação Getúlio Vargas “Racismo e o processo de remediação do desastre da barragem de Fundão” (FGV, 2021a) destaca como comunidades

quilombolas e negras foram sistematicamente excluídas das ações de reparação, tal como denunciado, por exemplo, pela comunidade remanescente quilombola de Gesteira, em Barra Longa. Neste processo estas populações têm direitos coletivos ignorados e participação limitada nos processos decisórios. Isso evidencia o que autores como Silva (2018) denominam de racismo ambiental – a exposição desproporcional de populações negras e pobres a riscos ambientais e à negligência do Estado e das empresas. O racismo ambiental ficou bastante evidente em Barra Longa quando parte do rejeito retirado do centro da cidade foi levado para áreas periféricas da cidade na qual a população é predominante negra, tais como a Volta da Capela e o bairro do Rosário.

Tudo isto reforça o entendimento de que a questão social brasileira é inseparável da desigualdade racial e de gênero, e que suas expressões mais cruéis emergem justamente quando as estruturas de suporte social são desmanteladas ou negligenciadas. Assim, ao analisarmos a manifestação da questão social no contexto do desastre-crime de Mariana se torna fundamental a incorporação e a articulação das perspectivas de raça e gênero. Afinal as mulheres atingidas não são apenas vítimas de um desastre ambiental, mas sujeitos políticos cuja experiência encarna as contradições históricas do desenvolvimento brasileiro e que no cenário de rompimento de barragem da mineração adquire particularidades que precisam ser evidenciadas com vistas a reparação justa e integral dos danos.

Assim, reconhecer os danos sofridos por essas mulheres, majoritariamente negras, é reconhecer também a necessidade de outro modelo de sociedade, que rompa com a exploração, a colonialidade e a desigualdade que ainda estrutura o Brasil. Como propõe Yazbek, a questão social é o espelho da luta de classes; e, nesse espelho, é preciso enxergar também as lutas das mulheres negras por reconhecimento e reparação para uma vida digna.

Diante do exposto percebe-se que a reparação é um processo contínuo e muito longo de luta das pessoas atingidas e cujas conquistas levam tempo para serem acessadas. Neste cenário consideramos que os desafios ao Serviço Social são inúmeros e que explorar uma experiência de trabalho que se propõe crítica se coloca no sentido de evidenciar as possibilidades deste tipo de trabalho.

2. A construção do Projeto Ético-político

O Serviço Social é uma profissão profundamente marcada pela dinâmica das forças sociais em disputa. Como nos apontaram Iamamoto e Carvalho (1996) foi pelo movimento do modo de produção capitalista ou mais precisamente pelo embate entre as classes sociais fundamentais, burguesia e trabalhadores, que se tornou necessário o atendimento de parte das demandas da classe trabalhadora pela elite dominante. Neste processo ocorrido principalmente nos países que despontaram no desenvolvimento da industrialização capitalista, como a Inglaterra durante os séculos XVIII e XIX, o movimento operário ganhou força e conseguiu tensionar a relação entre as classes de modo a pôr em risco a hegemonia da classe dominante. O resgate da trajetória da profissão nos mostra que o Serviço Social surge como profissão no bojo deste processo.

Foi pelo risco real de ruptura com a dominação vigente que a burguesia realizou algumas concessões à classe trabalhadora. Estas concessões se traduziram em ações voltadas a amenizar os efeitos da exploração da força de trabalho, mas não de eliminá-la. Este seria o fim do modo de produção capitalista. Tais ações ou medidas se expressaram por meio dos sistemas de Seguridade Social pelos quais foram organizadas as chamadas políticas sociais voltadas, principalmente, a garantir a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho na fase industrial do capitalismo.

Para tanto tornou-se necessária a ação de um profissional capaz de executar as medidas voltadas aos trabalhadores de modo a garantir o seu controle e adaptação ao modo de produção vigente. Neste processo a profissão do Serviço Social se colocou como recurso fundamental à estratégia capitalista de dominação. Os/As assistentes sociais assumiram o papel de agente executor das políticas sociais contribuindo desta maneira para a manutenção da ordem capitalista (IAMAMOTO E CARVALHO, 1996).

Sobre isso, como já assinalamos, Iamamoto e Carvalho (1996) ressaltam um ponto que merece destaque: a profissão surgiu demandada pela classe dominante para atuar junto à classe trabalhadora ao mesmo tempo em que o/a assistente social também é um/uma trabalhador/a. Aqui se percebe a contradição fundamental presente na profissão e que assumirá destaque nas reflexões sobre a profissão a partir dos anos de 1960, no movimento de busca renovar as referências e o direcionamento da categoria dos/das assistentes sociais e promoveu a construção do projeto profissional crítico. Este ponto de reflexão é importante pois estabelece o tensionamento do trabalho vinculado ao projeto profissional crítico.

Isto posto é necessário considerar que apesar de os/as profissionais alterarem ética e politicamente o compromisso da categoria buscando, desde então, contribuir para a construção de uma sociedade diversa da sociedade capitalista, obrigatoriamente precisam oferecer respostas profissionais que atendam aos seus empregadores. Desta forma a profissão buscará com o projeto profissional crítico estabelecer uma nova legitimidade profissional.

Como sabemos o atual projeto ético-político da categoria é fruto do processo de “renovação” do Serviço Social Brasileiro que a partir dos anos de 1960 buscou romper com o conservadorismo na profissão e que ganhou força ao longo das décadas seguintes. O contexto de efervescência social e política pelo qual o país passava favoreceu o aprofundamento das reflexões sobre o papel do Serviço Social levando à significativa alteração no direcionamento da categoria e tornando favorável a construção de um projeto profissional novo, crítico e progressista (NETTO, 1999).

O “Congresso da Virada”, como ficou conhecido o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em 1975, é considerado o marco referencial de origem do atual projeto profissional tendo em vista a explicitação do novo posicionamento da categoria profissional naquele evento.

Ao longo dos anos de 1980 o novo posicionamento da categoria ganhou força embalado pela redemocratização do país, terreno fértil para propostas questionadoras do conservadorismo. Sobre este período Barroco (2004) observa:

Ao mesmo tempo, os anos 1980 sinalizam a maturidade teórica do projeto ético político profissional evidenciado pela sua produção teórica sua capacidade crítica e interlocução respeitada com outras áreas do conhecimento sua consolidação por meio do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação e da pesquisa em serviço social como uma área de produção de conhecimento. [...] (BARROCO, 2004; p.28).

Desta forma a profissão seguiu buscando estabelecer um novo modo de ser e durante os anos de 1990, período marcado foi por profundas transformações no mundo capitalista²⁵, os/as profissionais aprofundaram a apropriação teórico-metodológica sobre a teoria social crítica de tradição marxista e avançaram nas reflexões sobre a ética. A esse respeito Barroco (2004) conclui:

O amadurecimento teórico, no campo da ética, só se desenvolve a partir da década de 1990, tendo como pressuposto o acúmulo anterior e o avanço possibilitado, entre outros, pelo enfrentamento do conhecimento filosófico por parte do Serviço Social, em sua vertente marxista, a ampliação do conhecimento das teorias éticas e do pensamento político moderno contemporâneo, da apropriação da reflexão da reflexão ética marxista por novos autores orientados pela ontologia social de Marx (BARROCO, 2004; p.31).

O entendimento aberto pelas reflexões sobre a sociedade e à profissão levou a mudança de compromisso da categoria. Desta forma a categoria substituiu os valores tradicionais por valores progressistas e assumiu o compromisso com a construção de uma nova ordem social, sem exploração, ou seja, diversa da ordem capitalista (BARROCO, 2010; 2012; BARROCO; TERRA, 2012).

Assim é possível afirmar que a construção do PEP envolve a ruptura com o Serviço Social tradicional a partir da substituição das bases ético-política, político-organizativa, de formação, da produção acadêmica da profissão e do trabalho profissional e se alinha a um projeto de sociedade anticapitalista (CFESS, 1993)

Internamente as alterações ocorridas na profissão contaram com o protagonismo das entidades representativas da categoria se destacando o Conselho

²⁵ Tais mudanças foram, especialmente, marcadas pelo avanço da política neoliberal que estabelece a contrarreforma do Estado, ou seja, a expressiva redução de sua atuação junto à esfera social, e pela reestruturação produtiva, processo que pautou a desregulamentação dos mercados e do trabalho formal. Além disso se destacaram as mudanças na esfera da produção, especialmente posta pela adoção do modelo de acumulação/produção flexível cuja produção ocorre conforme a demanda e com utilização de alta tecnologia levando ao descarte, ou seja, ao desemprego de milhares de trabalhadores por todo o mundo.

Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social – ou o conjunto CFESS-CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Estas entidades vieram se reorganizando desde o Movimento de Reconceituação²⁶ e estabeleceram a construção coletiva do novo projeto profissional e a dimensão político-organizativa da categoria²⁷ (BRAZ, 1999).

A movimentação ocorrida na profissão incidiu na proposta de formação para o Serviço Social. Afinal se tornou necessário que a formação dos/das assistentes sociais refletisse o novo direcionamento da categoria profissional. O amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a adoção da tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica e a necessidade de elaborar as respostas profissionais à conjuntura posta exigiram a revisão do conteúdo previsto para a formação dos/das assistentes sociais. Neste processo a ABEPSS, naquele momento ainda chamada Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) tem como marcos o currículo de 1982 e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social²⁸, aprovadas em 1996, expressam o avanço do projeto profissional crítico no âmbito da formação profissional como se lê no trecho em destaque que compõe a Introdução da edição comemorativa dos 25 anos das Diretrizes, alcançados em 2021:

O projeto de formação profissional orientado pelas diretrizes curriculares da ABEPSS tem sua direção social ancorada na crítica radical de todas as formas de exploração e opressão, inelimináveis dentro dos marcos do capitalismo. Essa crítica articula a proposta de formação profissional em Serviço Social na perspectiva da totalidade social que se organiza, aos fins didático-pedagógicos, em três núcleos de fundamentação indissociáveis: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho Profissional. Essa concepção visa a formação de

²⁶ O Movimento de Reconceituação, ocorreu na América Latina por volta dos anos de 1960, e se caracterizou pela busca por novas referências para a profissão. Este processo envolveu diferentes vertentes, inclusive conservadoras, mas no Brasil a vertente orientada pelo marxismo, chamada por Netto (1999) de “intenção de Ruptura correspondeu a linha teórico-política que conseguiu avançar na construção do posicionamento da categoria se desdobrando na construção do projeto ético-político do Serviço Social.

²⁷ Braz (1999) destaca como espaços que compõem a estrutura político-organizativa da categoria o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, os CA's e DA's. Além dos fóruns consultivos e deliberativos.

²⁸ O documento com as Diretrizes gerais para os cursos de Serviço Social está disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 26/04/2023.

profissionais capazes de realizar uma leitura crítica da realidade social e de construir respostas profissionais qualificadas e comprometidas com os valores ético-políticos emancipatórios que orientam o projeto profissional (ABEPSS, 2021; p.16).

Como se vê o projeto crítico foi adquirindo densidade teórica e força política o que levou a hegemonia no interior da categoria profissional. Neste sentido espera-se que o trabalho dos/das assistentes sociais também expresse este posicionamento e compromisso, quando adotado pelo/pela assistente social.

Aqui cabe assinalar que a hegemonia do projeto crítico convive com a disputa de projetos profissionais na profissão, ou seja, não existe um único projeto para a profissão. O Projeto ético-político crítico possui mais força diretiva, ou seja, por sua densidade teórica e política é aquele que, atualmente, direciona a categoria. Ao mesmo tempo é importante lembrar que projetos são dinâmicos e sofrem influência do contexto histórico, político, social e cultural mais amplo (NETTO, 1999). Netto (1999, p.4-5) nos lembra que “[...] os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam”.

A existência de outros projetos profissionais na categoria assinala o alinhamento de segmentos da categoria profissional com outras perspectivas teóricas e ético-políticas, mas também refletem a angústia de profissionais que sofrem muito fortemente os efeitos da ofensiva neoliberal nos seus campos de trabalho através da regressão dos direitos sociais, da privatização e sucateamento dos serviços públicos e da precarização do trabalho. Para autores como Netto (1999) tais efeitos inclusive configuravam uma ameaça à “hegemonia” do projeto. Desta forma, em alguns momentos, sobretudo a partir da década de 1990, ouviu-se falar na categoria sobre a existência de uma “crise” do projeto ético-político. O mesmo autor observa que a perspectiva de crítica a sociabilidade neoliberal burguesa do projeto ético-político oferece potencialidade ao projeto uma vez que o alinha aos interesses das classes subalternas (NETTO, 1999). Para o autor o projeto:

[...]. E tem futuro porque aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e práticosocial) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população (NETTO, 1999; p.19)

Netto (1999) ainda aponta que a vitalidade do projeto no contexto de acirramento dos efeitos das medidas neoliberais e de ataque aos direitos depende do envolvimento coletivo, não só da categoria dos/das assistentes sociais, mas do fortalecimento do movimento democrático e popular na luta em defesa de outro modo de vida.

É evidente que estas divergências não podem ser resolvidas somente no marco do corpo profissional. Seu direcionamento positivo exige a análise do movimento social (que é o movimento das classes e camadas sociais) e o estabelecimento de relações e alianças com outros corpos profissionais e segmentos sociais (aqui incluídos os usuários dos serviços profissionais), principalmente aqueles vinculados às classes que dispõem de potencial para gestar um projeto societário alternativo ao das classes proprietárias e dominantes (NETTO, 1999; p. 6).

Do mesmo modo Teixeira e Braz (2009, p. 195) avaliam que o projeto ético-político tem sido, desde os anos 1990, fortemente tensionado pela sociedade neoliberal e pela reação conservadora no interior da profissão. Mas que pelo recente histórico político brasileiro e mundial podemos afirmar se tratar de um processo amplo, não restrito ao Serviço Social. Mas que envolve uma guinada da extrema direita mundo afora (Lowy, 2019).

Para os autores a questão coloca ao projeto está na manutenção das bases teóricas, organizativas e ético-políticas que sustentam este projeto na capacidade das respostas políticas das vanguardas profissionais às demandas postas à profissão nos seus diversos âmbitos de inserção (TEIXEIRA e BRAZ, 2009. p. 197). A reflexão tanto sobre o projeto como sobre o trabalho do Serviço Social nas suas diferentes frentes de atuação tem sido realizada com competência por diversos intelectuais e pesquisadores.

O posicionamento assumido pela categoria dos/das assistentes sociais em razão do projeto ético-político se coloca no conjunto de leis²⁹ e normativas da profissão compondo a dimensão jurídico-política da profissão (BRAZ, 1999). Entre as principais legislações do Serviço Social têm destaque o código de ética profissional (Resolução CFESS 273, 1993), a lei de regulamentação da profissão (lei 8662/93), as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (ABEPSS,

²⁹ As legislações da profissão se encontram disponíveis na página do CFES na internet a seguir: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>>. Acesso em 25/04/202.

1996; 1999;2002) e resoluções emitidas pelo conjunto CFESS/CRESS³⁰ que carregam em seu conteúdo o compromisso da categoria profissional.

Possuem importantes orientações técnicas e de reflexão alinhadas ao projeto profissional o conteúdo presente nos documentos produzidos pelo Conjunto CRESS/CFESS³¹ sobre o trabalho em diferentes áreas de atuação da profissão, tais como, a Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão (2016), a Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico subsídios para reflexão (2014), as Atribuições Privativas do/da Assistente Social em questão (2012), os Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social (2011), os Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Política de Saúde (2009), os Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social (2007), o Serviço Social na Educação (2001) e os Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (s.d.), entre outros.

Por tudo isso consideramos que o debate fundamental sobre o projeto ético-político se coloca no âmbito do exercício profissional, do trabalho e não nas proposições do projeto em questão. Estas são sustentadas com robustez pelas referências nas quais o projeto se ancora. Compreendemos que é necessário explorar tal referencial no âmbito da execução do trabalho, do seu cotidiano. Por isso nossa proposta busca se aproximar deste âmbito, da concretude do trabalho dos/das assistentes sociais.

Portanto o projeto profissional institui o direcionamento social de uma profissão e apresenta ainda o posicionamento de uma categoria na sociedade na qual é demandada e por isso tem razão de existir. Assim, necessariamente, os projetos profissionais apresentam uma dimensão política que determina sua vinculação a um projeto societário, mesmo que isso não ocorra de maneira explícita, como destacou Netto (1999), em relação aos projetos conservadores.

³⁰ As resoluções do conjunto CFESS/CRESS podem ser acessadas: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/resolucoes-do-cfess>>. Acesso em 25/04/2023.

³¹ Os documentos citados, e ainda outros, estão disponíveis para acesso na página do CFESS na internet: < <https://www.cfess.org.br/visualizar/livros>>. Acesso em 28/04/2023.

No caso do projeto profissional crítico considerando os valores expressos no código ética profissional, dentre os quais destacamos a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CEP 1993, p.24) ratifica a conclusão acerca do vínculo do projeto ético-político com um projeto de sociedade anticapitalista e, conforme apontou Netto (1999), também correspondem a projetos de classe.

Mas o estabelecimento de um projeto profissional é um processo dinâmico que conseqüentemente acarreta modificações ao seu conteúdo ao longo do tempo. Isso exige a organização dos profissionais, principalmente através de suas entidades representativas, para discussões em torno dos elementos que compõem o projeto.

Netto (1999) em um dos primeiros textos a refletir sobre o projeto profissional indicou que os projetos profissionais possuem aspectos imperativos ou obrigatórios e aspectos indicativos. Estes correspondem aos elementos que contam com consenso mínimo na categoria cujo cumprimento rigoroso é observado pelo conjunto dos/das profissionais. Já os aspectos imperativos, normalmente, se ligam à regulação jurídico-normativa, ao conteúdo previsto nas legislações as quais a profissão deve obedecer (NETTO, 1999). Ao refletir sobre a adesão dos/das profissionais ao projeto ético-político e o trabalho fruto desta vinculação junto aos aspectos indicativos podemos observar elementos importantes que sinalizem o resultado ou os efeitos do trabalho profissional crítico.

Também em uma reflexão inicial sobre o tema Braz (1999) apontou três dimensões do projeto profissional que subsistem articuladas entre si: a) a dimensão da produção de conhecimentos; b) a dimensão político-organizativa da categoria; e, c) a dimensão jurídico-política da profissão.

No mesmo sentido Teixeira e Braz (2009) destacam quatro componentes do projeto ético-político que oferecem uma organização didática para compreensão da sua estrutura: a) a explicitação de princípios e valores ético-políticos; b) a matriz teórico-metodológica orientadora; c) a crítica radical à ordem capitalista e a sua

lógica reprodutora de riqueza; e, d) as lutas e posicionamentos políticos da categoria profissional.

Observa-se que os apontamentos dos/da autores/a são convergentes e tem em comum apontamentos sobre a existência de esferas ligadas à uma base teórico-metodológica, ético-política e organizativa, jurídico-normativa capazes de demarcar o projeto profissional em destaque constituindo-o de maneira densa e assinalando a robustez que caracteriza o projeto ético-política, mas também que exigem dos/das assistentes sociais aprofundamento reflexivo para a sua adequada apreensão.

A substituição das referências teórico-metodológicas e ético-políticas do Serviço Social também teve efeitos no trabalho dos/das assistentes sociais repercutindo nas respostas profissionais elaboradas pelos/pelas profissionais. Desde o esforço inicial de rompimento com o Serviço Social tradicional os/as profissionais passaram a buscar implementar estratégias profissionais alinhadas ao fortalecimento dos interesses das camadas trabalhadoras. Neste processo as ações de controle, fiscalização e ajustamento dos sujeitos alvo do trabalho dos/das assistentes sociais e tão comuns na profissão até então, dão lugar ao esforço de implementação de experiências voltadas a favorecer o protagonismo e a organização popular.

Sobre este aspecto é importante destacar o papel dos movimentos populares, que nas diferentes conjunturas sociopolíticas do país, conseguiram colocar em pauta diferentes temas de interesse da população, tiveram/têm sobre a profissão. A esse respeito Iamamoto (2014; p.615) observa:

O Serviço Social beneficia-se de amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar do período 1964-84. No contexto de ascensão dos movimentos sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de direito, a categoria foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil com o avanço das lutas democráticas.

Desde as mobilizações iniciais contra a ditadura, que resultou, por exemplo na Passeata dos 100 mil (1968), no Rio de Janeiro, passando pelos Comícios das

Diretas Já (1984) que reivindicavam o fim da ditadura militar, pelo Movimento da Reforma psiquiátrica (décadas de 1970/80), movimento sanitário (1970), movimento pelas creches (1970), a luta pela reforma agrária, entre outras pautas. Até o cenário mais recente de mobilizações como as ocorridas em 2013 desencadeadas pelo aumento do valor da passagem do transporte público em São Paulo, mas que expressaram o descontentamento da população com o baixo investimento em políticas públicas e as ocupações de escolas em 2015 e 2016 que problematizou a qualidade do ensino público buscamos destacar que a profissão teve e ainda tem como um importante elemento provocador de questionamentos e reflexões no conjunto das lutas sociais e da capacidade política e organizativa das camadas trabalhadoras. Neste sentido faz sentido à proposta do projeto ético-político o esforço dos/das assistentes sociais com o fortalecimento das lutas e pautas populares. Afinal concordamos com Ferrarez e Barcellos (2016) quanto à necessidade de alianças da categoria com os sujeitos sociais coletivos que protagonizam as lutas sociais o que “[...] implica em criarmos estratégias e táticas de atuação no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de nossas intervenções” (Ferrarez e Barcellos, 2016; p.121).

Assim sendo o compromisso assumido pela categoria em razão do projeto ético-político exige um sujeito profissional com competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação às forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos profissionais de trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 611).

Desta forma o trabalho orientado pelo projeto ético-político exige dos/das assistentes sociais habilidades ligadas à capacidade política dos/das profissionais para a mobilização voltadas às pautas de interesse dos trabalhadores e visando estabelecer articulações que possam, mesmo que de maneira limitada, somar esforços para o fortalecimento do projeto de sociedade ao qual se vincula à

profissão. Neste sentido se afirma a constatação de Iamamoto e Carvalho (1996) sobre a linguagem como principal instrumento de trabalho dos/das assistentes sociais e considerando a vinculação dos/das assistentes sociais ao projeto ético-político exige profissionais propositivos, que não se limitem ao atendimento das demandas institucionais.

O/A profissional alinhado ao projeto ético-político deve, portanto, promover no cotidiano do seu trabalho estratégias técnico-políticas que orientadas pelo compromisso presente no projeto da categoria e que se expressam, entre outras coisas, nos princípios descritos no Código de ética dos/das assistentes sociais e que devem inspirar propostas e estratégias profissionais ligadas ao esforço de proposição e implementação de estratégias de trabalho orientadas por elementos tais como os inscritos nos princípios do nosso código de ética profissional e que refletem o esforço para a ampliação da liberdade com vistas a atingir a autonomia, a emancipação e o pleno desenvolvimento dos indivíduos; à defesa intransigente dos direitos humanos, à defesa da ampliação e consolidação da cidadania e da democracia; à defesa da equidade e da justiça social, o compromisso com a qualidade na prestação dos serviços, competência profissional, articulação com outras categorias profissionais, entre outras questões. (CFESS, 1993; p. 23-24).

Mas é importante ressaltar que o campo de trabalho dos/das assistentes sociais é atravessado por inúmeras mediações que podem favorecer ou mesmo impedir a implementação de propostas de maior envergadura no que se refere ao horizonte aberto pelo projeto profissional hegemônico. Um elemento importante neste sentido é o fato de os/as assistentes sociais serem, na maioria, profissionais assalariados. Ou seja, contratados por um empregador que espera um resultado do trabalho nem sempre alinhado ao projeto da categoria. Logo se estabelece a contradição entre autonomia profissional e trabalho assalariado.

Ao se constituírem como trabalhadores assalariados os/as assistentes sociais estão sujeitos/as aos efeitos da precarização do trabalho. Deste modo os/as assistentes sociais, como todo trabalhador enfrenta os efeitos das condições atuais da organização capitalista do trabalho determinada pelos processos de globalização e financeirização da economia pelos quais a tecnologia computacional assume

expressivo papel tanto na esfera da produção quanto na gestão do trabalho (ANTUNES, 2005). Neste quadro novo surgem formas de trabalho cujas novas características serão a precarização das condições de realização do trabalho, a flexibilização das relações e legislações trabalhistas e sociais e a informalização dos vínculos de trabalho promovendo verdadeira desregulamentação e consequente desproteção dos trabalhadores (ANTUNES, 2005). Neste quadro observa-se no Serviço Social a intensificação da terceirização e das subcontratações, contratos por tempo determinado, por projeto e/ou tarefa (RAICHELIS, 2011; p.431)

A esse respeito é necessário destacar a regressão no campo da Seguridade Social, tradicional campo de trabalho de assistentes sociais, tendo em vista tanto o ataque aos direitos sociais adotado como estratégia capitalista para diminuição das perdas no contexto da crise capitalista e a consequente adoção de novas formas de gestão das políticas sociais voltadas ao atendimento emergencial e fragmentado das demandas. Deste modo o trabalho do Serviço Social nas políticas sociais está cada vez mais normatizado, manualizado, regulado, burocratizado, e, impactado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, determinado antes mesmo da contratação do profissional. Neste sentido, os/as assistentes sociais estão submetidos aos regramentos do trabalho assalariado, assim como os demais trabalhadores, o que impõem aos profissionais o cumprimento de regras e exigências afetas ao controle do tempo gasto para a realização do trabalho.

Assim o nosso estudo envolve o assalariamento e as condições objetivas de trabalho, pois busca identificar as tensões e possibilidades de realizar um trabalho balizado também pelo projeto ético-político e deste modo destacar as suas possíveis características. Mas compreende que a relação entre o trabalho e as referências para sua realização, entre o trabalho e projeto profissional, se coloca o esforço dos/as assistentes sociais em dotar as respostas profissionais de elementos que incorporem, mesmo que parcialmente, os interesses dos usuários dos serviços sociais. Vejamos como estes elementos se colocam.

2.1. Os desafios ao trabalho orientado pelo projeto ético-político

Compreender o Serviço Social na atualidade e os desafios ao trabalho orientado pelo projeto ético-político requer que consideremos o contexto macrossocial no qual se processam as relações sociais vigentes. Isso implica análise da crise estrutural que atravessa a sociabilidade capitalista desde os anos de 1970 e que impõem aos trabalhadores, desde então, um conjunto de medidas restritivas tanto na esfera do trabalho quanto dos direitos sociais (CEOLIN, 2014). Neste sentido se colocam algumas questões ao trabalho profissional crítico tais como, existem mais limites do que possibilidades para o trabalho orientado por este projeto? Onde se colocam as possibilidades para o trabalho que se propõe em fortalecer o horizonte do projeto profissional hegemônico? E ainda que elementos podem demonstrar o vínculo entre trabalho e projeto ético-político?

Nos estudos realizados até aqui constatamos que as principais alterações ocorridas no trabalho dos/das assistentes sociais ligadas a vinculação ao projeto ético-político envolvem o compromisso dos/das profissionais com os usuários e a adoção de estratégias profissionais que buscavam favorecer seus interesses e necessidades (PEREIRA, 2018). Os/as usuários/as passam a ser compreendidos na sua condição de classe e dentro do processo histórico no qual é possível a criação de novas relações capazes de transformar a realidade social.

Contudo, questionamentos colocados por profissionais e estudantes de Serviço Social sinalizam que no processo de afirmação das novas referências profissionais o trabalho comprometido com as referências críticas da profissão se vê limitado pela dinâmica da ordem burguesa. Como se vê, nossas indagações envolvem a inserção concreta dos/das assistentes sociais na sociedade capitalista contemporânea. Sobre isso Ceolin considera:

As análises dos dilemas do exercício profissional exigem a compreensão das determinações objetivas das relações capitalistas sobre a profissão. O

processo de trabalho capitalista é presidido pela inversão do domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Seguindo a análise de Marx, a “dominação do capitalista sobre o trabalhador é, conseqüentemente a da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor” (Marx, 1978, p. 20) (CEOLIN, 2014; p.241).

É necessário ainda considerar novos elementos postos ao exercício profissional, tais como aqueles que se intensificaram recentemente no contexto da pandemia de COVID-19. A esse respeito Raichelis e Arregui (2021; p.146-147) observam:

O trabalho profissional e seus sujeitos encontram-se tensionados pelas novas situações decorrentes do isolamento social, vivenciadas por indivíduos e famílias que transitam pela condição de trabalhadores(as) informais, precarizados(as), intermitentes, com predomínio de pretos(as) e pardos(as), acompanhando as estatísticas gerais que tipificam a população brasileira para os grupos mais pobres, com destaque para as mulheres. Seu traço definidor é a desigualdade e uma emblemática condição de subalternidade, que repercute, em muitos casos, na aceitação das regras institucionais como se fossem naturais. Ao mesmo tempo, é preciso considerar as condições sociais e materiais da população atendida pelas políticas públicas, bem como as implicações quando não dispõem de celular e/ou computador com acesso à internet e recursos para acesso *on-line*.

A pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades sociais e econômicas, impactando diretamente o trabalho dos assistentes sociais. Esses profissionais, que já enfrentavam desafios significativos, viram suas condições de trabalho se deteriorarem ainda mais durante a crise sanitária. Ricardo Antunes (2020) e Raquel Raichelis (2021) oferecem importantes contribuições para entendermos esse fenômeno.

Antunes (2020) ao refletir sobre a precarização do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo argumenta que a flexibilização das relações de trabalho e a redução de direitos trabalhistas são características marcantes desse período. Neste sentido e concordando com Raichelis (2021) os/as assistentes sociais estão inseridos no contexto de precarização próprio da atual configuração do mundo do trabalho. Partindo desta consideração, Raichelis (2013) analisa as transformações nas políticas de proteção social no contexto da crise capitalista contemporânea e seus desdobramentos no trabalho dos assistentes sociais.

A autora (2021) têm demonstrado como a tendência de intensificação da precarização do trabalho se agravou durante a pandemia afetando diretamente os/as assistentes sociais que, como trabalhadores/ras assalariados/das, enfrentam processos de intensificação e precarização do trabalho nos espaços institucionais públicos e privados que podem ser traduzidos, entre outras coisas, na sobrecarga de trabalho, falta de recursos e condições inadequadas de segurança e saúde. Assim a crise sanitária mundial intensificou esses processos, evidenciando a necessidade de políticas de proteção social mais robustas e eficazes para garantir condições dignas de trabalho para todos os trabalhadores entre os quais se colocam os/as assistentes sociais.

A autora aponta ainda que a crise sanitária expôs a fragilidade das políticas públicas e a insuficiência de suporte aos profissionais. Neste contexto Raichelis (2021) problematiza a confluência das crises desencadeadas pela pandemia e seus impactos no mundo do trabalho e para o Serviço Social que tiveram que lidar com a necessidade de adaptação rápida às novas demandas, como o atendimento remoto e a intensificação das situações de vulnerabilidade social, aumentou a pressão sobre os/as assistentes sociais, muitas vezes sem o devido respaldo institucional.

A crise sanitária evidenciou a precariedade das condições de trabalho dos/das assistentes sociais, que tiveram que enfrentar a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), a sobrecarga de trabalho e a necessidade de adaptação ao teletrabalho. Além disso, a pandemia revelou a insuficiência das políticas públicas e a mercantilização dos sistemas de saúde, que deixaram os/as profissionais de Serviço Social em uma posição ainda mais vulnerável

Durante a pandemia os/as assistentes sociais enfrentaram desafios significativos incluindo a necessidade de manter o atendimento à população usuária em um contexto de isolamento social e restrições sanitárias. A falta de EPIs e a sobrecarga emocional também foram aspectos críticos. No entanto, o compromisso dos/das profissionais foi fundamental para mitigar os impactos da crise nas comunidades atendidas.

A pandemia de COVID-19, portanto, não apenas intensificou a precarização do trabalho dos assistentes sociais, mas também destacou a importância de políticas públicas robustas e de suporte adequado para os/as profissionais. Neste sentido é essencial reconhecer e valorizar o papel dos profissionais que estiveram na linha de frente do enfrentamento à pandemia tendo em vista o compromisso no combate às desigualdades sociais, especialmente em tempos de crise sanitária.

Nas entrevistas realizadas a pandemia, inclusive, foi citada como elemento que limitou o trabalho. Afinal o trabalho da assessoria até então envolvia o contato direto com as pessoas atingidas e todas as principais atividades eram, até aquele momento, presenciais e precisaram ser reformuladas.

Desta maneira os desafios postos ao trabalho dos/das assistentes sociais envolve a reflexão que considera o movimento sócio-histórico do modo de produção capitalista e seus efeitos na particularidade brasileira. Afinal,

As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais (RAICHELIS, 2010; p 751).

Outro ponto importante é perceber de que modo os/as profissionais analisam ou consideram o seu trabalho. Ao se identificarem com o projeto ético-político os/as assistentes sociais assumem o compromisso de impregnar o exercício profissional com as referências deste projeto e deste modo construir respostas profissionais alinhadas a esta vinculação. Apesar de, como sabemos, o projeto profissional se coloca na contramão da sociedade vigente.

Neste contexto, o entendimento do/da profissional sobre este aspecto do trabalho terá importante efeito sobre a sua percepção acerca das possibilidades ligadas ao trabalho vinculado ao projeto profissional hegemônico. Assim,

[...] para além das dimensões objetivas que conferem materialidade ao fazer profissional, é preciso considerar também, e de forma nem sempre convergente, o modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho as representações que faz da profissão, a intencionalidade de suas ações, as justificativas que elabora para legitimar sua atividade — que orientam a direção social do exercício profissional (RAICHELIS, 2010, p. 3)

Ao mesmo tempo em que é interpelado pela concretude das relações sociais. Aqui cabe, portanto, nos atentar para as principais mudanças ocorridas na sociedade capitalista e que correspondem ao processo de reestruturação produtiva que reorganizou o mundo da produção a fim de promover a reversão da queda tendencial da taxa de lucros e de um intenso movimento de retirada de direito também considerado elemento fundamental para a reversão da crise tendo em vista o suposto gasto exagerado com as políticas sociais.

Por esta via os impactos sobre o Serviço Social se colocam em duas frentes, uma na condição de trabalhadora dos assistentes sociais que também sofre os efeitos das alterações do mundo do trabalho e outra enquanto sujeito profissional que precisa elaborar respostas profissionais mesmo no contexto de crise. Logo se conclui que o trabalho profissional crítico será constantemente desafiado pela conjuntura restritiva e regressiva que passa orientar o modo de vida e a organização do trabalho na atualidade (CEOLIN, 2014).

Mas lembremos da afirmação de Iamamoto (2008) que a possibilidade dos/das profissionais imprimirem ao trabalho realizado a direção social a qual se vinculam se coloca na sua relativa autonomia e que é resguardada pela legislação profissional. Como sabemos o Serviço Social constitui uma profissão liberal, apesar de uma profissão uma profissão assalariada, ou seja, de não dispor das condições materiais e técnicas necessárias ao seu trabalho submetido, portanto a divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996).

Neste sentido apesar de os/as assistentes sociais, majoritariamente, exercerem a profissão por meio da contratação de uma instituição empregadora, que determinará entre outras coisas, o público-alvo dos serviços e a resposta institucional ampla, é possível aos assistentes sociais realizar ações próprias das profissões liberais especialmente ligadas ao caráter não rotineiro do trabalho e ao fato de o Serviço Social e possuir deontologia própria, ou seja, valores que orientam a profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996). Por se tratar de questão fundamental o limite posto pela subordinação institucional a qual está condicionado o trabalho da maioria dos/das assistentes sociais Iamamoto (1998) destacam que o/a profissional,

[...] ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano de trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa (IAMAMOTO, 1998, p. 63)

A mesma autora observa que a autonomia depende do contexto de lutas nos quais a profissão se insere. Deste modo poderá variar conforme a dinâmica da realidade social se colocar a favor ou não ao avanço das forças sociais que partilham do mesmo horizonte do projeto profissional hegemônico.

[...]. Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classe e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 2011; p. 415)

Mas Iamamoto e Carvalho (1996) também destacam o acesso dos/das assistentes sociais aos usuários dos serviços como espaço privilegiado e que coloca possibilidades de implementação de estratégias profissionais críticas, não exclusivamente ligadas à expectativa institucional.

Ou seja, mesmo que o Serviço Social tenha o assalariamento como limitador da intencionalidade e objetivos dos/das profissionais e consequente seja necessária a mediação institucional para o trabalho dos/das assistentes sociais existe a possibilidade de ampliação do campo de estratégias para o trabalho e as respostas profissionais às demandas ao Serviço Social a partir do conhecimento técnico, próprio da profissão, da nossa autonomia relativa e da capacidade de análise crítica e da formulação de estratégias que, aos poucos, abram espaço no cotidiano de trabalho, às ações mais alinhadas a intencionalidade ligada ao projeto ético-político. Sobre isso Simões considera que a

condição de trabalhador assalariado do Assistente social, portanto tensiona a sua autonomia, mas não inviabiliza o direito de exercer sua atividade profissional através da sua expertise ou conhecimento especializado. [...] (SIMÕES, 2012: 23-24).

Desta forma o elemento que muitas vezes restringe o exercício profissional à intervenções e atividades pragmáticas, rotineiras e despolitizadas em uma configuração que por vezes perpassam noção à ajuda e se voltam atendimento individual de necessidades coletivas pode ser “enfrentado” pela utilização da nossa autonomia relativa como espaço para aproximação dos usuários e de suas necessidades e da apreensão dos determinantes políticos, sócio-históricos e culturais presentes na dinâmica da realidade social que atravessa a particularidade do cotidiano do espaço de trabalho dos/das assistentes sociais.

Trata-se de explorar o espaço e os processos de trabalho, com vistas não só execução das requisições institucionais, mas que busquem ampliar o campo da autonomia dos/das assistentes sociais e que conta inclusive com aparato jurídico-normativo, entre os quais destacamos o código de ética e a lei de regulamentação do Serviço Social (Lei 8367/1993), que oferecem aos profissionais importantes balizadores capazes de respaldar o trabalho. No mesmo sentido, Iamamoto e Carvalho (1996, p. 80) salientaram sobre a “indefinição” sobre o “que é” e “que faz” o Serviço Social como elementos possíveis de serem explorados na mesma direção.

Raichelis (2011) apresenta uma análise semelhante quando considera que o trabalho dos/das assistentes sociais “[...] supõe muito mais do que apenas a realização de rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas ou a simples reiteração do instituído (RAICHELIS, 2011, p. 428)”. A autora considera que, além dos elementos ligados à concretude do trabalho, entre as quais se coloca os limites ligados às imposições do trabalho assalariado, é necessário considerar as dimensões subjetivas presentes nos processos de trabalho. Para tanto é necessário identificar

[...] o modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, as justificativas que elabora para legitimar a sua atividade — que orientam a direção social que imprime ao seu exercício profissional (RAICHELIS, 2011, p. 429).

É sobre estes elementos que buscamos construir a nossa proposta de reflexão explorando na pesquisa os elementos que permitirão verificar como se

estabelece a construção das propostas profissionais alinhadas ao projeto ético-político.

É importante destacar ainda que concordamos novamente com a autora quando esta considera que os conhecimentos e habilidades técnicas dos/das profissionais permitem o exercício da autonomia relativa dos/das profissionais, sendo estas propriedades dos/as assistentes sociais, mas que a sua realização é condicionada pelo conjunto de determinações que tensionam o projeto profissional nos espaços de trabalho e que refletem o conservadorismo ainda presente na profissão (RAICHELIS, 2011).

No mesmo sentido Mota (2014) aponta a necessidade e estratégias que incorporem os avanços da profissão nas esferas do trabalho e da formação profissional considerando a compreensão quanto à contradição entre o compromisso ético-político da categoria e a sociedade do capital, espaço no qual se a realiza o trabalho dos/das assistentes sociais. A autora assinala que:

[...] é preciso apanhar criticamente a imediatividade dos fenômenos, identificando as determinações subjacentes às demandas, desconstruindo-as e promovendo a produção de conhecimentos e de referências que balizem a intervenção profissional. Só com o fortalecimento da articulação entre o espaço acadêmico e o profissional, preservando os limites e possibilidades de ambos, é que os problemas cotidianos vividos pelos profissionais nas instituições podem redundar em ricas temáticas de investigação e pesquisa e retornar à formação e ao exercício profissionais, superando o cotidiano caótico e reificado dos espaços ocupacionais (MOTA, 2014, p. 703).

Para Mota (2017) o exercício da nossa relativa autonomia exige a análise constante sobre os limites e as possibilidades do trabalho em um processo não restrito aos elementos de controle e subordinação postos pelos processos e relações de trabalho, mas que envolvem outras ainda mediações como apresenta o trecho que segue:

Referimo-nos à mediação da consciência do sujeito profissional, a uma sólida formação profissional, ao conhecimento das manifestações objetivas da realidade, bem como ao domínio institucional-legal das políticas e dos processos a elas relacionados, cujas competências profissionais para operar sínteses, proposições, articulações e negociações são compatíveis com a permeabilidade socioinstitucional da profissão (MOTA, 2017; p.12).

Deste modo Mota (2017) indica a capacidade analítica dos/das assistentes sociais como importante elemento para o trabalho comprometido com o projeto profissional crítico de modo que seja possível aos profissionais identificar os determinantes presentes no cotidiano do trabalho que podem ou não ser tensionados pelo Serviço Social.

Como vimos destacando ao longo da nossa exposição, nosso estudo envolve o assalariamento e as condições objetivas de trabalho, pois busca identificar as tensões e possibilidades de realizar um trabalho balizado também pelo projeto ético-político e deste modo ressaltar as características identificadas neste tipo de trabalho. Mas compreende que a relação entre o trabalho e as referências para sua realização, entre o trabalho e projeto profissional, se coloca o esforço dos/as assistentes sociais em dotar as respostas profissionais de elementos que incorporem, mesmo que parcialmente, os interesses dos usuários dos serviços sociais.

No caso da proposta que apresentamos, de análise da experiência do Serviço Social na assessoria dos atingidos de Barra Longa, vislumbramos um campo raro de alinhamento institucional aos objetivos da profissão e que consequentemente alargaram a autonomia das profissionais. Deste modo avaliamos que esta experiência cabia ser analisada pois permitiu às profissionais a realização de um trabalho capaz de permitir a percepção da potencialidade ligada às proposições orientadas pelo projeto profissional crítico mesmo em um contexto de tragédia socioambiental e assistencial. Vejamos como esta experiência foi construída.

3. Serviço Social, assessoria e consultoria

O campo de trabalho do Serviço Social abrange uma variedade de possibilidades de inserção dentre as quais se colocam a assessoria e a consultoria. Essas práticas representam formas importantes de intervenção do/da assistente social em diferentes contextos, contribuindo para a formulação, implementação e avaliação de políticas e projetos. Neste item exploramos as diferenças, especificidades e relevância dessas práticas no âmbito do Serviço Social e sua inter-relação a partir da experiência de assessoria técnica em Barra Longa na qual assistentes sociais estiveram inseridas.

Conforme observaram Matos; Bravo (2010; p. 29-30) o trabalho do Serviço Social em assessoria e consultoria não é recente apesar de as referências a este tipo de inserção serem pontuais até a década de 1990 quando se observou o adensamento de bibliografia sobre o tema na literatura brasileira especializada, principalmente, pela produção de trabalhos em eventos.

Matos (2009; p. 515) realiza o resgate da produção da categoria sobre assessoria observa que os primeiros estudos ocorreram nos anos de 1970, mas que a leitura destes materiais indica que poucas das experiências descritas se tratavam, de fato, da atividade de assessoria apontando tanto para uma questão com a compreensão das profissionais sobre assessoria bem como para a adoção do termo em razão do status ligado ao mesmo.

Ao discorrer sobre a configuração do tema na categoria nos anos de 1980 o autor destaca a publicação do artigo de Balbina Otoni (1981) sobre assessoria e a abertura de campos de estágio em Serviço Social junto aos movimentos sociais. Para Matos (2009; p. 515-516) a produção de Otoni (1981) apesar de orientada pelo estrutural-funcionalismo destaca a importância da assessoria para a categoria dos/das assistentes sociais e os campos de estágio, mesmo que no contexto de “confusão” entre exercício profissional e prática política estabelecem o pioneirismo da assessoria na profissão.

Em relação a produção nos anos 1990 o mesmo autor avalia que o adensamento das produções se deveu às mudanças na conjuntura colocadas pela reestruturação produtiva e reforma do Estado que levaram a requisição da profissão a partir do reconhecimento da profissão para contribuir no processo de redução de direitos característica daquele momento como, mas também na busca pela garantia de direitos (MATOS, 2009; p.516).

Já sobre a continuidade do tema os anos 2000, Matos (2009; p. 516), avalia que as produções não problematizam sobre as atividades de assessoria e consultoria e tratam de experiências com diferentes perspectivas políticas.

Para o autor (Matos, 2010; p.30) o adensamento da produção sobre o tema assessoria e consultoria no debate profissional tem relação com a maturidade do projeto ético-político do Serviço Social que estabelece a leitura crítica da realidade social e considera o trabalho projetado, idealizado a partir de um horizonte determinado coletivamente e não empiricista. Se coloca também o reconhecimento intelectual dos assistentes sociais que passa a ser percebido como profissional detentor de conhecimentos relevantes e cuja opinião técnica passa a ser requisitada a partir do assessoramento ou consultoria.

Matos (2009) parte da definição conceitual assessoria e consultoria para alcançar o debate deste tipo de trabalho na profissão e evidenciar a sua diferenciação. O autor explica que a assessoria está ligada à proposição de ações. Para o autor, “podemos entender que assessoria é aquela que visa auxiliar, ajudar, apontar caminhos. Não sendo o assessor um sujeito que opera ação e sim o propositor desta, junto a quem lhe demanda esta assessoria” (MATOS, 2009; p.518). O mesmo autor define que:

Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições. (MATOS, 2010, p.31-32).

Partindo da reflexão de Matos (2009) a assessoria no campo do Serviço Social pode ser entendida como um processo de apoio técnico e político para organizações, movimentos sociais e gestores. Seu principal objetivo é contribuir para o fortalecimento da gestão de projetos e programas sociais, garantindo que sejam direcionados à efetivação de direitos. As principais características da assessoria incluem: a) Atuação em processos de planejamento e tomada de decisão; b) Foco no desenvolvimento institucional e na promoção da autonomia dos sujeitos; e, c) Fortalecimento de espaços democráticos e de participação social.

O/A assistente social que trabalha com assessoria tem a possibilidade de desempenhar um papel pedagógico e político, propondo e promovendo atividades que favoreceram reflexões e subsidiando ações voltadas ao avanço das pautas das comunidades assessoradas. Essa prática exige do/da profissional a capacidade de dialogar com diferentes sujeitos sociais, analisar criticamente a realidade social na qual se insere o trabalho, identificar possibilidades capazes de fortalecer capacidades coletivas de organização e os limites presentes no contexto social em questão. Sobre o Serviço Social em assessoria Silva e Silva (2002) considera:

Verifica-se que a assessoria se apresenta articulada ao compromisso e ao apoio às organizações populares, sendo, portanto, ressaltada pelos autores a ampliação da participação e o fortalecimento das organizações, mediante um processo de conscientização que viabilize o atendimento, não apenas das necessidades imediatas, mas devendo, a médio e longo prazos, direcionar-se para a possibilidade de hegemonia de classe (id.:39). Trata-se do desenvolvimento de uma prática que seja direcionada ao “atendimento das demandas populares e na capacitação para traduzir em propostas e projetos, consistentemente fundamentados, aquilo que a população reivindica” (Raichelis, 1991:198) (Silva e Silva, 2002, p.186).

A consultoria, por sua vez, está relacionada à prestação de serviços especializados, geralmente demandados por organizações públicas, privadas ou do terceiro setor. O foco da consultoria é oferecer soluções técnicas e inovadoras para problemas específicos, garantindo a melhoria da qualidade dos serviços e programas sociais. As principais características da consultoria são: a) Elaboração de diagnósticos sociais e institucionais; b) Desenvolvimento de estratégias e propostas de intervenção; e, c) Capacitação de equipes e suporte técnico-operacional.

O/A consultor/a deve possuir um conhecimento aprofundado sobre as políticas sociais e legislação, especialmente aquela ligada ao campo de atuação ao

qual presta seu serviço especializado. É necessário ainda que o/a profissional possua competências analíticas e comunicativas para atender às demandas específicas dos contratantes. A consultoria exige objetividade e capacidade de propor ações concretas e eficazes dentro dos limites estabelecidos pela organização contratante.

Embora muitas vezes ocorra confusão em relação a elas, assessoria e consultoria, possuem diferenças que nos permitem diferenciá-las considerando que a assessoria possui uma dimensão mais política e participativa, voltada ao fortalecimento de grupos, organizações e movimentos sociais. Já a consultoria é mais voltada à elaboração de soluções técnicas e específicas para demandas pontuais e estruturais de instituições, organizações e movimentos sociais. Desta maneira ambas as práticas são complementares e podem ser exercidas pelo/pela assistente social, desde que respeitadas as diretrizes do Código de Ética Profissional e os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

As definições de assessoria e consultoria utilizadas por Matos conclui que esta definição aproxima muito os conceitos de assessoria e consultoria e que a diferenciação entre elas se coloca também na duração da execução da atividade. Assim a assessoria tem um caráter de execução temporalmente mais longo enquanto a consultoria possui execução pontual, mais curta em termos cronológicos (MATOS, 2009; p.518). Neste sentido depreende-se que assessoria e consultoria podem ter execuções complementares e que ambas as práticas permitem ao Serviço Social exercer papéis estratégicos, mas com enfoques distintos.

Na assessoria, o foco é construir processos participativos e fortalecer a autonomia de grupos e instituições. Já na consultoria, o objetivo é oferecer respostas técnicas para demandas específicas. O diferencial do Serviço Social nas atividades de assessoria e consultoria é a capacidade de aliar conhecimento técnico à dimensão ética e política, garantindo que as intervenções sejam alinhadas com os interesses coletivos.

Assim em ambas as inserções o/a assistente social será guiado pelos princípios éticos assumidos pelo/pela profissional. Ou seja, espera-se que o/a

assistente social orientado pelo Projeto profissional crítico execute ações cujo horizonte se alinhe aos princípios próprios deste projeto. Este entendimento, inclusive. Coaduna com a avaliação de Matos e Bravo (2010):

Podemos reparar que não há na definição de assessoria um atrelamento a uma ou outra concepção teórico-metodológica do trabalho a ser desenvolvido. Naturalmente, o trabalho de assessoria não passa por uma neutralidade. Ao contrário, a assessoria a ser desenvolvida pelos(as) assistentes sociais, inexoravelmente, vai expressar uma concepção de profissão e de mundo. Pelos estudos realizados, podemos afirmar que existem trabalhos de assessorias que visam adaptar o trabalho da equipe ou do profissional aos interesses institucionais e outros que tratam assessoria como um espaço de interlocução e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido com vistas à garantia de direitos (MATOS; BRAVO, 2010, p.32)

Logo é por esta razão que o destaque da experiência alvo deste estudo nos permite uma aproximação sobre a forma como a profissão contribuiu no trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional.

Ao longo da formação os/as assistentes sociais adquirem habilidades que lhe capacita a exercer os dois tipos de trabalho, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (ABEPSS, 2002). Neste sentido o/a profissional com formação em Serviço Social deve possuir competência e habilidade para, entre outras coisas, “prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (ABEPSS, 2002; p.2)

Importante ainda considerar que a inserção de assistentes sociais em atividades de assessoria e consultoria favorece a ampliação do campo de atuação profissional. Outro fator relevante destes tipos de inserção é a possibilidade de fortalecimento de processos de gestão, formulação e implementação de políticas e/ou projetos mais efetivos e inclusivos, que considerem o interesse coletivo das comunidades e no sentido da defesa e ampliação de direitos e no fortalecimento da participação social.

Considerando o contexto de rompimento de barragem no qual ocorreu a assessoria técnica em Barra Longa um exemplo prático da relevância do trabalho do Serviço Social em assessoria e consultoria se coloca na capacidade técnica dos/das

profissionais para fornecer respostas qualificadas e especializadas a situações complexas com impactos socioeconômicos e ambientais profundos.

Em Barra Longa a assessoria técnica desempenhou um papel importante na organização das comunidades atingidas e na defesa de seus direitos. Inseridas na equipe multiprofissional, as assistentes sociais, trabalharam nas diversas frentes executadas pela assessoria, como o mapeamento dos danos. Através de espaços como os grupos de base e os Seminários temáticos os/as profissionais buscaram identificar as principais necessidades das famílias e comunidades atingidas, considerando os impactos ambientais, sociais e econômicos. Desta maneira realizaram o levantamento de dados e construíram a sistematização da pauta dos atingidos e posteriormente, com o apoio de uma consultoria especializada, a Matriz de danos³². Os dados identificados e as análises produzidas permitiram a elaboração de relatórios, embasou visitas domiciliares e orientou os debates da equipe e junto às pessoas atingidas.

As profissionais também contribuíram na articulação com o poder público e as instâncias de governança reparação, compostas pelo CIF e as Câmara técnicas. Neste processo buscava-se qualificar a participação das pessoas atingidas para a defesa das pautas das comunidades e reivindicação de medidas reparatorias efetivas. Desta maneira a assessoria foi importante para a preparação das pessoas atingidas para participação e em espaços de debate e decisão sobre a reparação tais como reuniões e assembleias com as Instituições de Justiça, poder público, a Fundação Renova e a Samarco Mineração.

As assistentes sociais também integraram atividades de planejamento, especialmente caracterizado pelo projeto de reconstrução da Comunidade de Gesteira e pelo direito à moradia. Neste processo as profissionais compuseram o

³² A Matriz de danos constitui uma ferramenta que oferece proposta alternativa àquela adotada pela Fundação Renova para a definição de parâmetros mínimos e de valores para a composição da reparação indenizatória individual. Foi necessário este recurso tendo em vista os valores extremamente baixos oferecidos pela Fundação Renova. Assim as pessoas atingidas tinham a possibilidade de ao negociarem com a Fundação ter uma referência quanto aos valores oferecidos. Parte-se do levantamento de danos sofrido no município e dos valores de mercado para ressarcimento de tais itens. A Matriz de Danos de Barra Longa foi elaborada por uma consultoria especializada e pode ser acessada em: < [CONFIRA A VERSÃO SIMPLIFICADA DA MATRIZ DE DANOS DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS E SIMULE SUA INDENIZAÇÃO - Aedas](#)> Acesso em 13/12/2024.

eixo de Moradia Digna que acompanhava a pauta da moradia no município e foi responsável pelo suporte a consultoria prestada pelo Grupo de estudos e Pesquisa Socioambientais (GEPSA/UFOP)³³ que desenvolveu junto com a comunidade o Plano Popular de Reassentamento Coletivo de Gesteira/MG³⁴.

A construção do Plano envolveu a execução de ações que resgataram a memória e tradicionalidade da comunidade bem como a reflexão sobre o formato de reassentamento capaz de constituir a reparação de maneira justa e satisfatória para a comunidade. Assim os/as profissionais envolvidos realizaram debates e reflexões profundas que favoreceram tanto a identidade das pessoas em relação ao território quanto a percepção sobre a necessidade de medidas capazes de garantir a permanência das pessoas.

É necessário ainda pontuar o trabalho das assistentes sociais nas ações de mobilização das pessoas atingidas. Já abordamos neste trabalho que a mobilização é uma das ações mais fundamentais da assessoria. Logo inseridas na equipe multiprofissional da, as assistentes sociais, tiveram a oportunidade de trabalhar capacitação e organização comunitária.

As atividades, portanto, envolveram a formação de lideranças locais com vistas a participação ativa das comunidades nas decisões sobre o processo de reparação. Isto assinala como a experiência em Barra Longa assinala a importância de uma assessoria técnica qualificada e comprometida com a pauta das pessoas atingidas.

Pela nossa experiência no projeto de Barra Longa é possível concluir que em relação à assessoria técnica os/as profissionais do Serviço Social contribuíram no incentivo a organização das lideranças locais junto à Comissão de atingidos e atingidas e de sua organização tanto junto ao Movimento dos atingidos por Barragem quanto no Coletivo de Saúde.

³³ Para mais informações sobre o GEPSA/UFOP acessar: <[Sobre | Em construção](#)> Acesso em 13/12/2024.

³⁴ O trabalho de SENNA (2019) “UMA CARTOGRAFIA DO PLANO POPULAR DE REASSENTAMENTO COLETIVO DE GESTEIRA/MG: imersão em uma construção coletiva - comunidade atingida, assessoria técnica e universidade” oferece informações para aproximação sobre o Plano Popular de Reassentamento Coletivo de Gesteira. Disponível em: <[gabriel_senna_2019.pdf](#)> Acesso em 13/12/2024.

As profissionais também estiveram envolvidas em ações que buscaram o fortalecimento do diálogo entre as pessoas atingidas e o poder público local buscando garantir a coletivização do processo e que favorecem a fiscalização e emprego dos recursos destinados à reparação. Além disso, buscava-se chamar atenção em relação a necessidade de medidas com alcance de longo prazo tendo em vista a particularidade ligada a recuperação socioeconômica e socioambiental das áreas atingidas.

Ao mesmo tempo as assistentes sociais inseridas nas consultorias realizaram, especialmente, a elaboração de diagnósticos buscando identificar características das comunidades atingidas que cabiam ser reparadas e também mapear os danos e possíveis impactos do desastre-crime em diferentes dimensões, como saúde, moradia, trabalho e produção, tradicionalidade, cultura, esporte e lazer, segurança, educação, segurança alimentar, entre outras e partir do conhecimento e dados levantando contribuir na proposição de medidas de mitigação e/ou compensação aos danos sofridos pelas comunidades atingidas.

As consultorias também contribuíram na identificação das deficiências e fragilidades nas Políticas Públicas. O estudo aprofundado sobre o território, a configuração das políticas sociais e as instâncias de participação realizados pelas profissionais demonstrou tanto a necessidade de formulação de medidas de reparação voltadas aos serviços públicos locais como também a necessidade do fortalecimento de espaços de participação e controle sociais como os conselhos de políticas públicas. Por esta razão consideramos que o trabalho das assistentes sociais buscou influenciar a construção das políticas públicas e a participação social. Elementos importantes, especialmente para a garantia da correta aplicação dos recursos previstos para a reparação coletiva dos danos.

Todo o esforço necessário para o trabalho realizados pelas profissionais inseridas no projeto de assessoria técnica, seja na equipe multiprofissional da assessoria ou as assistentes sociais contratadas para a realização de consultorias, indica que em ambos os tipos de inserção profissional, em assessoria ou consultoria, exigem dos profissionais constante atualização e qualificação profissional tal como aponta Matos (2009;2010).

Este é um ponto relevante, pois considerando o contexto profissional desafiador no qual as profissionais estavam inseridas, a qualificação profissional se torna um elemento imprescindível ao trabalho. Deste modo conforme os dados das entrevistas, que serão oportunamente apresentados detalhadamente, a maioria das profissionais dispunham de formação em nível de pós-graduação sinalizando que as profissionais estiveram comprometidas com a qualificação profissional fato que sem dúvida se reflete na capacidade de as profissionais proporem respostas qualificadas às questões profissionais nas quais estiveram envolvidas.

Avançando na reflexão sobre a experiência em Barra Longa consideramos que a diferenciação de execução entre assessoria e consultoria foi perceptível. Enquanto o projeto de assessoria técnica buscou tanto subsidiar e fortalecer a participação das pessoas atingidas no processo de reparação. Deste modo a assessoria tratava de todos os temas eleitos pelas pessoas atingidas relativos à reparação, destacando-se a moradia, saúde e trabalho e renda.

Já as consultorias foram contratadas para tratar de temas específicos de maneira mais aprofundada que serviram de subsídios para a equipe técnica da assessoria adensar e qualificar o debate sobre esses temas junto à população atingida. No projeto de Barra Longa as consultorias foram chamadas de “produtos”. Desta forma houve a contratação de 21 produtos ou consultorias especializadas para execução de estudos aprofundados sobre temas específicos tais como Matriz de Danos, executada por uma equipe de professores e estudantes da UFRRJ.

As consultorias, portanto, cabia apontar além de compreensão aprofundada do tema para o qual foram contratadas devia identificar pontos de atenção, apontar soluções possíveis e sugestões para as tratativas das questões alvo do trabalho.

Se diferencia ainda o tempo de execução de cada uma, tendo sido a assessoria executada durante 4 anos e as consultorias por períodos máximos de em média de 1 ano cada uma. Ou seja, o projeto de assessoria tinha como horizonte o fortalecimento e qualificação da participação social no processo de reparação a partir de ações que buscavam fomentar a organização das comunidades atingidas e a formação das lideranças locais. Assim a sua execução, naturalmente, requereu

maior tempo de execução. Enquanto isso as consultorias, ao possuir objetivos mais voltados à elaboração de apontamentos técnicos, puderam e foram executadas em períodos limitados.

Cabe ainda apontar os limites enfrentados por ambas as atividades. A primeira questão que merece destaque se refere ao limite de recursos, sejam eles financeiros, humanos e materiais disponíveis para a execução dos projetos de assessoria. No caso de Barra Longa um importante limite identificado foi o tamanho da equipe multiprofissional.

Composta por 13 profissionais, a assessoria técnica enfrentou uma realidade complexa na qual a população assessorada apresentava continuamente aos profissionais demandas ligadas a diferentes temas e com a necessidade de estudo constante, produção de documentos técnicos e a proposição e execução de metodologias participativas para os debates dos temas ligados a reparação dos danos. Além disso, houve a necessidade de acompanhamento do processo judicial. Deste modo, o trabalho da equipe não se limitou às ações previstas no Plano de trabalho, mas tornou-se necessário e constante, a extensão da jornada de trabalho para adequado assessoramento pelos profissionais.

Em relação ao limite financeiro cabe observar que o custeio da assessoria se deu mediante a aprovação orçamentária do Plano de trabalho pelas Instituições de Justiça. Assim era necessário observar o limite de valores acordados e disponibilizados à assessoria técnica para a execução das atividades e auditados periodicamente via prestação de contas da assessoria técnica.

O limite financeiro, portanto, era previamente estabelecido à aprovação do Plano de Trabalho e deveria ser seguido ao longo de sua execução. Lembremos que a Coordenação da Assessoria foi realizada, na maior parte do tempo, por uma profissional do Serviço Social. Isto aponta que a assistente social deteve capacidade de gestão financeira, além de finalística e de recursos humanos.

O limite orçamentário é um elemento importante quando pensamos nas consultorias. Isto porque no caso das consultorias contratadas para o projeto de

Barra Longa os valores pagos pelo trabalho realizado ocorreram mediante edital de concorrência. Ou seja, pelo menor valor entre as propostas apresentadas.

Por fim destacamos os desafios relacionados aos conflitos presentes no território. Em situações de alta tensão tal como o contexto de Barra Longa os/as profissionais precisaram, frequentemente, lidar com conflitos entre os diferentes sujeitos ligados à reparação e buscar saídas para que os debates se voltassem para a solução dos problemas apontados pelas pessoas atingidas e para o cumprimento dos acordos.

Pelo exposto consideramos que a contribuição do Serviço Social em projetos de assessoria e consultoria, especialmente em situações de rompimento de barragens como na experiência de Barra Longa pode ser muito significativa partindo da habilidade dos/das profissionais do Serviço Social para propor e articular ações que integram a dimensão técnica e o comprometimento ético-político da profissão.

3.1. A assessoria técnica das pessoas atingidas de Barra Longa/MG e o Serviço Social

De início cabe destacar que o trabalho da assessoria técnica teve como ponto de partida a “Pauta dos atingidos”, documento no qual as pessoas atingidas, com apoio do MAB, reuniram as demandas prioritárias da população atingidas de Barra Longa a partir dos danos sofridos em razão do rompimento de Fundão e com o objetivo de orientar a reparação integral dos danos.

O documento foi entregue à Fundação Renova³⁵, em fevereiro de 2018, organizado em eixos temáticos e entregue à Fundação Renova: 1) Direito à moradia digna e infraestrutura; 2) Direito ao trabalho digno, geração de renda e desenvolvimento socioeconômico; 3) Direito à participação, poder de decisão e

³⁵ Segue link de matéria sobre a entrega da pauta dos atingidos à Fundação Renova: <[Atingidos de Barra Longa entregam pauta de reivindicações para Samarco - Comissão Pastoral da Terra - CPT](#)>. Acesso em: 24/04/2025.

acesso à informação; 4) Direito à saúde, à qualidade de vida e à convivência familiar e comunitária; 5) Direito ao ambiente saudável; e, 6) Direito a indenização justa. Assim a Pauta dos atingidos direcionou o trabalho da assessoria técnica de modo que o Plano de Trabalho da ATI contemplou ações capazes de subsidiar o debate dos eixos eleitos pela população atingida. É importante ressaltar que a pauta está em permanente construção, até que a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem aos atingidos e atingidas de Barra Longa seja concretizada.

A assessoria técnica foi prestada pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) , organização da sociedade civil que, conforme apresentação da instituição na sua página na internet, foi criada por moradores da comunidade de Casa Nova, no município de Guaraciaba/MG, no ano 2000.

Conforme descrito na página da instituição na internet³⁶ a comunidade receberia o Projeto hidrelétrico Pilar que previa a instalação de uma pequena central hidrelétrica (PCH) no rio Piranga. O projeto previa o alagamento de terras da comunidade o que provocaria diversos tipos de danos tanto sociais como ambientais à comunidade. Com o objetivo de defender os direitos da comunidade local formou-se a Associação que conseguiu impedir a instalação do projeto.

Após a atuação com as famílias em Guaraciaba a AEDAS informa na sua página oficial que a instituição prosseguiu com o trabalho junto a comunidades atingidas e desde 2008 passou a atuar em nível estadual e ampliou seu escopo de atuação. Desta forma a AEDAS passou a realizar/acompanhar outros tipos de projetos tais como Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a partir de 2017, tem realizado também a prestação de assessoria técnica às comunidades ameaçadas ou atingidas por grandes empreendimentos da mineração.

O projeto da assessoria técnica de Barra Longa correspondeu à primeira experiência do tipo realizada pela instituição, ou seja, o suporte profissional à uma comunidade vítima de um desastre de grandes proporções. O projeto foi realizado

³⁶ A página da AEDAS na internet pode ser acessada em: <<https://aedasmg.org/quem-somos/>>. Acesso em 22/12/2023.

entre agosto de 2017 e agosto de 2021. Assessoria como escolha da população é fruto de um processo de luta e organização das pessoas atingidas de Barra Longa com forte atuação do MAB no território desde as primeiras horas após o desastre. Assim o direito a assessoria deve ser compreendido como fruto da luta e da organização das pessoas atingidas e que a escolha da entidade partiu de decisão coletiva. Por isso a assessoria técnica correspondeu a equipe de profissionais de confiança das pessoas atingidas.

Ainda no curso da primeira experiência de ATI, em 2019, a AEDAS passou a assessorar também comunidades atingidas pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, após o desastre ocorrido em 15/01/2019.

Em 2019 a instituição também passou a assessorar comunidades atingidas pelo mesmo rompimento nos municípios de Betim, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba e povos e comunidades tradicionais do município de Mateus Leme. Ainda em 2019 a AEDAS iniciou a prestação de assessoria técnica em Itatiaiuçu, município com risco de rompimento da barragem Mina de Serra Azul, da ArcelorMittal.

Em 2022 quatro territórios no médio rio Doce passaram a contar com o trabalho da assessoria: 1) Território 3 – Vale do Aço, composto pelos municípios de Belo Oriente, Naque, Ipaba, Ipatinga, Periquito, Bugre, Iapu, Santana do Paraíso, Fernandes Tourinho, Sobrália e Ilha do Rio Doce; 2) Território 6 – correspondente ao município de Conselheiro Pena; 3) Território 7 – composto por Resplendor e Itueta e 4) Território 8 – correspondente ao município de Aimorés.

Atualmente a instituição vem realizando as tratativas para início da atuação da assessoria técnica nos municípios de Raul Soares e Abre Campo, com seis microrregiões atingidas pela implementação de empreendimentos hidrelétricos e por fim existe a expectativa do retorno da assessoria à Barra Longa considerando-se a aprovação da retomada da assessoria ao município pelo juiz responsável, em julho de 2023.

Nos projetos de ATI a associação tem organizado os trabalhos a partir da atuação de equipes multidisciplinares composta por variado número de profissionais

que executam os Planos de trabalho para cada região ou município construídos pela instituição em diálogo com as comunidades e aprovados pelas Instituições de Justiça que acompanham os processos de reparação. Deste modo o projeto de assessoria técnica de Barra Longa foi orientado por um Plano de Trabalho (AEDAS, 2017) que teve com objetivo principal

promover a participação ampla e informada nos processos decisórios e a efetivação plena da reparação das perdas e danos sofridos pelas famílias atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, no município de Barra Longa – MG (AEDAS, 2017, p.12).

Neste sentido a definição das atividades da assessoria partiu do diálogo com a população atingida logo após a escolha³⁷ da instituição para prestação do serviço de assessoria técnica. Por meio de reuniões de trabalho entre a AEDAS, Cáritas e a Comissão de atingidos e atingidas³⁸ se buscou compreender as demandas dos atingidos relacionadas à Assessoria para que a proposta elaborada pudesse atender às expectativas da população (AEDAS, 2017). Deste modo a proposta de trabalho se organizou em dois eixos fundamentais: Aumento da Participação e Assessoria Técnica. O documento do Plano de trabalho indica ambos os eixos como interligados e complementares, afinal as ações voltadas a alcançar o objetivo do trabalho eram organizadas de modo articulado (AEDAS, 2017). Assim a assessoria teve o papel de: 1) promover a participação ampla e informada nos processos decisórios e a efetivação plena da reparação das perdas e danos sofridos pelas famílias atingidas; 2) Realizar o levantamento dos danos causados pelo rompimento; 3) Realizar estudos sobre a dimensão dos danos; 4) propor metodologias, contribuindo com a informação e organização dos atingidos; 5) acompanhar e subsidiar as pessoas atingidas nas negociações coletivas com as empresas e a Fundação Renova e 6) monitorar a implementação das ações de reparação pela Fundação Renova

³⁷ A escolha da entidade prestadora de assessoria técnica ocorre mediante escolha popular por meio de votação em assembleias conduzidas pelas instituições de Justiça no território. Nestes espaços, geralmente, as instituições candidatas a prestação de assessoria técnica apresentam o seu histórico de atuação e proposta inicial de trabalho as comunidades atingidas que decidem por maioria de votos a instituição que prestará a assessoria.

³⁸ A Comissão de atingidos é a principal instância de representação das pessoas atingidas. A participação na Comissão de atingidos e atingidas de Barra Longa é aberta para qualquer pessoa atingida e deve seguir o Regimento Interno da Comissão. O coletivo também exerce o controle social sobre o trabalho da assessoria e sobre as ações de reparação.

Para alcançar o aumento da participação das pessoas atingidas nas instâncias do processo de reparação de modo que estas pudessem acompanhar e tomar decisões acerca do plano de reparação executado pela Fundação Renova, se buscou fomentar o protagonismo das famílias atingidas através de ações voltadas à promoção da informação, a mobilização e o engajamento dos atingidos e atingidas. Deste modo a metodologia adotada pela assessoria técnica envolveu a organização das pessoas atingidas em diferentes instâncias coletivas de formação, debate e deliberação, foram eles: os Grupos de Bases (coletivos territorializados); Coletivo de Coordenadores, Comissão de atingidos e atingidas; Assembleia com a população e Assembleia de Negociação com a empresa e/ou Fundação Renova.

Os grupos de base eram o espaço para debate e reflexão local, de cada comunidade atingida, sobre os temas da reparação. Todas as famílias atingidas interessadas em participar do processo coletivo de reparação eram convidadas a integrar um grupo. Deste modo foram organizados 22 GB's (Volta na Capela, Rodovia, Rua 1º de Janeiro, Vila São José, Bairro do Rosário, Rua Matias Barbosa, Avenida Capitão Manoel Carneiro, Morro Vermelho, Rua Monsenhor Horta, Rua Pedro José Pimenta, Barreto, Gesteira, Mutirão, Mandioca, Floresta, Capela Velha, São Gonçalo, Onça e Parque de Exposições) compostos por 8 a 12 famílias atingidas e acompanhados por dois técnicos da equipe multiprofissional, geralmente um mobilizador e um técnico profissional (AEDAS, 2017).

Considerando as diferentes formações dos técnicos a sua distribuição nos GB's se deu considerando as principais pautas da comunidade. Assim as comunidades com maiores danos à moradia eram acompanhadas pela arquiteta e assistente social da equipe, as comunidades com maiores danos à saúde e meio ambiente contaram com o suporte da Psicóloga e Engenheiro Agrônomo e as comunidades com maiores danos à renda e modos de vida contaram com o suporte da assistente social.

Os mobilizadores/as também foram distribuídos considerando os temas que mais poderiam contribuir considerando o seu acúmulo de conhecimento e formação. Desta forma os grupos de base localizados na zona rural foram sob acompanhamento do mobilizador com formação na área de agroecologia.

Os grupos de base localizados nos territórios periféricos com maior incidência de questões socioeconômicas eram acompanhados pelas mobilizadoras com formação em Serviço Social. Havia ainda comunidades acompanhadas pelo mobilizador com formação em Desenvolvimento rural e Segurança alimentar e pelas mobilizadoras com formação em Arquitetura e Engenharia de Produção. Este arranjo de acompanhamento foi revisado algumas vezes considerando a dinâmica do território e mudanças na equipe. Mas é possível afirmar que a organização do acompanhamento, geralmente, seguiu o raciocínio descrito.

Imagem 7: Cartazes de convite para as Reuniões de Grupos de Base



Fonte: Facebook Atingidos de Barra Longa

Vale registrar que a mobilização buscava acompanhar as famílias atingidas de maneira próxima, em seu cotidiano, desta forma a sua atuação no território ocorria de maneira frequente a partir da presença constante no território. Isto permitiu às famílias atingidas criarem vínculos de identidade com os mobilizadores, o que favorecia o entendimento sobre as questões presentes nas comunidades.

Os grupos de base constituíram o espaço fundamental da organização e da participação popular no processo de reparação dos danos sociais e econômicos e entre os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018 se reuniram sistematicamente para debater sobre os diversos danos provocados pelo rompimento no município. Assim as famílias atingidas construíram a pauta de reivindicações que foi organizada em um documento entregue às Instituições de Justiça (COMISSÃO DE ATINGIDOS, 2017).

A pauta de reivindicações é um documento fundamental pois indicou como temas fundamentais o direito à moradia digna e infraestrutura, direito ao trabalho digno, geração de renda e desenvolvimento socioeconômico, direito a participação, poder de decisão e acesso à informação, direito à saúde, à qualidade de vida e à convivência familiar e comunitária, direito ao ambiente saudável e o direito a indenização justa (COMISSÃO DE ATINGIDOS, 2017).

Assim partindo destes pontos de reivindicação fundamental a AEDAS organizou um plano de trabalho para execução em 4 anos ou 48 meses de trabalho que previu, primeiramente, a realização de uma “Reunião Inicial do Projeto”, atividade com duração de 3 dias entre assessoria e os atingidos para demarcação dos objetivos do projeto, esclarecimento sobre o papel da assessoria e população assessorada, entendimento das atividades e cronograma do projeto (AEDAS, 2017; p. 27). Além disso, estabeleceu a realização mensal de “Reuniões Periódicas” com objetivo de, pela avaliação dos técnicos e das famílias atingidas, ajustar o plano de ação inicial e fazer o monitoramento das atividades (AEDAS, 2017; p. 27).

Para execução do trabalho com as famílias atingidas ficou indicado o acompanhamento do Coletivo de Coordenadores, composto pelos coordenadores dos GB's ³⁹, e cerca de 70 Grupos de Base, considerando o aumento do número de GB' ao longo da execução do projeto de assessoria (AEDAS, 2017; p. 27).

Conforme já assinalado também foi previsto o acompanhamento da execução de 21 produtos ou consultorias especializadas que deveriam fornecer dados e informações para subsidiar o diálogo da equipe com as pessoas atingidas e favorecer as elaborações em torno da pauta dos atingidos. Cada consultoria deveria, ao final, entregar um produto, documentos com laudo técnico no qual a temática da consultoria é detalhada. A execução das consultorias podia ocorrer em etapas e produto entregue seguindo tais etapas, ao longo da execução do trabalho (AEDAS, 2017; p. 27).

Além disso, ficou estabelecida a execução de 4 Seminários organizados da seguinte maneira: O primeiro seminário com a apresentação da proposta

³⁹ Geralmente a coordenação dos Grupos de base era exercida por um homem, uma mulher e um ou uma jovem. Assim cada GB costuma ter 3 coordenações.

metodológica do projeto e do cronograma de execução. O segundo seminário foi dedicado à apresentação dos resultados dos levantamentos e do banco de dados e início da construção das reivindicações. Já o terceiro seminário daria seguimento a construção das reivindicações realizando os ajustes necessários as propostas de reparação em elaboração e estabelecendo os parâmetros e diretrizes para a execução das medidas proposta e o quarto seminário finalizaria a construção das reivindicações, dos parâmetros e diretrizes delineando a proposta final para a reparação de cada grupo de atividades produtivas.

Vale destacar que o acompanhamento das pessoas atingidas indicou que os seminários deveriam ocorrer por categoria profissional. Assim o espaço era aberto a todos e todas que exerciam/exercem as profissões abordadas nestes encontros. O espaço também buscava contribuir na formação promover o acúmulo sobre temas da reparação. A equipe profissional percebeu que era necessário identificar as principais categorias profissionais. Isto levou a identificação de 13 principais categorias profissionais são elas: 1) bordadeiras, costureiras e artesãos; 2) produtores rurais; 3) trabalhadores da construção civil; 4) trabalhadores assalariados; 5) pescadores; 6) empregadas domésticas; 7) trabalhadores/as por conta própria; 8) garimpeiros; 9) trabalhadores/as aposentados; 10) comerciantes; 11) trabalhadores/as rurais; 12) trabalhadores/as desempregados/as; e, 13) donas de casa. Deste modo foi necessário realizar 4 seminários para cada categoria profissional. Assim as discussões com os atingidos e atingidas foram organizados de modo que nos grupos de base os danos e a reparação eram discutidos pela Comunidade e nos Seminários os danos por categoria profissional.

Também houve a realização de uma “Formação em Direitos” , atividade voltada prioritariamente às lideranças atingidas. O espaço buscava contribuir na formação sobre os direitos sociais, políticos e humanos a fim a autonomia das pessoas atingidas. Além de todos os espaços descritos a equipe multiprofissional realizou visitas técnicas para acompanhamento das famílias atingidas especialmente aquelas em situação de maior fragilidade em relação aos danos sofridos e que exigiam o acompanhamento mais próximos para permitir a participação das pessoas nas discussões sobre a reparação. Todo o esforço empregado no trabalho buscava

a formação de um coletivo agentes multiplicadores capaz de realizar o alinhamento territorializado e a formulação de entendimentos coletivos sobre as pautas das comunidades atingidas do município e a proposição de medidas de reparação.

Imagem 8. Formação em Direitos



Foto: Facebook Atingidos de Barra Longa.

Abaixo reproduzimos uma adaptação do modelo representativo construído por Oliveira (2025) e que favorece a compressão destes espaços.

Imagem 9. Metodologia de trabalho em assessoria técnica da AEDAS



Fonte: Inspirado no modelo elaborado por Oliveira, L. A. S. para o Seminário Serviço Social e a aliança com os povos e populações em luta pela terra e meio ambiente saudável. UFMT, 2025.

Foram previstos ainda a elaboração frequente de materiais de divulgação sobre o andamento das atividades do projeto, tais como folders e cartilhas. A proposta era realizar uma frequente prestação de contas aos atingidos e às atingidas e dar visibilidade às ações realizadas (AEDAS, 2017). Além destes materiais a divulgação das atividades também ocorreu por diferentes canais de comunicação como rádio e internet. Foram produzidos materiais para divulgação por meio de notas e materiais para a imprensa e websites, participação em programas de rádio e outras mídias (AEDAS, 2017). Importante dizer que os recursos de

comunicação foram potencializados no período da pandemia uma vez que foi necessária a suspensão das atividades presenciais.

Todas as atividades da assessoria, incluído as reuniões da equipe multiprofissional, foram registradas com relatorias, lista de presença e fotografias. Importante destacar que as atividades foram acompanhadas por auditoria externa. Vale ressaltar que a assessoria se reuniu muitas vezes com órgãos públicos e instituições de justiça para falar sobre o processo de reparação e que estes encontros sempre contaram com a presença de pessoas atingidas. Deste modo, uma premissa do trabalho da equipe profissional foi a de só se reunir para tratativas da reparação com a representação das pessoas atingidas.

A assessoria também acompanhava as reuniões e entre comunidades atingidas e as empresas. Nestes encontros a presença dos atingidos e das atingidas era parte fundamental da atividade. É importante ainda destacar o processo organizativo das pessoas atingidas de Barra Longa que já contavam com uma Comissão local de atingidos e atingidas antes mesmo da assessoria técnica e com a atuação do Movimento dos atingidos por barragens.

A equipe multiprofissional da assessoria técnica em Barra Longa foi composta por 13 profissionais das áreas do Direito, Arquitetura, Psicologia, Agronomia e Serviço Social. Contribuíram na equipe seis (6) assistentes sociais distribuídas em diferentes funções. Uma (1) profissional era responsável pela coordenação local do projeto, uma assistente social (1) respondia como técnica, portanto havia o cargo de assistente social, inclusive previsto no documento do Projeto da assessoria (AEDAS, 2017; p.13), duas (2) assistentes sociais se dedicaram à tarefa de mobilização, neste cargo não havia pré-requisito para a formação em Serviço Social, no entanto ter havido duas assistentes sociais entre os quatro mobilizadores pode indicar a qualidade do trabalho realizado pelas profissionais; e, duas (2) assistentes sociais responsáveis pelo diagnósticos dos danos e contratadas como consultoras. A nossa inserção na equipe se deu nesta modalidade. Realizamos três consultorias cujas propostas apresentadas por nós foram selecionadas por meio de chamamento público de editais. Todos os profissionais da equipe tinham o papel de realizar a análise de documentos necessários para elaboração dos planos de reparação.

Além de propor metodologias capazes de subsidiar a reflexão e a participação das pessoas atingidas nos espaços de debate da reparação.

A inserção na equipe profissional da assessoria técnica dos atingidos, trouxe inúmeros desafios ao trabalho tendo em vista a extensão e magnitude dos danos sofridos pela população vítima, o complexo processo de reparação necessário e o campo de conflitos nos quais se coloca a atuação do Serviço Social.

Por outro lado, compreendemos que a inserção na equipe multiprofissional da assessoria técnica constituiu um espaço privilegiado, pois favoreceu a apreensão dos determinantes da situação da população bem como permitiu o acesso privilegiado a dados e análises sobre o processo de reparação que permitiram a elaboração de respostas profissionais alinhadas ao projeto profissional crítico.

Considerando que o objetivo geral da assessoria técnica é “promover a participação ampla e informada nos processos decisórios e a efetivação plena da reparação das perdas e danos sofridos pelas famílias atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, no município de Barra Longa – MG” (AEDAS, 2017; p.13) na assessoria técnica, o Serviço Social, tem como principal atribuição contribuir nas ações de organização e mobilização popular. Este entendimento dialoga com a análise de Duriguetto e Baldi (2012) sobre a atuação da profissão junto a organizações populares evidenciando para nós que o trabalho desenvolvido busca alinhar-se às demandas e interesses da população atingida e por este motivo aponta para atuação pautada no horizonte do projeto ético-político do Serviço Social.

As seis assistentes sociais foram contratadas por meio de diferentes tipos de contrato de trabalho e realizadas via edital aberto. As profissionais nas funções de coordenação, técnica e mobilizadoras foram contratadas via CLT. Enquanto isso, as assistentes sociais consultoras tinham contrato de prestação de serviços por tempo determinado e foram contratadas após seleção de proposta organizada por editais.

A assistente social responsável pela Coordenação Operacional do projeto tinha a responsabilidade de acompanhar em campo a atuação da equipe técnica e a execução das consultorias contratadas (AEDAS, 2017; p.25-26). Esta profissional tinha o importante papel de dialogar permanente com a Comissão de Atingidos e

Atingidas e com o Coletivo de Coordenadores de Grupo de Base, representações locais da população atingida. Era necessário, portanto, muita habilidade política desta profissional e capacidade diretiva no sentido de alinhar a expectativa dos atingidos em relação ao trabalho a ser realizado pela equipe multiprofissional para o cumprimento do Plano de Trabalho. Também havia a necessidade da capacidade de articulação com diferentes sujeitos envolvidos nos debates sobre a reparação tais como as instituições de justiça, poder público local, instâncias de governança da reparação, movimentos sociais, universidades, entre outros. Por fim, esta profissional precisava ter aprofundado conhecimento sobre o projeto e o território a fim de organizar as atividades da equipe e a delegação de tarefas para os técnicos e mobilizadores. Assim a profissional articulava os objetivos do Plano de trabalho com a expectativa das famílias atingidas e as potencialidades da equipe de trabalho.

A assistente social, técnica da equipe fixa da assessoria técnica tinha como principal atribuição o suporte nos debates coletivos sobre os temas da reparação relacionados à trabalho e renda, direitos sociais, políticas públicas e direitos humanos e ainda às demandas coletivas apresentadas pelas famílias atingidas, conforme descrito no projeto da assessoria (AEDAS, 2017; p.26-27). Esse tipo de atuação é previsto inclusive na legislação da profissão conforme previsto no texto da Lei 8662/93 que regulamenta a profissão no país:

Art. 4º Constituem competência do Assistente Social:

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo 2º;

IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (BRASIL, 2012; p 45)

Esta profissional se envolveu mais fortemente nas atividades mais coletivas, como as reuniões e assembleias. Mas nas situações que exigiam intervenção mais direta, e algumas vezes urgente, como nos casos de violência doméstica ou risco iminente de desabamento de moradia atingida, ou seja, quando havia grave risco à vida ou de violação de direitos a assistente social realizava atendimentos individuais. Nestas situações a profissional recorria a diferentes instrumentos e técnicas da profissão tais como atendimentos individuais, visitas domiciliares, realizava a produção de relatórios e o encaminhamento dos casos aos órgãos competentes, o

que na maioria das vezes correspondia a rede pública de proteção socioassistencial com destaque para os serviços de assistência social e saúde.

Aqui é importante salientar que mesmo as demandas individuais eram tratadas de modo que se evidenciasse a sua determinação coletiva. Para tanto eram compartilhadas com a equipe informações sobre as demandas que permitisse a avaliação de possíveis ações além das de caráter individual e que fosse possível incorporar as informações sobre os casos às análises e diagnósticos da assessoria sobre a situação da população e as necessidades de medidas de reparação.

Os instrumentos e técnicas mais utilizados por esta assistente social eram os atendimentos individuais, produção de relatórios, acompanhamento de reuniões e assembleias com participação inclusive na elaboração da metodologia destes espaços e visitas técnicas e domiciliares.

As assistentes sociais inseridas na Mobilização tinham o papel de buscar o aumento da participação dos atingidos nos espaços de discussão da reparação. Havia o objetivo de organizar e monitorar o Coletivo de Coordenadores e cerca de 70 Grupos de Base⁴⁰, o equivalente à em torno de 700 atingidos e atingidas. Buscou-se promover o rápido fluxo de informações entre as Comissões e a totalidade das pessoas atingidas (AEDAS, 2017; p.5).

A tarefa da mobilização se destacou na metodologia adotada pela assessoria, pois é pela mobilização que se dava o contato cotidiano entre os atingidos e os profissionais da assessoria. A tarefa da mobilização é, portanto, tarefa primordial e exige dos profissionais muito compromisso, envolvimento e conhecimento sobre o projeto e as estratégias empregadas. A mobilização acaba sendo, na maioria das vezes, a referência do trabalho da assessoria em campo. Neste sentido, já é possível pensar no quanto as restrições impostas pela pandemia impactaram no trabalho da assessoria.

⁴⁰ Os Grupos de Base (GB) correspondiam a coletivos de atingidos organizados de forma regional no município. Segundo o Projeto da Assessoria “constituem a célula fundamental da organização e da participação popular no processo de reparação dos danos sociais e econômicos (AEDAS, 2017; p.15-16). Pelo acompanhamento dos GB's a equipe da assessoria realizava o diálogo comunitário promovendo a divulgação massificada das informações.

As assistentes sociais consultoras prestaram serviço por meio de contratos específicos para elaboração de relatórios técnicos que trataram de temáticas sobre as questões levantadas pela equipe multiprofissional ligadas aos danos sofridos pela população local e que demandam aprofundamento no levantamento de dados e análise.

A diferença de vínculos de contratação entre assessores técnicos e consultores foi estabelecida pelo modelo de assessoria técnica previsto pelo processo de reparação. No TTAC ficou estabelecido que as equipes técnicas poderiam contar a contratação adicional de consultorias técnicas especializadas para sanar as carências dos atingidos por estudos mais aprofundados que não estariam ao alcance dos profissionais de nível superior permanentemente contratados em razão das demandas específicas a sua atuação enquanto assessores.

Matos (2009, p. 5) observa que a “distinção entre assessoria e consultoria é mínima. Consultoria vem da palavra consultar, que significa pedir opinião. Portanto, consultoria é mais pontual que assessoria que remete a ideia de assistir”. Assim a diferença de vínculos entre as profissionais indica tão somente no caso das assistentes sociais consultoras o reconhecimento da sua expertise em relação ao conhecimento sobre os temas aos quais se dedicam. Visto isso destacamos que a dedicação aos temas da reparação é o que diferencia a demanda entre as profissionais.

As assistentes sociais consultoras tinham como principal demanda e atribuição a produção de documentos com manifestação técnica sobre um tema específico como o Mapeamento da rede socioassistencial e das formas de Controle Social do município de Barra Longa e o acompanhamento da produção do Plano de Reativação para o município⁴¹. Estes serviços forneceram um conhecimento detalhado sobre a situação de trabalho e renda dos atingidos e a organização de propostas voltadas à retomada do crescimento da economia local.

⁴¹ Os relatórios técnicos que compõe o mapeamento socioassistencial podem ser acessados nos relatórios técnicos do Produto 18 disponíveis em: <<https://www.aedasmg.org/post/publica%C3%A7%C3%B5es-barra-longa>>. Acesso em: 30/06/2021.

As profissionais utilizaram como ferramentas de trabalho entrevistas com as pessoas atingidas, levantamentos junto a órgãos e entidades públicos ou com atuação no território atingido. Ou seja, eram utilizados recursos voltados tanto ao acompanhamento coletivo quanto à tratativa individual dos casos.

O perfil formativo das profissionais merece destaque. As seis (6) assistentes sociais fizeram a graduação em universidades federais públicas (4 na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e 2 na Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM), com cursos de Serviço Social que incorporam o conteúdo das Diretrizes para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, proposta para a formação em Serviço Social vinculada ao projeto ético-político.

Importante ressaltar que três (3) assistentes sociais possuíam mestrado, sendo uma doutoranda em Serviço Social e uma com especialização. A qualificação das profissionais é um importante indicativo ligado a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, se alinhando, deste modo com o décimo princípio assumido pela categoria e descrito no código de ética do Serviço Social como o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 2012; p.24).

Além disso outro ponto relevante é que todas as profissionais possuíam histórico de militância ou aproximação com movimentos sociais e/ou estudantil, novamente se alinhando a um princípio do código de ética profissional, dessa vez o nono que estabelece a “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as” (CFESS, 1993; p.24). Logo se percebe que as assistentes sociais possuíam qualificação profissional e histórico político-organizativo que lhes conferiu competência para o trabalho voltado aos interesses da população atingida numa perspectiva de fortalecimento dos direitos e de participação destes sujeitos.

Percebemos que em ambos os tipos de atuação, assessoria técnica e consultoria especializada, as assistentes sociais precisavam estar sintonizadas com os desdobramentos das ações de reparação no território e na vida dos atingidos. Isto exigiu que as profissionais apresentassem grande capacidade de leitura crítica

da realidade local. Consideramos que esta capacidade se relaciona com a necessidade de as assistentes sociais buscarem por constante aprimoramento teórico-intelectual com vistas a ter condições de propor ações efetivamente alinhadas às necessidades dos atingidos. Caso contrário as assistentes sociais correm o risco de estabelecer uma atuação que aprofunde os danos vivenciados pela população atingida.

Outro elemento que se colocou como fator determinante para a atuação profissional crítica diz respeito ao diálogo com movimentos sociais que debatem a mineração. Em Barra Longa a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) junto aos atingidos foi e ainda é fundamental para garantir que as demandas dos atingidos sejam colocadas nos espaços de debate da reparação. Neste caminho as assistentes sociais buscavam favorecer a participação organizada dos atingidos em tais espaços uma vez que as empresas buscavam estabelecer ações com vistas a desarticular a população e a luta coletiva. Este é um ponto que inclusive diferencia o trabalho das assistentes sociais da assessoria técnica e as profissionais das empresas mineradoras e Fundação Renova que atuaram no território.

Há relatos dos atingidos sobre a proibição de participação em movimento social para acesso às medidas reparatórias realizadas por assistentes sociais. Importante ressaltar que em tais instituições, normalmente as assistentes sociais assumem cargos de denominação genérica, mas havia a identificação da formação dos profissionais das equipes e neste sentido os atingidos conseguiam identificar e relatar qual profissional havia repassado a orientação da empresa. Logo tem-se aqui novamente postura inspirada pelo nono princípio do código de ética profissional ao qual somamos ainda os princípios primeiro, terceiro, quarto e quinto respectivamente descritos a seguir:

- I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- III - Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV - Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de

acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993; p.23).

Percebemos que a escuta qualificada dos atingidos se coloca como uma das ações de maior importância realizadas pelas profissionais do Serviço Social. A atividade de escuta dos sujeitos sociais permite tanto a percepção das demandas imediatas como das situações mais complexas que requisitam a intervenção dos/das assistentes sociais. No caso em questão aquelas relacionadas ao conjunto de danos sofridos pelos atingidos e aos caminhos necessários à reparação integral. Consideramos, portanto, que é através da escuta e análise dos processos em andamento que são vislumbradas as possíveis respostas profissionais e encaminhamentos para os casos tanto individuais como a percepção sobre as possíveis estratégias coletivas a serem construídas pela população atingida.

Outro elemento relevante e que permitiu a realização do trabalho sob uma perspectiva próxima aos interesses dos atingidos e atingidas se liga à metodologia de trabalho adotada pela assessoria.

Considerando o objetivo de socializar informações sobre direitos e o processo de reparação e a mobilização da população atingida, o trabalho foi organizado em diferentes espaços de diálogo e deliberação. Em tais espaços as profissionais do Serviço Social conseguiam levantar dados a partir do relato das pessoas atingidas que permitiram tanto a reflexão da equipe sobre novas proposições sobre a reparação quanto o fomento de discussões importantes para o debate sobre a reparação.

Para ilustrar o que buscamos descrever destacamos o debate realizado nos Seminários Temático das donas de casa contou com a participação de 3 (três) assistentes sociais da equipe e espaço buscou, primeiramente, levantar os danos sofridos por este grupo de trabalhadoras atingidas.

Para o debate partiu-se da reflexão sobre os efeitos do rompimento na vida das mulheres, isso levou à reflexão sobre o papel da mulher na sociedade, sobre o acúmulo de tarefa assumido pelas mulheres e sobre o valor do trabalho feminino na sociedade. Ou seja, a reflexão sobre os danos às donas de casa contou com uma reflexão que passou por conteúdos que buscaram favorecer o entendimento sobre os danos de maneira ampliada envolvendo a complexidade de relações, de classe e

gênero, que atravessam a sociedade na qual as mulheres atingidas estão inseridas e da qual sofrem os efeitos com muita intensidade tendo em vista o local ocupado por elas.

Logo buscamos ilustrar como o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais envolveu a habilidade no emprego tanto do conteúdo abordado como no uso de técnicas capazes de favorecer a reflexão proposta. Por isso consideramos que as assistentes sociais fizeram uso dos conhecimentos acumulados no sentido descrito por Guerra (2014) quando ela trata da instrumentalidade profissional.

Para a autora a instrumentalidade no exercício profissional diz respeito a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão que permite aos profissionais impregnar as técnicas e instrumentos utilizados no exercício do trabalho da intencionalidade dos/das agentes profissionais. Isto quer dizer que o trabalho desenvolvido envolve, necessariamente, os valores ético-políticos assumidos pelos/pelas profissionais e que conjugam os limites e possibilidade de adoção de estratégias mais ou menos alinhadas a estes valores a partir dos objetivos e recursos da instituição a qual se vinculam para o exercício do trabalho. Tudo isto se soma e define a potencialidade da intervenção realizada pelas assistentes sociais que no caso em destaque aglutinou os interesses e potencial organizativo das pessoas atingidas, o compromisso das assistentes sociais e a proposta de trabalho da instituição. Sendo assim a experiência na assessoria de Barra Longa se torna emblemática no que se refere às possibilidades de trabalho alinhado ao Projeto profissional crítico.

Por fim cabe destacar, ainda dois importantes limites colocados na ação da assessoria técnica com forte repercussão para a atuação do Serviço Social. O primeiro se referiu a judicialização de parte do processo de reparação uma vez que devido a morosidade das ações da Fundação Renova parte dos temas da reparação estão, agora, submetidos a decisão judicial o que por vezes atropela os acordos realizados em território que contemplavam as demandas dos atingidos. O outro limite posto à atuação das assistentes sociais se refere ao prejuízo no contato entre as profissionais e os atingidos posto pela pandemia do COVID-19.

Em relação à judicialização é importante pensarmos no lento ritmo de execução das ações de reparação. Os órgãos de Justiça que acompanham o processo de reparação na bacia do rio Doce tomaram a iniciativa de provocar o juiz do caso para buscar um caminho de maior celeridade às ações de reparação. Neste procedimento Advocacia Geral da União (AGU) e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, com adesão de outros órgãos do Poder Judiciário (MP/MG, MP/ES, MPF, PGE/ES, DPU, DPE/MG e DPE/ES e CIF/IAJ) solicitaram ao juiz a designação de audiências para dar agilidade a algumas ações emergenciais, até então em curso no Sistema CIF. Com isso, em 19 de dezembro de 2019, foi apresentado ao juiz as áreas consideradas prioritárias e emergenciais para a reparação. Estas áreas foram organizadas em dez eixos. São eles: 1. Recuperação ambiental extra e intra calha; 2. Risco à saúde humana e risco ecológico; 3. Reassentamento das comunidades atingidas; 4. Infraestrutura e Desenvolvimento; 5. Retorno Operacional da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga); 6. Medição de performance e acompanhamento; 7. Cadastro e Indenizações; 8. Retomada das atividades econômicas; 9. Abastecimento de água para consumo humano e 10. Contratação das Assessorias Técnicas). Neste procedimento o juiz responsável pelo processo judicial que originou o TAC, assumiu a responsabilidade de resolver as questões coletivas. Entretanto, o documento entregue ao juiz com a indicação dos eixos prioritários não contou com a participação de todas as partes do processo. Somente as instituições de justiça e as empresas poluidoras se reuniram para negociar sobre os temas considerados. Assim o que não foi acordado por estes sujeitos será decidido pelo juiz.

Como sabemos o sistema judiciário organiza suas atividades a partir de espaços que não privilegiam a interação com a população. Ou seja, a dificuldade de participação dos atingidos nos espaços de debate e decisão sobre a reparação tem aumentado e se colocado como elemento que desfavorece a reparação integral uma vez que não conta com a participação dos sujeitos fundamentais do processo. Assim se impôs o grande desafio de acompanhamento das decisões que envolvem as pautas dos atingidos e que especialmente alteram ou suspendem os acordos realizados em território e estabelecer estratégias que possam favorecer a revisão deste tipo de decisão.

A população reivindicou que as decisões do juiz ratificassem os acordos e que não fossem estabelecidos novos processos de análise ou avaliação, pois nestes casos ocorreria um retorno aos pontos já superados, retardando ainda mais as ações de reparação. As decisões neste sentido, portanto, só favorecem os interesses das empresas, evitando que as mesmas cumprissem as ações que lhes cabe pela sua responsabilidade com os danos causados a esta e outras populações ao longo de toda a bacia do rio Doce.

A atuação da assessoria técnica foi prevista para contribuir nas ações extrajudiciais fazendo com que as pautas submetidas a apreciação judicial prescindissem de negociações com as pessoas atingidas além de as deslocar do horizonte mais próximo das ações da equipe multiprofissional. Assim se estabeleceu um novo contexto no qual a reparação e, conseqüentemente, o trabalho da assessoria técnica passou a estar, obrigatoriamente, inserido. Isso ocorreu porque temas, até então, debatidos pela população com auxílio da assessoria técnica, para negociação com as empresas passaram a depender da decisão do juiz tornando as ações das empresas mais lentas ou até mesmo fazendo com se interrompesse processos de negociação ou que aguardavam o cumprimento de acordos já firmados no território das empresas mineradoras.

As empresas inclusive deixaram de se reunir com as pessoas atingidas para dialogar sempre com a justificativa de que a judicialização impede qualquer tipo de negociação ou diálogo entre as partes.

Apesar de não inviabilizar o trabalho pode-se dizer que a judicialização trouxe mais trabalho à equipe, pois concomitante ao decurso da judicialização a equipe precisava além de acompanhar as ações da justiça, prosseguir com o trabalho apesar de este contexto ter repercutido nas possibilidades de atuação da equipe. Neste sentido o trabalho da assessoria esteve orientado por um Plano de Trabalho (AEDAS, 2017) cujas atividades previstas tinham obrigatoriedade de execução. Desta forma, desde o início da atuação a assessoria organizou o trabalho em eixos de atuação a partir das principais demandas de reparação apresentadas pela população atingida. Os eixos foram denominados “Saúde e meio ambiente”,

“Moradia digna” e “Trabalho e renda”, além do acompanhamento das ações ligadas ao “Reassentamento de Gesteira” e a Indenização.

O eixo da moradia é um bom exemplo sobre como a judicialização incidiu no trabalho da equipe. O trabalho estava organizado para ocorrer a partir das demandas dos atingidos e das negociações no território. Mas com a judicialização foi necessário readequar as informações levantadas para atender a solicitações do juiz. Inicialmente a proposta era organizar os danos sofridos e as soluções apontadas pelo povo. Mas em uma das solicitações o juiz do caso pediu que a assessoria fornecesse uma lista de pessoas com problemas na moradia.

Assim, foi necessário readequar as informações levantadas tendo em vista que o objetivo do levantamento se colocava no debate sobre o direito à moradia e construção de propostas para a reparação dos danos, ou seja, não foi organizado para construção de uma lista judicial. Neste sentido foi necessário refletir sobre como as informações produzidas poderiam servir para uma decisão favorável dentro dos eixos. Deste modo ao invés de subsidiarmos os debates para as negociações no território as ações mais amplas ligadas ao tema se tornaram restritas ao âmbito judicial. Logo ficamos sem informações sobre o processo de reparação dos eixos judicializados. Só tínhamos acesso às informações a partir das decisões, o que nos obrigou a passar a acompanhar o processo. Isso dificultou o nosso papel de ajudar no entendimento do povo sobre a reparação. Se uma das tarefas da assessoria era contribuir com a socialização de informação, o processo judicial restringe isso.

Outro exemplo deste contexto pôde ser observado com o reassentamento de Gesteira. Até a judicialização a equipe da assessoria vinha conduzindo os debates com a comunidade para a construção de diretrizes para a construção das novas moradias e equipamentos sociais no terreno escolhido. Havia agendas periódicas de discussão entre a comunidade e a Fundação Renova. Com o processo de judicialização o juiz passa a estabelecer prazos para entrega de produções e documentos sobre o reassentamento pela assessoria e a Fundação Renova abandona as agendas de discussão com a comunidade bem como não cumpre os acordos até então realizados com a comunidade.

Assim os esforços da equipe, obrigatoriamente, se deslocaram para a organização destas entregas para o juiz. Neste sentido foi necessário repensar os trabalhos de modo que as entregas previstas no Plano de Trabalho também pudessem atender a judicialização. Portanto a judicialização desorganizou os planejamentos e execuções anteriormente previstas além de exigir que a equipe também se dedicasse a acompanhar os eixos judiciais. Deste modo a judicialização não impediu o trabalho, mas aumentou o trabalho da equipe e alterou a forma de organização cotidiana do trabalho.

Somado aos limites postos ao trabalho pela judicialização, as restrições impostas pela pandemia também exigiram uma série de mudanças no trabalho da assessoria. Entre março de 2020 e o final da assessoria, em agosto de 2021, o que corresponde aos três últimos semestres do projeto, em razão da necessidade adoção de medidas restritivas de contato para prevenir a disseminação do vírus a assessoria técnica adotou a modalidade de trabalho em home office. Deste modo todas as atividades aconteciam de forma presencial, seja as reuniões internas da equipe ou as atividades com as pessoas atingidas, foram substituídas por reuniões virtuais, contato por telefone e/ou mensagens de whatsapp.

A mudança no formato do trabalho incidiu fortemente no alcance das ações realizadas pela assessoria e no contato com as pessoas atingidas e consequentemente no acompanhamento da equipe que passou a privilegiar ações voltadas, principalmente, à ampla socialização de informação sobre o processo de reparação a partir da produção de documentos, cards, cartilhas e áudios. Neste sentido, uma estratégia importante que se potencializou no contexto de isolamento foi a utilização das mídias sociais. Assim a página da instituição no Facebook⁴² e o site da AEDAS⁴³ e o WhatsApp se tornaram canais importantes para acesso aos principais materiais elaborados e de acompanhamento das pessoas atingidas.

⁴² A página do Facebook da assessoria em Barra Longa pode ser acessada pelo link: <https://www.facebook.com/assessoriabarralonga>. Acesso em: 05/05/2025.

⁴³ A página da Aedas com informações sobre Barra Longa pode ser acessada pelo link: <https://www.aedasmg.org/barra-longa>. Acesso em 05/09/2024.

Também foram realizadas transmissões “ao vivo” pela internet (lives) sobre as temáticas da saúde, indenização, garimpeiros e pescadores tradicionais, racismo e machismo na reparação e uma live cultural com a participação dos atingidos e de parceiros. Foram utilizados ainda carros de som para repasse de mensagens que necessitavam de divulgação rápida e participação gravada na rádio comunitária local com o programa “Comunica AEDAS” cujo conteúdo era enviado por WhatsApp para as pessoas atingidas e disponibilizado na página do Facebook. Também houve a colaboração mensal com o jornal “A Sirene”⁴⁴.

Apesar de todos estes esforços para ampliar o acesso das pessoas atingidas à informação produzida pela equipe e de os espaços virtuais terem possibilitado a continuidade do diálogo com as pessoas atingidas houve o limite em relação a participação das pessoas atingidas, especialmente aquelas moradoras das áreas rurais, houve dificuldade para a participação em razão do acesso à internet. Afinal, Barra Longa é um município majoritariamente rural que não contava com uma ampla cobertura de provedores do serviço e a dificuldade de acesso a equipamentos eletrônicos pela população. Assim apesar de ter havido boa participação das pessoas atingidas nos espaços virtuais o número de participantes muitas vezes foi menor do que o observado nos espaços presenciais

O espaço presencial permitia que as mulheres atingidas levassem os filhos às reuniões e atividades. Deste modo em várias ocasiões a equipe técnica organizou espaços de ciranda infantil. No formato de atividades virtuais, no entanto, não foi possível a assessoria realizar as cirandas.

A ciranda é um espaço criado pelos movimentos sociais populares, tal como aponta Bihain (2001) em trabalho sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O autor aponta que o MST passou a discutir o tema a partir de 1996 com objetivo de organizar o atendimento de qualidade às crianças de 0 a 6 anos de idade para que as mães militantes pudessem participar dos espaços de debate com maior tranquilidade. Desta forma a ciranda foi pensada como espaço educativo, de

⁴⁴ Todas as edições do jornal “A Sirene” estão disponíveis em: <[jornalasirene Publisher Publications - Issuu](#)> . Acesso em 05/09/2024.

cuidado e voltado a participação das crianças e adolescentes alinhado ao contexto das lutas desses movimentos.

Nos espaços da assessoria técnica a proposta é que a ciranda seja um espaço para as crianças atingidas também aprendam e discutam os temas da reparação, através de atividades educativas com linguagem específica, brincadeiras, arte, contação de histórias, produção de desenhos, entre outras atividades lúdicas.

A ciranda é realizada simultaneamente as discussões com os adultos, mas normalmente, em espaços próprios. Deste modo busca-se que o espaço da ciranda funcione como espaço de debate sobre o rompimento e a reparação para as crianças e adolescentes.

A ciranda é relevante tanto por permitir a participação das mães dos espaços ampliados da reparação como por ser o único lugar no processo de reparação voltada para as crianças e adolescentes atingidos. Assim as cirandas cumprem o papel de reconhecer estes sujeitos como sujeitos de direito e destacar o seu direito à participação.

Para o repasse e divulgação em massa de informações, a equipe de profissionais passou a utilizar a rádio comunitária local e por meio de participações semanais realizou a divulgação dos temas ligados à reparação. Este foi um importante recurso no período de confinamento, pois permitia que as informações chegassem às comunidades mesmo as mais distantes e sem internet. Além disso, passou-se a realizar o envio de mensagens de texto e áudio via whatsapp aos atingidos. Houve ainda o recurso a carros de som. Isso favoreceu a socialização de informações nas comunidades mais afastadas e com dificuldade de acesso a rádio ou internet.

Ao longo do período de pandemia e acompanhando as determinações das autoridades sanitárias e de saúde algumas ações puderam ser realizadas presencialmente. Estas ações restringiram a coleta de dados pelas consultorias nas situações nas quais não havia alternativa à visita a campo. Nestes casos a coleta seguia rígidos protocolos de prevenção à COVID-19 adotados pela instituição. Para as demais atividades as ações virtuais substituíram o trabalho presencial.

Os recursos adotados se mostraram eficientes na divulgação e socialização de informações, entretanto preocupou as profissionais a dificuldade de avaliar com precisão o impacto das mesmas no processo de reflexão dos atingidos acerca da reparação por se o fato de se tratar de circunstância nova. Sobre este processo foi possível perceber que o trabalho realizado presencialmente, ou seja, antes da pandemia, foi garantidor da continuidade do interesse e envolvimento das pessoas atingidas no trabalho da assessoria. Caso não tivesse ocorrido esta etapa do trabalho dificilmente a equipe conseguiria manter o engajamento dos atingidos nas atividades durante o período. Neste sentido, se pode dizer que durante o período de confinamento seguiu-se um momento de consolidação do diálogo com as pessoas atingidas que se referenciaram no trabalho da assessoria para acompanhar e participar das discussões sobre a reparação. Aquele também foi um período de intensa produção de documentos e reflexão sobre as novas formas de implementação do trabalho a fim de que este alcançasse os objetivos previstos no Plano de trabalho mesmo diante das significativas mudanças ocorridas.

Sobre a particularidade do trabalho do serviço social na assessoria técnica, tal como para os demais profissionais, o trabalho prevê contato próximo e contínuo com as pessoas atingidas. Mas no contexto imposto pela pandemia, as assistentes sociais tiveram que seguir as medidas de restrição adotadas pela equipe multiprofissional e participar das atividades a partir dos novos formatos empregados nas atividades. Naquele momento predominou o trabalho em home-office, a participação em espaços virtuais, participação nos programas de rádio, elaboração de materiais informativos para divulgação e contato por telefone e whatsapp com as pessoas atingidas. Neste período se intensificou os diálogos individualizados por meio destes canais de comunicação.

Diante do exposto consideramos que o trabalho do Serviço Social na experiência de assessoria técnica às pessoas atingidas de Barra Longa envolveram:

- a) a capacidade de atuação inter e multidisciplinar;
- 2) um espaço com alargada com autonomia profissional;
- 3) o vínculo e o compromisso com as pessoas atingidas;
- 4) a capacidade de escutar as pessoas atingidas;
- 5) a intervenção profissional com base no conhecimento das profissionais sobre direitos humanos e sociais e a articulação

das suas respectivas políticas públicas, na capacidade de proposições voltadas a contribuir na organização e mobilização social das pessoas e comunidades atingidas e na produção de estudos e análises sobre o território (tais como sobre os danos à Moradia, empobrecimento da população, perda de trabalho e renda, danos à saúde e ambiente, configuração e acesso rede socioassistencial local, entre outras questões) e na elaboração de documentos técnicos.

Buscamos descrever a experiência da assessoria técnica em Barra Longa e a inserção do Serviço Social na equipe. Mas ao longo das entrevistas fomos refletindo sobre a melhor maneira de favorecer a compreensão sobre o trabalho do Serviço Social junto a equipe da assessoria. Percebemos que as participantes A e B muitas vezes recorriam a exemplos ligados à pauta da moradia. O que nos levou a considerar que resgatar o processo de luta pela reparação relacionada ao direito à moradia digna pode favorecer o ângulo de análise que buscamos ressaltar ao longo deste trabalho.

Assim a seguir apresentamos o trabalho realizado pela assessoria em uma das principais pautas dos atingidos de Barra Longa.

3.2. A pauta da Moradia Digna

Conforme já citado, a pauta da moradia digna compôs um dos eixos da pauta das pessoas atingidas de Barra Longa. Neste processo, a moradia e a saúde foram apontadas pela população como as duas pautas prioritárias no processo de reparação. Este indicativo, em relação a moradia, esteve ligado tanto ao impacto imediato gerado pela chegada da lama no território, que provocou desde a destruição quase completa da comunidade de Gesteira, como todos os demais danos gerados à moradias que apesar de não estarem no percurso da lama de rejeitos sofreram prejuízos estruturais pelo processo de reparação dos danos, como

por exemplo aqueles gerados pela passagem dos caminhões que retiraram a lama do centro da cidade e intensificação do tráfego de veículos pesados ao longo da execução das obras de reparação. Assim a pauta da moradia foi a primeira grande pauta trabalhada pela assessoria junto às pessoas atingidas.

A equipe trabalhou com as pessoas atingidas primeiramente, primeiramente, o entendimento sobre quem é atingido no município e chegou-se ao entendimento que “são atingidos todos aqueles que vivem ou viviam no trajeto da lama e tiveram mudanças nas condições de trabalho, nos modos de vida, nas relações sociais, familiares e comunitárias” (AEDAS, cartilha moradia, 2021, p.6). Isto fez com que muitas pessoas se percebessem enquanto atingidas e passassem a reivindicar medidas de reparação.

A Fundação Renova, então, contratou a empresa Vaz de Mello Consultoria em Avaliações e Perícias. Esta consultoria apresentou a avaliação de 101 (cento e um) laudos elaborados pela Laudo da Vaz de Melo ⁴⁵ nos quais se destacou a avaliação de que os danos às moradias se deram especialmente em razão de as moradias não terem sido construídas a partir de materiais, técnicas e parâmetros de engenharia capazes de oferecer resistências às edificações locais.

Por outro lado, a Aedas contratou a consultoria da Alteto que considerando a avaliação amostral de 183 moradias elaborou o Laudo Geral da Cidade por meio do qual foram resgatados os processos pelos quais passou o município, com destaque especialmente para as moradias, a partir do rompimento de Fundão e detalhou-se tecnicamente os danos à moradia relatados pelas pessoas atingidas de modo a construir o entendimento sobre a totalidade do município. Compreendeu-se que no município de Barra Longa, com 300 anos de história, as moradias foram construídas com base em técnicas tradicionais por meio da autoconstrução. Neste processo as moradias foram erguidas com base em conhecimentos acumulados pela população local e que apesar de não contarem com apoio técnico foram suficientes para garantir o acesso dos moradores às residências ao longo da história do município. Assim, a avaliação da consultoria apontou que as técnicas e recursos utilizados nas

⁴⁵ Para acesso ao parecer técnico do Governo de Minas Gerais sobre as moradias de Barra Longa: [cif-ct-intra-nt-2018-02-shi.pdf](#);

moradias de Barra Longa não podem ser elemento que prejudicasse o direito à reparação. Ao contrário disto é possível concluir que não fosse o rompimento as moradias seguiriam sem os danos gerados pelo rompimento.

Os laudos das consultorias AECOM e Alteto apesar de apontamentos divergentes atestaram a materialidade da reivindicação das pessoas em relação à moradia justificando desta forma a adoção de medidas de reparação, ou seja, reforçaram a legitimidade da pauta da moradia. Desta maneira com base Pauta dos atingidos e nos dados levantados pelas consultorias a equipe da assessoria realizou com as pessoas atingidas o debate sobre o direito à moradia digna e a reparação justa, além de incorporar a discussão sobre Racismo Ambiental, tendo em vista que os danos às moradias estiveram associadas ao deslocamento da lama de rejeitos para áreas periféricas da cidade, com predominância de população negra.

Partindo deste direcionador, em relação à moradia, a equipe utilizou nos grupos de base a ferramenta do “Autorreconhecimento coletivo” por meio do qual as famílias atingidas reconheceram e respaldaram os danos sofridos nas suas comunidades sofreram. Neste processo cada família relatou os danos sofridos e a coletividade legitimava os danos relatados, indicava a medida de reparação esperada e a criticidade e, portanto, a prioridade para execução das obras de reparação. Conforme descrito na “Cartilha direito à moradia Digna” (AEDAS, 2021) o autorreconhecimento coletivo foi importante porque envolveu a identidade coletiva, as comunitárias de relações de convívio, de confiança e a memória sobre o território.

Ao final desta etapa foi possível a elaboração de listas com informação sobre as famílias e as moradias atingidas e a prioridade de atendimento nas negociações com a Fundação Renova.

Este debate levou à conquista do direito às reformas das moradias atingidas, especialmente aquelas com danos gerados pelo processo de retirada da lama e pelo processo de reparação e ao direito à Assistência Técnica para o acompanhamento das obras nas moradias.

Imagem 10. Cartaz com o registro dos relatos de danos à moradia em uma das comunidades de Barra Longa.

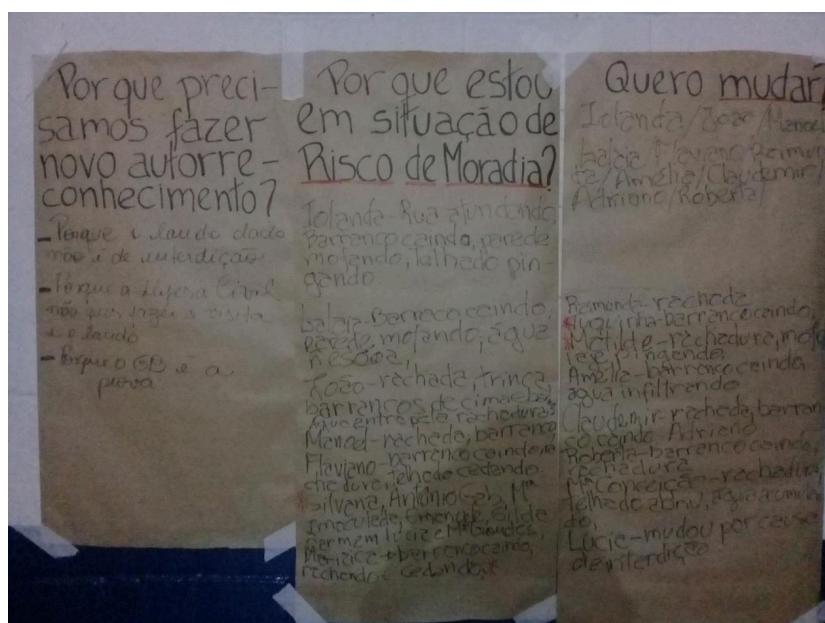


Foto:Acervo Laís Oliveira.

O autorreconhecimento coletivo, portanto, permitiu a elaboração da cartografia social da moradia em Barra Longa por meio da qual as próprias pessoas das comunidades atingidas, com o apoio da assessoria, desenharam o território apontando além dos elementos de referência como vias, rios e pontes, as moradias atingidas de cada comunidade.

Imagem 11 – Cartografia social da Comunidade de Felipe dos Santos, em Barra Longa.



Foto: Reprodução da Cartilha Aedas Direito à Moradia Digna, 2021, p.12.

Em seguida o debate da equipe com a população atingida avançou no sentido de abordar as normativas já estabelecidas em relação à moradia, mas se buscou avançar na construção de novos parâmetros e diretrizes construídos coletivamente, ou seja, pelo povo de Barra Longa.

Destacamos abaixo os parâmetros e diretrizes construídos em relação às reformas e reconstruções registrados na Cartilha Aedas Direito à moradia Digna e reconhecidos pela Fundação Renova em Assembleia de Negociação no dia 2/9/2018:

Parâmetros: centralidade do sofrimento vítima, respeito a auto-organização do povo, respeito ao saber popular, participação popular, tratamento respeitoso aos atingidos, restituição de acordo com direitos humanos, não retrocessos de direitos, melhoria nas condições de vida dos atingidos vítimas do desastre, garantia de continuidade da cidade, presunção de veracidade das declarações dos atingidos, razoabilidade conforme o contexto barralenguense para avaliação e exigências dos atingidos, respeito a história e tradição popular.

Diretrizes:

[Nas obras executadas] Por Terceirizada:

- 1.1) Indicação de empresas locais pelos atingidos,
- 1.2) Constituição de uma comissão de atingidos para fiscalização do processo e correção de distorções,
- 1.3) A construção só pode ser iniciada após projeto aprovado pelos moradores,
- 1.4) Garantia do Acesso às obras,
- 1.5) Escolha do material,
- 1.6) Assistência técnica para o processo de Construção/Reforma;

[Nas obras executadas] Por conta própria:

- 2.1) Garantia da Escolha do Material,
- 2.2) remuneração da Mão de Obra,
- 2.3) Orçamento indicado pelos atingidos,
- 2.4) Assistência Técnica,
- 2.5) Comissão de Acompanhamento,
- 2.6) Respeito às formas variadas de organização para construção: Mutirão, Associação, Pequenos coletivos, Individual (dinheiro direto). (AEDAS, 2021, p.14)

É necessário ressaltar que o emprego das técnicas do autorreconhecimento coletivo e da cartografia social tiveram o protagonismo da contribuição das arquitetas da equipe tendo em vista o conhecimento próprio desta área do saber. No entanto, o relato das entrevistas das profissionais apontou para o trabalho coletivo, aquele que contou com a participação de todas as profissões presentes na equipe. Em relação ao Serviço social, no entanto, as profissionais relataram que os debates

sobre a moradia mobilizaram o Serviço Social a partir da identificação das famílias e situações de maior vulnerabilidade que exigiram o acompanhamento mais intenso destas profissionais especialmente no que se refere ao diálogo com os serviços públicos e encaminhamento para atendimentos pelas políticas públicas. Havia, desta forma, o acompanhamento do debate geral e coletivo da pauta da moradia, nas reuniões dos grupos de base, seminários temáticos e assembleias de negociação, e ainda o acompanhamento de situações individuais, por meio de atendimentos, visitas domiciliares, elaboração de ofícios para encaminhamento aos serviços públicos.

Cabe ressaltar ainda que o debate sobre o Reassentamento de Gesteira envolveu muito a contribuição das assistentes sociais da equipe. O relato das profissionais revelou que pela organização do trabalho da assessoria o Serviço Social ficou com a tarefa de acompanhar de maneira mais próxima os debates sobre a moradia nesta comunidade. Desta forma todos os avanços e acúmulos desta pauta tais como o reconhecimento do direito do reassentamento coletivo⁴⁶ tiveram com a contribuição das profissionais do Serviço Social de forma mais intensa.

Por tudo isso o debate sobre o direito à moradia digna foi tão profundo que as pessoas atingidas de Barra Longa avaliaram, ainda, que havia a necessidade de medidas de reparação para as pessoas que moravam de aluguel à época do rompimento e que se viram afetadas de alguma forma, seja pelo deslocamento forçado, seja pela chegada da lama em si. Neste contexto foi estabelecido o direito ao pagamento de aluguel destas famílias pela Fundação Renova. Este, inclusive, é um dos pontos até hoje em debate. Visto que para as empresas a reparação é devida aos proprietários dos imóveis atingidos pela lama, mas a população reivindica a reparação para as famílias atingidas considerando que estas viviam nos imóveis atingidos e sofreram com os danos e os transtornos gerados pelo rompimento. Desta maneira TTAC, a judicialização e a repactuação não foram capazes de prever medidas reparatórias para estas famílias que seguem lutando, especialmente junto ao MAB, por direito à moradia digna.

⁴⁶ Para mais informações sobre o reassentamento coletivo de Gesteira, o trabalho de Uchimura (2022) é uma referência importante. Disponível em:< [O reassentamento da comunidade de Gesteira em movimento \(2015-2022\): crítica à moderna alquimia mineromercantil e à forma jurídica da dissolução comunitária](#)>. Acesso em 05/05/2025.

Importante ressaltar que ainda no processo de luta pela reparação das moradias a pauta esteve entre aquelas judicializadas pela 12ª vara federal. Entre as medidas determinadas pelo juiz responsável houve a indicação da realização de perícias nas moradias atingidas. As perícias foram realizadas pela empresa AECOM, consultoria multinacional com sede nos Estados Unidos e partiram das listas elaboradas pela assessoria técnica e entregues às Instituições de Justiça. Neste processo a empresa elaborou novos laudos sobre as moradias periciadas e indicou um número expressivamente menor de moradias e de valores para serem reparados. Além disso, a população perdeu o direito à equipe de assistência técnica que acompanharia as reformas e reconstruções e a partir da judicialização perdeu-se também a possibilidade de negociação limitando a reparação às decisões judiciais, ou seja, sem a participação das pessoas atingidas.

Imagem 12 – Cartaz em uma das moradias de Barra Longa à época das perícias.



Foto: Reprodução da Cartilha Aedas Direito à moradia digna, 2021, p. 9.

Tudo isto fez com que as pessoas atingidas fossem obrigadas a continuar o processo de luta pela reparação das moradias e o pelo direito à moradia digna⁴⁷. Apesar deste cenário, que aponta a não-reparação, se observa o saldo político e organizativo das pessoas atingidas de Barra Longa. Afinal, mesmo com a saída da assessoria, em 2021, houve continuidade da luta. Isto demonstra que o trabalho realizado pela equipe da assessoria técnica, na qual estiveram inseridas assistentes sociais, rendeu frutos no sentido de permitir que a população tivesse condições de dar continuidade às suas reivindicações.

4. Percurso metodológico da pesquisa e análise das entrevistas

A questão fundamental sobre a qual se coloca neste estudo está envolta na necessidade de destacar o trabalho referenciado no projeto ético-político do Serviço Social. Para tanto consideramos a experiência do Serviço Social na assessoria técnica dos atingidos de Barra Longa/MG uma vez que foi possível as profissionais da equipe multiprofissional vivenciar um campo de autonomia alargado, pouco comum aos tradicionais espaços sócio-ocupacionais do Serviço social, tendo em vista o alinhamento político da instituição empregadora com o horizonte do projeto profissional crítico.

Buscamos ao longo do texto abordar os elementos presentes no trabalho que configuraram a experiência profissional em questão a partir dos pontos que

⁴⁷ Para acesso a matéria sobre a continuidade da luta pela reparação da moradia: < [Atingidos de Barra Longa questionam atuação do MP Federal em acordo para reparação de moradias - Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#)>. Acesso em 05/05/2025.

percebemos serem fundamentais a nossa análise. Desta forma tratamos dos vínculos e condições de trabalho das assistentes sociais, de sua formação e histórico de envolvimento político, atribuições e demandas no projeto de assessoria e relação com as pessoas atingidas, os sujeitos alvo do trabalho da equipe. Buscaremos, portanto acessar o processamento do trabalho de modo a compreender

Visto isso, consideramos fundamental agregar ao estudo proposto elementos que partem da análise das assistentes sociais que fizeram parte da experiência em questão acerca do trabalho desenvolvido. Buscamos acessar a esfera do processamento do trabalho das assistentes sociais, âmbito que envolve aspectos qualitativos do processo investigativo. Afinal, como avaliou Minayo (1998: 21) “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”. Desta forma partindo das principais possibilidades metodológicas para uma pesquisa deste tipo tais como entrevista aberta ou semi estruturada, observação participante e grupo focal. Considerando que a nossa amostra se limita às 5 (cinco) assistentes sociais que participaram da experiência de assessoria técnica em Barra Longa compreendemos que o levantamento de dados por meio de entrevista semiestruturada como recurso capaz de permitir o acesso às informações necessárias a reflexão em construção.

A entrevista semi estruturada consiste na adoção de um modelo de entrevista flexível, que utiliza um roteiro prévio de questões para orientar o diálogo com base nos pontos fundamentais que se pretende explorar e conhecer, mas permite que sejam abordadas outras questões não previstas no roteiro e que o participante possa discorrer sobre a questão colocada pelo pesquisador sem se prender a ela (MINAYO, 2014; p.261).

Minayo (2014; p.267) observa que a entrevista semiestruturada assegura que as hipóteses consideradas pelo pesquisador e/ou seus pressupostos sejam abordados. Mas ressalta que para a análise os pesquisadores, sobretudo aqueles menos experientes, precisam estar atentos para não se ater apenas aos temas pré-estabelecidos sem explorar elementos relevantes que tenham sido trazidos pelos participantes. Para a nossa investigação a entrevista semiestruturada se colocou como uma boa opção tanto por assegurar a abordagem de postos-chave à

nossa reflexão como também por permitir que aspectos ainda não identificados ou explorados possam se destacar a partir das falas das participantes.

Deste modo, entre os meses de maio e junho/2024 entrevistamos 4 das 5 profissionais com formação em Serviço Social que trabalharam na assessoria técnica em Barra Longa/MG. A entrevista seguiu o roteiro de questões (anexo 1) que buscou acessar o relato do desenvolvimento do trabalho bem como a reflexão sobre este processo. Afinal, uma estrutura rígida de perguntas dificultaria o acesso ao relato mais pormenorizado.

Buscamos que as perguntas funcionassem como elemento direcionador de um diálogo/retrato espontâneo sobre o trabalho realizado, tal como prevê este tipo de abordagem metodológica. As questões apresentadas às assistentes sociais tiveram como principais direcionadores: a) a sua consideração sobre o que constitui o objeto de trabalho do serviço social em cada espaço de atuação, b) a finalidade do trabalho, c) a sua relação com os usuários, às pessoas atingidas pelo rompimento de Fundão; d) a sua concepção sobre o projeto ético-político do serviço social, e) a sua percepção a respeito do vínculo entre o trabalho realizado e o projeto profissional hegemônico, f) a sua autonomia profissional e, por fim, g) a sua compreensão e o emprego das principais referências éticas e teóricas do serviço social.

Das 4 (quatro) entrevistas 2 (duas) ocorreram no formato virtual e 2 (duas) foram respondidas pelas profissionais a partir do envio do roteiro de questões por e-mail e remetidas à pesquisadora responsável. O formato das entrevistas teve esta variação uma vez que foi oferecida às participantes a opção de indicarem o formato de sua preferência. Assim devido à distância entre as participantes e a pesquisadora 2 (duas) participantes optaram pelo formato de entrevista virtual via plataforma Meet e em razão da restrição de tempo e intensidade de rotina de trabalho 2 (duas) profissionais optaram por responder o questionário de forma que assim tivessem a possibilidade de respondê-lo com maior calma e conforme a sua disponibilidade de tempo. A seguir apresentamos a sistematização e análise dos dados das entrevistas.

Conforme é possível observar no quadro 1 o perfil social das participantes aponta para um perfil de profissionais relativamente jovens, entre 26 e 40 anos atualmente, de modo que na experiência de Barra Longa as profissionais eram ainda mais jovens. Todas as profissionais são do sexo feminino.

Quadro 1. Perfil das participantes da pesquisa

Participante	idade	sexo
A	40	Feminino
B	36	Feminino
C	34	Feminino
D	26	Feminino

Fonte: Sistematização dos dados das entrevistas pela autora

Todas as profissionais se formaram na década dos anos 2010, com 2 (duas) profissionais, as participantes C e D, com menos de 5 anos de formadas à época da experiência em Barra Longa. Quanto às instituições de ensino 3 (três) das profissionais se formaram pela UFJF, instituição cujo curso de Serviço Social é filiado à ABEPSS⁴⁸ conforme informação disponível no site da Associação e 1 (uma)

⁴⁸ A vinculação da Unidade de Formação Acadêmica pode ser consultada em: <https://www.abepss.org.br/unidades-de-formacao-academica-filiadas-a-abepss-37> . Disponível em 22/08/2024

profissional se formou pela UFVJM. Cabe observar que a experiência na assessoria técnica correspondeu a primeira experiência de trabalho do tipo das profissionais.

Quadro 2 – Formação profissional

Participante	Ano de conclusão da graduação	Instituição de ensino superior	modalidade	Nível de pós-graduação
A	2013	UFJF	Presencial	Mestrado e Doutorado em andamento
B	2013	UFJF	Presencial	Mestrado
C	2016	UFVJM	Presencial	Não realizou
D	2019	UFJF	Presencial	Mestrado

Fonte: Sistematização dos dados das entrevistas pela autora e informações disponíveis no currículo lattes das profissionais.

Outro elemento importante a ser observado em relação ao perfil das profissionais é a sua participação ou vinculação política. Três profissionais tinham vínculo com o sindicato da área de atuação das organizações da sociedade civil. As quatro profissionais tinham participação em movimentos sociais e participavam de eventos do Conselho da categoria profissional.

Quadro 3 - Participação política

Participante	Vínculo com movimento ou organização sindical	Participação em Movimento Social	Participação em eventos ou observação de publicações do CRESS
A	Sim	Sim	Sim
B	Sim	Sim	Sim
C	Sim	Sim	Não
D	Não	Sim	Sim

Fonte: Sistematização dos dados das entrevistas pela autora e histórico das profissionais.

É importante observar ainda o tipo de vínculo de trabalho das profissionais na assessoria. Deste modo observa-se que 3 (três) profissionais foram contratadas pela CLT a partir de seleção ocorrida por meio de edital. Enquanto 1 (uma) profissional tinha vínculo de contrato temporário, através de CNPJ, com contratação realizada a partir de edital de concorrência.

A profissional A foi contratada, inicialmente, como assistente social da equipe e ficou no cargo por um ano. Em seguida passou à coordenação local do projeto, cargo que ocupou por três anos, ou seja, até o final da assessoria em Barra Longa. Importante destacar o fato de uma assistente social ter sido a coordenadora do projeto de assessoria. Isto aponta para o destaque do trabalho realizado pela profissional de modo que a sua competência profissional foi reconhecida e a levou a ocupar um cargo de chefia e gestão, com consequente e expressiva carga de responsabilidade e poder de decisão.

Já no cargo de mobilizadoras houve a contratação de 2 (duas) profissionais, participantes B e C. Sobre esta inserção é importante destacar que o cargo de mobilizador/a permitiu às profissionais contato direto e frequente com as pessoas atingidas. Nesta função às profissionais tinham a atribuição de realizar o

acompanhamento aproximado das famílias das regiões as quais eram referências. Deste modo as profissionais frequentemente realizavam ligações, contato por mensagens e visitas domiciliares a fim de tratar dos temas da reparação, de questões ligadas às pautas das pessoas atingidas, prestar orientações, tirar dúvidas, levar material elaborado pela equipe, informar e convidar para as atividades da assessoria. Este contato permitiu a construção de vínculos de confiança entre as profissionais e a população. Neste sentido, era comum e constante que as mobilizadoras fossem acionadas pelas pessoas atingidas quando representantes de outras instituições faziam contato com elas. As pessoas atingidas buscavam orientação no sentido de saber se o contato partia de sujeitos aos quais elas “deveriam” atender. Assim muitas pessoas só confiavam na palavra das profissionais e tinham muito cuidado para atender outras pessoas.

Pelo tipo de inserção junto às pessoas atingidas e a relação estabelecida entre as profissionais e as pessoas atingidas consideramos a mobilização a atividade fundamental ao trabalho da equipe. Afinal o mobilizador era o profissional com o qual as pessoas atingidas estabeleciam a relação com a assessoria técnica e que acolhia e organizava as demandas para repasse à equipe. Vê-se que os mobilizadores, geralmente, eram os primeiros profissionais a analisar as demandas e neste sentido direcionar o olhar da equipe sobre as questões envolvidas na demanda bem como sobre as possibilidades de intervenção e/ou proposta a ser adotada ou até mesmo construída com a população atingida.

A função de mobilização também tem destaque quando pensamos na necessidade de capacidade de comunicação dos/das profissionais com as pessoas atingidas para compartilhar informações e orientações sobre o processo de reparação, mas especialmente, para que o conjunto de subsídios fornecidos favorecessem a reflexão das pessoas levando à mobilização para participação nos espaços do processo de reparação. Assim consideramos que no caso das profissionais do Serviço Social que estiveram no cargo de mobilização a linguagem, tal como considerado por Iamamoto e Carvalho (1996), foi instrumento fundamental ao trabalho realizados pelas profissionais e por meio do qual a intencionalidade das

profissionais se objetivava no sentido de destacar os elementos capazes de favorecer o alcance dos objetivos das ações das profissionais.

Por fim, a profissional D assumiu a atividade de consultoria. O vínculo da profissional se deu por meio de contrato de trabalho por tempo determinado para realização de atividade prevista em Termo de Referência (TR). O trabalho teve o período de 1 (um) ano e foi realizado integralmente durante o período de isolamento social. Nesta função a profissional tinha a previsão de contato com as pessoas atingidas tanto para levantar dados como para o repasse de informações, mas em razão da pandemia do covid-19 o trabalho ocorreu remotamente por meio de reuniões virtuais com as pessoas atingidas e equipe do projeto.

Ao final do contrato de trabalho a profissional deveria apresentar uma análise acerca do objeto previsto no TR e entregar documentos que pudessem ser utilizados pela equipe nas argumentações técnicas sobre a reparação e entregues às pessoas atingidas como subsídio para as suas reivindicações. Deste modo além da capacidade de análise a profissional necessitava possuir habilidade de escrita de documentos com diferentes formatos e para diferentes sujeitos. Cabe destacar, entretanto, que a pandemia impactou fortemente o trabalho, afinal não foi possível o contato presencial com as pessoas atingidas e as visitas às comunidades.

Quadro 4 - Tipo de vínculo de trabalho na assessoria técnica

Participante	Vínculo funcional	Forma de acesso	Cargo	Faixa salarial
A	CLT	Edital de contratação	Coordenação e Assistente social	Entre 2 e 5 salários-mínimos
B	CLT	Edital de contratação	Mobilizadora	Entre 2 e 5 salários-mínimos
C	CLT	Edital de contratação	Mobilizadora	Entre 2 e 5 salários-mínimos

D	Contrato por tempo determinado	Editais de Concorrência	Consultora	Entre 2 e 5 salários-mínimos
---	--------------------------------	-------------------------	------------	------------------------------

Fonte: Sistematização dos dados das entrevistas pela autora e dados dos Termos de Referência de contratação das consultorias.

A análise dos dados do Quadro 4 aponta que a equipe fixa do projeto, que possuía com vínculo do tipo CLT contou com todas as garantias trabalhistas previstas pela respectiva legislação tais como, carga horária de trabalho de 44 horas semanais, o direito a férias remuneradas, seguro-desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e 13º salário.

Por outro lado, a profissional contratada para consultoria, por meio de contratos de trabalho por tempo determinado, não contou com as garantias da proteção trabalhista uma vez que o seu tipo vínculo não prevê este tipo de responsabilidade pelo contratante dos serviços de consultoria. Aqui percebemos que faz sentido o apontamento de Matos (2009) quando considera que o trabalho do Serviço social em consultoria, muitas vezes, se apresenta como uma função com status social, mas que na realidade experimenta a precariedade do trabalho. Isto fica mais fácil de observar se observarmos os salários das profissionais.

Em ambos os tipos de vínculo, contrato por CLT e contrato por tempo determinado, a faixa salarial não variou, no entanto, a profissional consultora recebeu exclusivamente o valor definido por meio do edital de concorrência. Isto quer dizer que a profissional foi selecionada a partir da oferta de trabalho técnico especializado, portanto qualificado, pelo menor valor apresentado entre as propostas recebidas pela assessoria e que não cabia a instituição contratante o pagamento de valores relativos à previdência social. Este dispêndio de recurso, neste tipo de contratação, ficou a cargo da profissional contratada e era retirado do montante recebido pelo trabalho reduzindo, portanto, o valor líquido efetivamente apropriado pela profissional.

Logo a inserção profissional a partir da atividade de consultoria representou, tal como considerado por Matos, um tipo de contratação menos vantajosa se comparada à contratação por CLT uma vez que as garantias trabalhistas e

previdenciárias eram de responsabilidade da profissional e incidiam sobre o valor do trabalho contratado. Assim, mesmo que, aparentemente, as profissionais recebessem valores dentro da mesma faixa salarial, a profissional consultora precisou utilizar parte do valor para custeios de previdência social, reduzindo o valor do trabalho. Além disso, é importante destacar que para as consultorias, conforme estabelecidos nas cláusulas do TR, os pagamentos só podem ser realizados após a entrega dos relatórios conforme cronograma previsto no TR. Ou seja, caso houvesse atraso na entrega dos documentos os pagamentos correspondentes somente ocorreriam com a entrega do material relativo ao mesmo. Portanto era necessário que a profissional consultora fosse bastante rigorosa com o tempo de elaboração das ações necessárias à construção dos relatórios e documentos para que a entrega dos materiais ocorresse nas datas previstas, sem atrasos, para que não prejudicasse o pagamento pelo trabalho.

Sobre o trabalho realizado na ATI buscamos inicialmente perceber como as profissionais compreendiam o papel do Serviço Social na experiência de Barra Longa. Identificamos que, para as profissionais, o Serviço Social teve a função de contribuir a partir da capacidade de leitura crítica das profissionais sobre os processos de rompimento e de luta e organização e ainda sobre o compartilhamento de informações sobre direitos sociais. Vejamos a fala das profissionais a esse respeito:

O Serviço Social tem contribuição muito particular na ATI porque quando fomos para esta experiência inédita da forma como foi se buscou muito profissionais e profissões com leitura mais avançada sobre o que é um rompimento de barragem. Pensou-se quem poderia responder a coisas muito práticas, como o arquiteto, pois teve uma questão de moradia forte. Direito, é que vai alinhar o processo de reparação. Então o Serviço Social foi enxergado como profissão que podia fazer este debate mais amplo do que é ser atingido. Sobre como contribuir na questão organizativa. Nosso projeto [de assessoria técnica] é muito genérico, não está descrito como a profissão devia fazer. Não era uma atuação engessada. No Serviço Social e na Psicologia você vê que é ainda mais aberta. Talvez porque quem construiu o projeto [da assessoria] não conhecia bem o Serviço Social ou porque pensou uma atuação mais ampla. Isso permitiu ao profissional organizar a forma de trabalho, organizar o seu conteúdo profissional para atuar naquela realidade. Eu como assistente social tinha a função de ver como a profissão podia ajudar no processo de luta e construção de direitos. Podia inclusive construir o papel profissional. Podia ser um papel mais burocrático ou em ações mais voltadas à intervenção. Foi muito isso que aconteceu. A coisa mais importante para mim foi o lugar de onde eu vim para construir esta forma de intervenção tão nova. Participante A

Para responder esta pergunta é necessário pensar o que foi a experiência de Barra Longa. É necessário contextualizar a ATI e onde o Serviço Social se coloca. Estamos falando de um processo extremamente violento. Rompimento de cadeias produtivas. Se deparar com cenário que tem todos os tipos de danos desencadeados por uma empresa. [...]. Importante dizer que era uma equipe dentro de um processo coletivo, no qual o assistente social não construiu nada sozinho. O objetivo da ATI é provar os danos que as pessoas sofreram. Tivemos que criar. Diferente do trabalho na saúde, por exemplo, no qual o profissional tem os instrumentos já previstos para atuação, [o profissional] se baseia na política pública. Na ATI o assistente social teve que criar, embasado nas leis. Não existia os parâmetros para atuação do assistente social na ATI como existe na saúde. Muitas vezes foi preciso criar. [...]. O assistente social teve o papel dentro da equipe que produzia coletivamente. Tinha os atendimentos individuais que tinham caráter sigiloso. Tinha a proposta de trabalho coletivo. Participante B.

“O Serviço Social teve papel importante em Barra Longa a partir da perspectiva de garantia de direitos das pessoas atingidas buscando levar a informação para acesso a direitos e em casos individuais de vulnerabilidade identificadas foram realizadas tratativas no sentido de reportar os equipamentos da Assistência social no município encaminhando os casos para as devidas resoluções”. Participante C.

Fundamental para contribuir na compreensão histórica e social do crime, em como esses crimes são consequências diretas da valorização do lucro em detrimento da vida, na luta há mais de 20 anos pela garantia dos direitos da população atingida por crimes como o rompimento da barragem de Fundão e como seus direitos são brutalmente violados. O serviço social auxilia na reflexão, na análise crítica da realidade. Participante D.

Na fala da participante B se destaca, além das questões relativas à leitura crítica da realidade, a capacidade propositiva exigida pelo trabalho realizado. Quando a profissional diz: “Muitas vezes foi preciso criar”, fica evidente que as profissionais precisaram propor a melhor forma de abordar as questões junto às pessoas atingidas sem contar com referências para o tipo de trabalho a ser executado. Assim consideramos que as profissionais apresentaram forte alinhamento com o projeto profissional uma vez que precisaram impregnar a proposta de trabalho da intencionalidade com a qual se identificaram. Percebemos que o trabalho exigiu o perfil profissional crítico e propositivo característicos dos profissionais alinhados ao projeto profissional crítico conforme apontado por Iamamoto (1998).

Quanto às referências teóricas adotadas pelas profissionais e que sustentaram o trabalho a partir da dimensão teórico-metodológica observamos que houve relação com a formação das profissionais. Verificamos que a partir de

formações críticas houve a aplicação do conjunto de conhecimentos adquiridos a partir deste tipo de formação pelas assistentes sociais.

Lembremos que todas as profissionais têm formação em cursos de Serviço Social presenciais com currículos orientados pela ABEPSS, ou seja, as profissionais tiveram uma formação a partir do referencial crítico do Serviço Social e foi a partir desta base teórico-conceitual que as profissionais partiram para executar o trabalho.

Assim, foi comum entre as assistentes sociais a constatação quanto à utilização de referencial teórico-metodológico alinhado à teoria social crítica bem como o recurso à literatura relativa à mineração e desastres socioambientais tendo em vista a particularidade da realidade na qual o trabalho se desenvolveu. Sobre as referências teórico-metodológicas adotadas a fala das profissionais é enfática:

No Serviço Social não tenho dúvida que tanto minha quanto das demais assistentes sociais AS é a referencial crítica. Impossível trabalhar na assessoria sem saber o que é o capital, o que foi o rompimento, a luta dos atingidos. Não tinha como pensar uma intervenção sem entender o macro. Isso para nós, mas também na forma de organizar os atingidos. Nós tínhamos a compreensão do que era a profissão, suas limitações, as limitações da própria ATI, as questões de Barra Longa, cidade do interior de MG com uma formação sócio-histórica particular, com ausência de processos de luta e organização popular, por exemplo sindical. Então chegamos naquele lugar com histórico recente de organização popular. Foi o rompimento que colocou um cenário caótico, que causa o caos na vida das pessoas que pretendiam ter uma vida pacata. [...]. Então nesse processo fazíamos isso de integrar a profissão no todo. Não tenho dúvida que o que guiou a ATI neste processo foi a teoria crítica sobre mineração, sobre o capitalismo, foi isso que sempre organizou o trabalho ali. Participante A

Referências da teoria social marxista sobretudo. Realidade muito complexa tivemos que ler muito. [...]. Então era necessário entender a realidade, quem é esse ator? Quem é a Vale S.A.? Quais são estes atores que a gente está lidando? Quem é essa população? Acho que isso só seria possível com a teoria marxista. Temos que entender a teoria social, entender que o Estado é expressão da classe dominante. Então como vamos reivindicar que o Estado atenda às necessidades da população atingida? Seria romantizar, descolado da realidade. Participante B.

A partir da formação acadêmica e vivências em Movimentos Populares, minha referência é o Materialismo Histórico-dialético de Marx. Participante C.

Marilda Vilela Iamamoto, José Paulo Netto, Maria Carmelita Yazbek, Elaine Rossetti Behring, entre outros. Procuro me basear em autores que seguem a teoria social crítica. Vale assinalar que quando estou em determinada área de trabalho, também utilizo autores que têm uma perspectiva crítica e que são referência àquela área de atuação. Por exemplo, com os atingidos por

barragens eu utilizava muito a PNAB, documentos/artigos do MAB, do MAM, documentos do governo referentes às barragens. Teoria social crítica. Participante D.

Sobre as referências ético-políticas as profissionais fazem a mesma avaliação de que sua orientação foi crítica. A avaliação das profissionais faz sentido uma vez que normalmente existe sintonia entre a base teórico-conceitual e o direcionamento ético-político do trabalho. Assim, foi comum entre as profissionais a afirmação de adoção do referencial crítico, na perspectiva do avanço de direitos. Vejamos as suas colocações:

[As referências ético-políticas] também foram críticas. Quando fui trabalhar em Barra Longa eu fiquei muito ansiosa. Tinha muita vontade de trabalhar com movimentos sociais e organizações sociais e trabalhar nesta perspectiva que é ainda tão minoritária. A aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais foi fundamental para o processo de ruptura com o conservadorismo. Trabalhar na ATI exigiu demais este ponto, um compromisso ético com aquelas pessoas que estavam construindo suas vidas num processo caótico e isso também foi potencializado porque não trabalhamos como a Vale S.A. que os profissionais entravam na casa das pessoas e olhavam os armários para ver se realmente a pessoa passava por uma questão de necessidade de alimentos, mas com a ATI, de escolha do povo; Nossa perspectiva de atuação era a das pessoas atingidas. Afinal não existe neutralidade, não tem como haver neutralidade. Participante A.

[...]. É impossível agirmos neste contexto da luta de classe é impossível agir com neutralidade. A gente tem um lado que é o lado trabalhador, se a gente não tem o Código de Ética, a gente não tem como realizar o trabalho, a gente tem a lei 8662 que prevê ao assistente social executar e propor políticas públicas. O que fizemos está dentro do que a lei da profissão. A pauta dos atingidos também foi uma referência ético-política. Não podemos nos afastar da pauta. Ela dialoga com o processo democrático, dialoga com a construção de uma nova realidade, sem exploração de classe. Considera a amplitude de direitos dos atingidos. A pauta foi uma referência grande que foi construída pelo povo. Participante B.

Com base na formação acadêmica vivenciada e experiência/vivência política e profissional em Movimentos Populares minha referência ético política é a crítica marxista e aos Direitos Humanos. Participante C.

O Código de Ética do Serviço Social e a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993; leis, resoluções como a Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Assistência Social; Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, entre outros; e as entidades da profissão: ABEPSS, CFESS, CRESS, ENESSO. Participante D.

Quando solicitamos às profissionais que avaliassem a relação das referências teórico-metodológicas e ético-políticas com o trabalho na experiência de Barra

Longa às suas considerações são muito interessantes. As profissionais relacionaram com muita facilidade estas dimensões do trabalho e evidenciaram o direcionamento assumido pelo trabalho coletivo, da equipe. Assim percebemos que ocorreu a confluência entre o sentido do trabalho das profissionais com o objetivo da equipe.

Também foi perceptível a consideração das pessoas atingidas numa perspectiva de totalidade do sujeito, não envolvendo apenas o aspecto das perdas sofridas a partir do rompimento, mas buscando compreender as pessoas e as situações vivenciadas na sua complexidade. Neste processo as profissionais acionaram conhecimentos, por exemplo, sobre racismo ambiental e que buscava alcançar direitos para as pessoas atingidas e a construção da reparação integral. Vejamos as considerações das profissionais:

Mesmo com uma vaga de assistente social temos que lembrar que temos várias assistentes sociais compondo a equipe. Ajudamos no processo de condução da ATI numa perspectiva crítica. [...] Várias assistentes sociais estiveram integradas na equipe. De 13 profissionais, olhe quantas eram assistentes sociais. A metodologia de organização cotidiana permitia uma organização multi e interdisciplinar, isso também ajudava a conduzir o papel da assessoria no território. No coletivo ajudava os rumos da assessoria, mais do que o papel isolado, mas também entender que cada profissional, mesmo isolado no seu cargo, tinha orientações profissionais que ajudavam a conduzir todo o processo da ATI no processo interdisciplinar. Ter várias pessoas com entendimento crítico sobre a sociedade, sobre a reparação, isso mexe com todos os outros profissionais, fomenta discussões críticas de toda a equipe. Participante A

É impossível não relacionar porque você precisa desproblematizar os problemas. Não tem como você olhar, por exemplo, o processo do parque de exposição. É um lugar onde foi depositado rejeito e porque foi depositado ali muito sem pensar e depois ia mudar, mas foi depositado rejeito ali porque é uma população pobre. Porque é uma população periférica. Então se a gente não faz esta discussão do território, que uns territórios são mais valiosos que outros, que muitos corpos são matáveis, se a gente não tem um desvelamento desta realidade, que é uma realidade quem tem a ver com luta de classe não tem como agir e se o povo não tivesse dado esse destaque do racismo ambiental acho que as pessoas continuariam ali. Teve uma atenção maior para aquele problema, não são corpos matáveis. O povo falou: Eles colocaram rejeito aqui porque eles pensam que a gente vale menos. Então é o cenário da luta de classe, não tem como avaliarmos isso na neutralidade. Participante B

Acredito que essas referências ético-políticas e metodológicas contribuíram para uma atuação com um olhar atento às pessoas atingidas acompanhadas respeitando suas histórias, individualidade e suas situações frente aos danos que sofreram com o rompimento da Barragem. Com muita confiança e responsabilidade atuando a partir da centralidade da dor das

vítimas. Sempre em busca do acesso aos seus direitos e em luta pela reparação integral. Participante C

Me capacitaram a ter uma atuação favorecedora e em defesa dos direitos e demandas dos/as atingidos/as pela barragem. Participante D

Buscando avançar na reflexão sobre o trabalho, perguntamos as profissionais a sua avaliação sobre a sua autonomia profissional na experiência de Barra Longa. Este foi outro ponto interessante. As considerações das profissionais apontam de maneira unânime para a percepção de autonomia alargada.

Tínhamos muita autonomia, tanto profissional como da ATI fazer seu trabalho. Tinha estes dois elementos. Então o Serviço Social estava ali requisitado para coisas muito abertas. Tem gente que dá uma pirada. O Serviço Social está sem definição, não tem nada para fazer. Ao contrário, esta abertura nos dava condição de avaliar o que era necessário fazer, mas a partir da realidade da demanda e do nosso entendimento do que era necessário fazer. Não existia forma engessada para os profissionais atuarem. Existia muitas possibilidades. Uma requisição era que o profissional seja inventivo, seja criativo. Permitiu aos profissionais acessar o melhor de suas profissões. Muita possibilidade de criar a partir das referências da profissão. Participante A

O profissional tem autonomia relativa, mas na assessoria tivemos uma autonomia alargada. A atuação é um pouco diferente, mas a gente atua sempre numa perspectiva multidisciplinar. Então acho que a gente conseguiu colocar através do povo a nossa metodologia de trabalho. Muitas vezes, as assistentes sociais e mobilizadoras criamos a metodologia de trabalho, mas é puma autonomia relativa ampliada. Tinha estes momentos do atendimento individual. Então tinha o espaço para poder atender e conversar com o atingido de forma muito tranquila. Todo o trabalho foi desenvolvido, a metodologia com a participação do assistente social, mas da forma possível de a gente pautar metodologia. Então, acho que a autonomia era alargada. Claro que tinha uma auditoria. Não podia colocar algo fora do plano de trabalho, mas dentro do escopo tinha a possibilidade de criar metodologia. Participante B.

O projeto de Barra Longa possibilitava uma construção estratégica de coletividade na equipe e entre os grupos de atuação. Nesse sentido, as Assistentes Sociais que atuaram no projeto contribuíam na assessoria como todo atuado em várias frentes, mas ainda assim podiam traçar estratégias específicas frente os trabalhos socioassistenciais. Participante C.

Avalio que foi possível ter uma autonomia profissional. A equipe era muito alinhada em relação aos posicionamentos, aos pensamentos, em como pensavam na atuação e intervenção, no que poderia ser feito. Ao meu ver, esse alinhamento proporciona e possibilita que os profissionais tenham uma autonomia maior, pois há uma confiança nas ações dos outros membros da equipe. Participante D.

A fala da participante A é interessante pois percebe que a não determinação prévia das atividades para o Serviço Social favoreceu a autonomia profissional e permitiu o trabalho mais dinâmico, não “engessado”, mas capaz de explorar as

possibilidades presentes no contexto em questão e de propor as estratégias de trabalho incidindo na atuação da equipe. Ou seja, assinala que a autonomia das profissionais foi ampla de modo que repercutiu no trabalho da equipe.

A participante B mais uma vez aponta a necessidade de as profissionais serem propositivas. Deste modo ao longo das falas esta característica assume centralidade para a execução do trabalho das profissionais, reafirmando o perfil do profissional crítico e comprometido como o projeto profissional tal como descrito por Iamamoto (1998).

Já a fala da participante C destaca a autonomia das profissionais para elaborar as estratégias próprias da profissão. Ou seja, sem a interferência de outrem no que diz respeito ao Serviço Social.

Na fala da participante D chamou atenção a avaliação quanto ao alinhamento entre os profissionais da equipe como elemento alargador da autonomia a partir da confiança que se estabeleceu entre os profissionais. Interessante observar a esse respeito que a partir da consideração da profissional identifica-se um ambiente de trabalho favorável ao trabalho alinhado ao projeto ético-político do Serviço Social. Isto é importante pois, ao assumir um projeto profissional na contramão da sociedade vigente os/as assistentes sociais, normalmente, enfrentam inúmeras dificuldades em relação às possibilidades para implementar estratégias de trabalho afirmadoras do projeto profissional e consequentemente de sociedade ao qual se vinculam. Em Barra Longa, entretanto, as profissionais relatam um contexto no qual tais dificuldades se reduziram em relação à postura institucional e da equipe de trabalho se concentrando na relação com as empresas causadoras do rompimento e com a judicialização do processo de reparação.

Em relação às condições de trabalho as profissionais avaliaram ter havido o acesso aos meios e recursos necessários ao trabalho conforme prevê as normativas da profissão em relação às condições éticas e técnicas para o exercício profissional, com destaque para a Resolução CFESS nº493/1993.

Condições de trabalho existiam. Para todos os profissionais era a mesma condição de trabalho. Todos tinham no mínimo um computador, a sala [do escritório] da Aedas. Se precisasse imprimir tinha impressora. Tinha carro.

Uma coisa que pega na ATI é a quantidade de trabalho e esta coisa que é um pouco extra, que é viver no lugar onde o crime se renova. Condições de trabalho tivemos. Participante A.

Na assessoria o assistente social teve que lidar com muitas expressões da Questão Social. Com muitos danos. A equipe era muito pequena, então era um ritmo intenso de trabalho. Por isso muitas vezes a gente precisou levar trabalho para casa. Precisava estudar porque cada dia é um tema novo. Estudar saúde para discutir na reunião com o povo. Tinha o espaço para estudar na assessoria, mas muitas vezes a gente levava trabalho para casa. A gente trabalhava na perspectiva da educação popular. A gente precisava criar material, criar metodologia, buscar um filme e tudo isso era feito dentro e fora do horário de trabalho. As condições de trabalho eram muito intensas. Levar trabalho para casa, mas tinha nosso espaço para conduzir nosso trabalho tinha nossa sala. Tinha a sala do assistente social com o armário e fichas de atendimento, os documentos sigilosos. Mas havia também esta condição de o trabalho ser muitas vezes extenuante. Participante B.

Em Barra Longa, não atuei como Assistente Social, mas atuei como Mobilizadora Social realizando algumas atividades que são atribuídas ao Serviço Social, como exemplo, levar informações qualificadas a indivíduos e famílias sobre direitos e formas de acesso às políticas públicas e programas relacionados à reparação. Participante C.

Tendo em vista que a atuação foi no momento da pandemia da COVID 19, esse fato por si só já era um desafio. A partir disso, a minha atuação em campo foi prejudicada pois raros foram os momentos de trocas presenciais com os atingidos, de contato direto e escuta qualificada, de visitas domiciliares. Avalio que as trocas e diálogos presenciais são fundamentais para um melhor desenvolvimento do trabalho e cumprimento do objetivo do serviço desenvolvido, pois há, por exemplo, maior possibilidade de construção de laços e desenvolvimento de confiança entre o sujeito atendido e o profissional. Também como consequência desse momento de pandemia, trabalhei de home office praticamente todo o período que desenvolvi o trabalho na assessoria técnica, não sendo indicado trabalhar na própria instituição devido a quarentena e com isso tendo que usar os próprios recursos, como notebook, internet, para o desenvolvimento do trabalho. Participante D.

A fala das profissionais aponta que existiram condições éticas e técnicas para o exercício profissional, pois as profissionais afirmaram ter contado com equipamentos, sala de atendimento e arquivo para os atendimentos do Serviço Social. Neste sentido atendeu-se ao previsto na resolução CFESS 493/2993.

Mas chama atenção a avaliação da participante B em relação à intensidade do trabalho e ao fato de, muitas vezes, a carga horária de trabalho extrapolar a jornada de 44h semanais, pois conforme a profissional “[...]. A equipe era muito pequena, então era um ritmo intenso de trabalho. Por isso muitas vezes a gente precisou levar trabalho para casa. [...]”. A fala da profissional aponta o tamanho da equipe, com 13 profissionais, como um dos fatores responsáveis por esta situação.

Sobre isto é necessário observar que não é possível a contratação de profissionais além do número previsto no plano de trabalho. Assim como o número de profissionais previstos para a equipe fixa foi de 13 profissionais, não foi possível ampliar a equipe conforme a necessidade de trabalho vivenciada quando na execução do plano.

A fala da profissional sobre trabalho chegar a ser extenuante nos chamou atenção. Isto porque apesar de o espaço de trabalho na assessoria favorecer autonomia profissional e a implementação de estratégias de trabalho crítica havia um elemento bastante negativo relacionado à exaustão da equipe visto o volume de trabalho. Ao voltar nosso olhar para o Serviço Social é possível afirmar que a exaustão e até quadros de síndrome burnout em assistentes sociais tem se tornado frequentes. Afinal, falamos de um universo geral de trabalho marcado por sobrecarga, escassez de recursos, exigências burocráticas e pela precarização das políticas públicas.

A síndrome de burnout, nesses contextos, aparece como expressão do adoecimento profissional resultante de condições adversas, afetando diretamente a saúde física, mental e emocional dos profissionais. Deste modo afeta também e a qualidade do trabalho e consequentemente da intervenção dos/das assistentes sociais.

Da Cunha, Souza e Melo (2012, p.3) definem o burnout como uma síndrome que “se caracteriza por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal no trabalho”. Eles destacam que essa condição não deve ser compreendida como uma fragilidade individual, mas como resultado das tensões vividas no exercício profissional do Serviço Social, especialmente diante de estruturas institucionais desprovidas de suporte e reconhecimento.

A precariedade das condições de trabalho, aliada ao esvaziamento progressivo das políticas sociais, intensifica o sofrimento psíquico. Os mesmos autores observam que “a pressão por metas, a responsabilização individual pelas falhas do sistema e a constante exposição à dor e ao sofrimento alheio contribuem para o desgaste físico e emocional” (2022, p. 5). Assim, o burnout se configura como

um fenômeno coletivo, inserido na lógica de desumanização das práticas institucionais.

Complementando essa análise, Raichelis e Arregui (2022) ao discutirem a nova morfologia do trabalho do assistente social destacam a intensificação do controle institucional, fragmentação das funções e instabilidade contratual. Para as autoras, o Serviço Social opera “no fio da navalha”, expressão que sintetiza a instabilidade e os dilemas vivenciados pelos/pelas profissionais que se veem entre o compromisso ético com os usuários e as imposições administrativas das instituições (RAICHELIS; ARREGUI, 2022, p. 2).

Segundo Raichelis e Arregui (2022), essa morfologia traz implicações profundas para a subjetividade dos profissionais. Segundo as autoras: “A intensificação do trabalho e o tensionamento entre o projeto profissional e as condições objetivas de sua execução impactam diretamente na saúde mental dos assistentes sociais” (2022, p. 4). Essa realidade desafia a autonomia e o senso de propósito dos trabalhadores, alimentando sentimento de impotência e frustração constantes.

Cabe ainda observar que as autoras ressaltam o quanto a pandemia de COVID-19 escancarou fragilidades já presentes nas estruturas sociais e institucionais, aprofundando desigualdades e impondo desafios inéditos a diversos profissionais, entre eles os/as assistentes sociais. Diante de um cenário de intensificação da pobreza, do desemprego e do desmonte das políticas públicas, os/as assistentes sociais, juntamente com outros trabalhadores foram convocados a atuar na linha de frente da proteção social. Nesse contexto emergencial, a exaustão física e emocional tornou-se uma realidade constante, culminando, em muitos casos, na síndrome de burnout. No caso da assessoria, as profissionais apontaram em mais de uma fala o quanto a pandemia alterou a proposta de trabalho junto às pessoas atingidas, especialmente pela necessidade de distanciamento social. Contudo foi perceptível que a pandemia impactou na avaliação das profissionais acerca do trabalho desenvolvido.

Conforme as mesmas autoras a pandemia não criou, mas intensificou processos de precarização do trabalho, acentuando a lógica da intensificação das demandas, da redução de direitos e do desmonte das políticas sociais. O trabalho do/da assistente social tornou-se ainda mais fragmentado, instável e permeado por contradições, o que ampliou a tensão entre as exigências institucionais e os compromissos ético-políticos da profissão. Para nós esta avaliação se reflete na fala das assistentes sociais e no trabalho realizado pela equipe no contexto da crise sanitária.

Diante desse quadro passamos a refletir sobre a necessidade de estratégias institucionais e coletivas de enfrentamento das rotinas de trabalho que levem à exaustão dos profissionais e respeitem o previsto pela legislação trabalhista. Mais do que ações individuais de autocuidado, é necessário promover condições adequadas de trabalho, políticas de apoio psicossocial e valorização do trabalho. No caso de Barra Longa nos parece que o tamanho da equipe foi um fator determinante para o quadro assinalado.

Prosseguindo na análise observamos que a fala da participante B toca ainda no fato de que, para a profissional, o Serviço Social trabalhou na perspectiva da educação popular. Ao fazer esta consideração a profissional nos leva a refletir, mesmo que brevemente, sobre o significado de educação popular e sua relação com o Serviço Social.

Ao tratar de educação popular, a principal referência mobilizada pelos profissionais, geralmente, são as produções do educador, escritor e filósofo Paulo Freire. Isto porque a educação popular tem suas origens no movimento de alfabetização de adultos, especialmente na América Latina, onde se destacam as elaborações de Paulo Freire, que revolucionou as práticas pedagógicas ao introduzir um modelo de educação que parte da realidade concreta do educando, com o objetivo de torná-lo protagonista de sua própria formação e de seu processo de conscientização.

Importante retomar que nas contribuições freireanas sobre a educação popular, esta, se estabelece como prática pedagógica e política, intrinsecamente

ligada à construção de uma sociedade mais justa e democrática. A educação popular busca romper com práticas educativas autoritárias e “bancárias”, priorizando uma abordagem dialógica e libertadora. Por este entendimento o enfoque do trabalho deve buscar contribuir para a consciência crítica.

A proposta de Paulo Freire é baseada na ideia de que a educação deve ser um instrumento de transformação social, em que o educando não é apenas receptor de conteúdos, mas participa ativamente na construção do saber. A educação popular, portanto, é caracterizada por sua abordagem dialógica, reflexiva e crítica, voltada para a realidade social e cultural dos educandos, muitas vezes marginalizados pela sociedade. Em vez de ser uma educação centrada na autoridade do professor e na transmissão unilateral de conhecimentos, ela valoriza a experiência de vida dos participantes e propõe uma aprendizagem que visa a autonomia e a emancipação dos sujeitos. Segundo o autor:

Educação popular é a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais [...] critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo. (Freire, 2007, p. 103-105)

Na obra "Pedagogia do Oprimido" (2007) Freire defende que a educação deve ser um ato de libertação, permitindo que as pessoas se percebam como sujeitos históricos capazes de transformar a realidade. O autor destacou a importância do diálogo como ferramenta central no processo educativo, promovendo a troca de saberes entre educadores e educandos e rejeitando a imposição de conhecimento de forma unilateral. Sua visão de educação é profundamente humanista e política, conectando-se aos ideais de justiça social e igualdade que também fundamentam o projeto ético político do Serviço Social.

Considerando, pois, a educação popular como um processo pedagógico voltado para a transformação social compreende-se que as práticas educativas adotadas pelos/pelas profissionais buscaram priorizar a participação coletiva através do diálogo e da construção conjunta do conhecimento. Não ocorre, portanto, o mero repasse de conteúdo dos educadores aos estudantes. Mas a partilha de reflexões que favorecem a construção conjunta de conhecimentos. Desta maneira o método

baseado na educação popular deve, necessariamente, envolver, o respeito à cultura popular, valorizando os saberes e experiências das comunidades e partir deste conjunto vivo aprendizagem promover a reflexão sobre as estruturas sociais e as relações de poder de modo a construir o pensamento e a consciência crítica. Por este horizonte a educação popular se coloca como um recurso importante para os/as profissionais alinhados ao projeto profissional crítico.

A abordagem da educação popular oferece uma base teórica e metodológica para a atuação com as classes populares de modo a contribuir com a reflexão crítica e com horizonte voltada à transformação social. Por esta perspectiva, a sua abordagem permite aos assistentes sociais a desenvolverem propostas que busquem favorecer a autonomia dos sujeitos.

Segundo Netto (2002) a aproximação do Serviço Social com o pensamento freiriano ocorre a partir do Movimento de Reconceituação da profissão que foi marcado pelo ecletismo teórico. Neste sentido a influência da obra freiriana esteve imersa no universo no qual a categoria profissional buscava por referências críticas, mas cujo contato com as fontes originais, especialmente das produções de Karl Marx, que permitiram a superação e vários equívocos só ocorreram em momento posterior. Sobre este tema Faleiros (2005, p. 25) considera que o recurso às elaborações de Paulo Freire na profissão influenciou na formulação de um paradigma crítico. Deste modo, em qualquer processo de mudança deve-se partir da cultura do povo a fim de alcançar um diálogo problematizador.

Para Netto (2002), todavia o foco em Marx assumido pela profissão com a emergência da vertente de “Intenção de Ruptura” promoveu um ecletismo teórico que precisou ser revisto pela categoria profissional apesar de ressaltar a importância que o chamado “método BH” teve no processo de mudança ocorrida na profissão e que se refletiu na construção de uma diretiva crítica para a profissão. Neste processo o autor destaca, por exemplo, a crítica de Netto a adoção do conceito “classe oprimida” uma vez que, esta, ao tratar-se uma noção política restringe a capacidade de análise do real e a partir disso a potencialidade de orientação para a intervenção nesta realidade.

Assim pode-se considerar que a aproximação do Serviço social latino-americano com as ideias freirianas ocorrem a partir dos anos de 1970 e avança nos anos de 1980, quando se registra, por exemplo, o Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social, organizado pela antiga ABESS, Alaets, Celats, antigo CFAS e Eness, ocorrido em 1986 na cidade de Salvador. Contudo, mais recentemente, a temática da educação popular não se destaca entre os temas mais frequentes dos debates acadêmicos e principais eventos da profissão. Apesar disso, o fato de as assistentes sociais da assessoria remeterem a prática sinaliza que atualmente existem profissionais que buscam adotá-la. A respeito disso, inclusive Iamamoto (2002) observa que

repensar o trabalho de mobilização e *educação popular* [...] não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente. (Iamamoto, 2002, p. 33)

Pensando na situação concreta analisada neste trabalho o trabalho junto às pessoas atingidas de Barra Longa a educação popular parece ter estado presente nas estratégias adotadas pela equipe multiprofissional quando consideramos que os debates realizados nos espaços participativos contaram com o diálogo como princípio fundamental para construção de proposta para a reparação e o fortalecimento da autonomia das comunidades atingidas.

O debate com as pessoas atingidas envolvia a reflexão sobre a estrutura social e o papel da mineração no modo de produção capitalista atual a fim de que fosse possível a compreensão sobre a totalidade de aspectos que se colocam quando ocorre um desastre-crime como aquele do qual as comunidades locais foram vítimas. Neste sentido Silva e Silva (2002, p.178) consideram que:

A prática de educação popular tem por objetivo viabilizar um processo reflexivo acerca do cotidiano dos setores populares, de modo a contribuir para a construção de um saber popular que venha a possibilitar uma forma de resistência ao processo hegemônico das classes dominantes. O assistente social não assume papel de gestor do processo, mas de co-participante do processo, sendo que assistente social/cliente assumem a postura de educadores e educandos.

Considerando o trabalho desenvolvido pela assessoria técnica percebemos que quando as profissionais citam a educação popular como recurso empregado elas se remetem ao esforço de fortalecimento popular, especialmente expresso na contribuição para a formação política de lideranças, capacitando-as a luta e defesa de direitos de forma mais efetiva, na articulação de demandas coletivas, seja pela estruturação das pautas ou de estratégias de mobilização e para a construção da reflexão crítica, pela qual as pessoas compreendem os contextos sociais e históricos das lutas nas quais se veem colocados .

Logo a experiência em Barra Longa permitiu as profissionais incorporar as metodologias utilizadas informações para desvelar as relações de poder, a dinâmica da acumulação capitalista, os efeitos da apropriação privada da riqueza produzida pela mineração e os efeitos deste processo para as comunidades incluindo aí os danos gerados pelo desastre-crime, ou seja incorporou elementos teórico-conceituais cujo conteúdo era novo para as pessoas atingidas é importante para o entendimento da totalidade da situação concreta por eles vivenciada. Para Silva e Silva (2002; p.180):

A prática profissional, na perspectiva da educação popular, ocorre de forma dialética, considerando a questão da troca de saber, para que assistente social e população possam assumir o papel de educadores e educandos, a partir da compreensão do saber como “uma construção cotidiana e coletiva” (Dias, M.F. 1982:75). Nesse sentido, o assistente social, em vez de dirigir o processo educativo, busca uma reflexão conjunta acerca do cotidiano da população, mediante a socialização do conhecimento e o apoio às lutas e reivindicações populares.

Os debates se desdobraram ainda, a partir do avanço das reflexões, em questões como o papel e o direito das mulheres em territórios atingidos, o racismo ambiental e o direito à reparação integral dos danos. Compreendemos desta maneira que as profissionais adotaram estratégias e abordagens que favoreceram a compreensão sobre a realidade local, de um município vítima de um desastre-crime da mineração, que contribuíram para a mobilização das pessoas atingidas no sentido de buscar a reparação justa dos danos.

Assim nos parece que a educação popular correspondeu a uma importante ferramenta para o fomento à organização e a participação das comunidades em defesa de seus direitos. Por esta razão o trabalho com base na prática adotada pela

equipe teve a potencialidade de fortalecer a autonomia coletiva, além de incentivar o protagonismo dos sujeitos.

No caso de Barra Longa uma vez que as profissionais do Serviço Social integraram uma equipe que adotou a educação popular para a execução do trabalho compreende-se que por meios das ações educativas as assistentes sociais contribuíram no entendimento e compreensão sobre as estruturas de desigualdade na qual se insere a mineração e seus efeitos na vida das pessoas, especialmente, os danos gerados pelo rompimento. Isto quer dizer que a assessoria contribuiu, por exemplo, para o alargamento do entendimento de quem é atingido e a partir disso foi possível pensar coletivamente estratégias para reivindicação de medidas de reparação mais amplas.

Concluimos que este tipo de intervenção foi possível pela autonomia das profissionais em relação à abordagem dos temas e metodologias empregadas juntos às pessoas atingidas. Assim o importante limite institucional de adoção de práticas hierárquicas e centralizadoras enfrentado pelo Serviço Social em diversos espaços de trabalho parece não ter sido uma realidade enfrentada pelas profissionais na assessoria técnica em Barra Longa tendo em vista a liberdade para proposição de estratégias e metodologias com viés crítico e democrático descrita pelas assistentes sociais.

Outro ponto relevante em relação ao recurso da educação popular no trabalho realizado em Barra Longa pela ATI e que teve a contribuição das profissionais do Serviço Social esteve ligado à articulação de diálogos com o poder público em relação às demandas das pessoas atingidas para acesso às políticas públicas. Afinal o rompimento exigiu a formulação e execução de políticas mais inclusivas, que passassem a considerar particulares até então não existentes no território, mas que passaram a ocorrer de forma intensa e com muitos efeitos negativos para a vida das pessoas e das comunidades atingidas. Por esta razão nos parece que a educação popular cumpriu ainda o papel de ferramenta para estimular a participação das pessoas atingidas nos espaços de representatividade da reparação compostos pelo

CIF⁴⁹ e as câmaras técnicas de Saúde (CT-Saúde), Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS) E de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT Infra), que contaram com a participação de membros da comissão de atingidos e atingidas ao longo de todo o período no qual atuaram, até a assinatura do acordo de repactuação, em novembro de 2024. Isto aponta para o fato de as ações de educação popular terem favorecido a incidência das pessoas atingidas do município em espaços que tratavam do acompanhamento das ações de reparação executadas pela Fundação Renova. A participação das pessoas atingidas, portanto, em diversos momentos tensionou estes espaços e pautou a defesa dos direitos das pessoas atingidas.

Cabe ainda ressaltar que a educação popular é um recurso historicamente empregado pelos movimentos sociais populares. Assim sendo é necessário apontar a atuação do MAB no município e nos espaços de discussão da ATI. Desta forma, somadas as contribuições da assessoria à ação do movimento, sem dúvida houve um reforço dos debates sobre a reparação no território, o que favoreceu a mobilização local em torno das pautas da reparação.

As assistentes sociais entrevistadas ressaltaram a importância da atuação do MAB no município o que aponta o entendimento das profissionais sobre a necessidade de potencialidade da organização popular para o avanço no acesso a direitos, no caso na construção de direitos para as pessoas atingidas.

Observamos em Barra Longa uma relação transversal entre o trabalho do Serviço Social e a atuação do movimento social. Isto porque apesar de as profissionais não trabalharem diretamente com o MAB, afinal suas ações se desenvolveram a partir da ATI, o efeito do trabalho desenvolvido pelas profissionais repercutiu no campo de ação organizativa das pessoas atingidas. Tal qual aponta uma das tendências para o trabalho profissional junto aos movimentos sociais compiladas pelo CFES no CFESS Manifesta “O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais” a partir da contribuição de diversos autores que estudam o tema tais como Cardoso e Lopes (2009), Abreu (2009), Bravo (2010), Mattos (2010),

⁴⁹ Para informações e as publicações do Comitê Interfederativo (CIF) e Câmaras Técnicas acessar: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/cif>> . Acesso em 18/12/2024.

Marques e Dal Moro (2012), Duriguetto e Marro (2016), que, entre outras questões observa que:

O trabalho desenvolvido pelo/a assistente social junto às organizações e movimentos sociais a partir de outras instituições. Neste caso, compreendemos esta atuação como transversal aos diversos espaços sócio-ocupacionais (saúde, educação, moradia e planejamento urbano, assistência social, etc.); podendo incidir diretamente no auxílio à organização da população usuária por meio do impulso ao seu viés coletivo e organizativo (CFESS, 2018; p. 2)

O trabalho com repercussão da organização políticas das pessoas, no caso em questão pessoas atingidas por um rompimento de barragem, merece destaque pois além de tratar-se de um cenário de tragédia - em vários aspectos - o que já diminuiu a disposição das pessoas para a participação política, se coloca ainda no contexto histórico e social mais amplo, de recuo civilizatório, no qual é crescente a criminalização da pobreza e das lutas sociais, além da regressão de direitos. Logo, o trabalho que fortalece a organização e luta das pessoas se coloca, sim, na mesma direção do projeto de sociedade que busca favorecer o horizonte de transformação social.

Lembremos que o projeto ético-político está alicerçado na defesa intransigente dos direitos humanos, na promoção da cidadania e na luta contra a desigualdade. Esse horizonte ético converge diretamente com os princípios da educação popular, que também busca a emancipação dos sujeitos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No mesmo sentido

Assim, ao incorporar os valores e práticas da educação popular nas estratégias de trabalho nas quais estiveram inseridas as assistentes sociais exerceram o caráter político e educativo do trabalho profissional no sentido de potencializar a capacidade de articular ações profissionais que promovam a autonomia, a organização para a luta por direitos. Isto nos leva a pensar ainda na relação entre o compromisso da profissão com a emancipação humana e a construção de uma sociedade igualitária sinalizando para nós a sintonia entre o trabalho das profissionais e o projeto ético-político do Serviço Social.

Mas embora a educação popular apresente um potencial transformador e seja uma importante estratégia para o trabalho do Serviço Social em contextos no qual

ocorreu a assessoria técnica em Barra Longa a sua execução enfrenta diversos desafios, tais como a necessidade e de as metodologias adotadas serem capazes de considerar as desigualdades estruturais presentes no território tais como as questões socioeconômica das comunidades, acesso à informação, desigualdades de gênero, geracionais e de raça.

Finalmente do ponto de vista das potencialidades da contribuição do Serviço Social em atividades de assessoria e consultoria a partir da adoção de metodologias de trabalho inspiradas na educação popular e partindo da experiência de Barra Longa foi possível as profissionais explorar a sua autonomia e adotar metodologias participativas com vistas ao fortalecimento do protagonismo das pessoas atingidas sem a imposição da opinião técnica, mas a partir desta apontar caminhos e construir as propostas junto com as pessoas atingidas. Desta forma o Serviço Social se colocou como um importante agente na construção de espaços de diálogo e reflexão sobre as questões enfrentadas pela população atingida.

Ao buscar proporcionar momentos de debate e reflexão a partir da educação popular, as assistentes sociais não apenas transmitiram em conhecimentos, mas também estimulam a participação ativa das pessoas atingidas promovendo assim espaços propícios a compreensão da realidade local, a proposição coletiva de medidas de reparação e favorecendo o fortalecimento da capacidade organizativa e de reivindicação das pessoas atingidas. Neste contexto, a educação popular se apresenta como uma importante ferramenta metodológica.

Nos parece, portanto, que por sua característica dialógica, participativa e voltada para a realidade concreta dos sujeitos a educação popular oferece um caminho crucial para a construção da reparação social após desastres como um rompimento de barragens. Ao invés de uma abordagem técnica e unidirecional, a educação popular favorece o processo de reconfiguração das relações sociais se considerarmos aqui os aspectos de valorização das experiências dos atingidos e a reconstrução da solidariedade comunitária.

A reflexão estabelecida junto às pessoas atingidas com base na educação popular favorece o processo pelo qual, gradualmente, as pessoas acessam

informações e as relacionam com a realidade vivenciada e a partir disso possam reivindicar direitos e propor medidas de reparação mais justas. Isto pois, a educação popular não se restringe à transmissão de conhecimentos formais, mas envolve processos de escuta, reflexão e ação coletiva, permitindo que as pessoas atingidas se tornem protagonistas na luta pela reparação. Nesse sentido, ela permite que os sujeitos não sejam vistos apenas como vítimas passivas, mas como atores ativos.

Um exemplo concreto disso é a utilização de grupos de base que possibilitaram a reflexão coletiva sobre os caminhos para a organização para a luta por direitos. Afinal as pessoas atingidas por rompimento de barragens possuem demandas materiais complexas que envolvem um processo longo e que pode variar muito a depender da dinâmica das forças sociais envolvidas. Não é à toa que já são quase 10 anos de luta pela reparação.

O Serviço Social, inserido na equipe multiprofissional, e por meio do trabalho ligado tanto ao debate sobre direitos quantos, na elaboração de documentos técnicos e na articulação junto aos órgãos públicos e sujeitos envolvidos na reparação, podem contribuir muito em todo o processo.

Pela experiência em destaque percebemos que o Serviço Social pôde trabalhar na identificação das necessidades emergenciais da população atingida, na articulação com os órgãos governamentais e de instituições de justiça e na reflexão sobre as especificidades do território local, elemento por vezes ignorado, em situações complexas como a de um rompimento.

A formação crítica do Serviço Social permitiu ainda que as profissionais da equipe tivessem a habilidade de trabalhar a metodologia da assessoria, que privilegiou os grupos de base e outros espaços de debate coletivo como recursos importantes na construção de propostas efetivas para a reparação dos danos a partir de processos educativos que visaram a autonomia e a organização social das pessoas atingidas do município.

Nesse sentido, as assistentes sociais, em conjunto com as comunidades atingidas, realizaram espaços educativos que favoreceram a compreensão dos

mecanismos de reparação, a luta por direitos e a organização social para incidir no processo de reparação.

Mas a integração da educação Popular com o trabalho do Serviço Social nos processos de reparação dos danos causados por rompimentos de barragens enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a resistência das autoridades públicas e das empresas responsáveis pelas barragens, que muitas vezes tentam minimizar os danos e não reconhecem a totalidade dos impactos sofridos pelas pessoas atingidas. Além disso, o limite de recursos financeiros e humanos para implementar processos educativos e de reparação efetivos também é uma barreira. Sobre isso cabe retomar que o acesso aos recursos financeiros, são sempre acompanhados pelas instituições de justiça e somente após a concordância tanto destas como das empresas mineradoras havia o repasse para a assessoria, em um processo, portanto, burocrático, no qual todo repasse depende de parecer judicial. Necessário também profissionais capacitados em educação popular.

Mas a potencialidade da educação popular se destaca justamente na sua capacidade de mobilizar as comunidades, fortalecer o senso de pertencimento, solidariedade e resistência para construção de novas formas de organização social. Assim o Serviço Social, ao recorrer a educação popular, pode ser um importante agente nesse processo, promovendo a articulação entre as demandas das comunidades e as estruturas de reparação, e garantindo que as vozes dos atingidos sejam ouvidas e consideradas no processo.

Neste contexto o Serviço Social desempenha um papel fundamental na mediação e no fortalecimento das comunidades atingidas no que se refere a organização e reivindicação de direitos como observamos na fala da participante C. Aqui a própria profissional percebeu que no cargo de Mobilizadora exerceu competência prevista para o Serviço Social, conforme descrito da Lei 8662/93 que regulamenta a profissão e estabelece no Art. 4º, item V, que prevê aos profissionais “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. A constatação da profissional corrobora com o nosso entendimento de que

a contribuição do Serviço Social envolveu a mobilização das pessoas atingidas posto que a atribuição do cargo coincide com competência da profissão.

Já a fala da participante D destaca um importante limite posto ao trabalho da equipe, a pandemia do covid-19, que estabeleceu a restrição de contato e circulação das pessoas exigiu a adoção de estratégias de trabalho virtuais limitando a esta forma de contato a interação entre a profissional e as pessoas atingidas. Além disso, a fala também aponta que os custos do trabalho home office foram assumidos pelas profissionais que deixaram de contar com os meios de trabalho disponibilizados pela instituição até então.

Buscamos identificar a compreensão das profissionais sobre o Projeto Ético-político do Serviço Social. A fala das profissionais aponta para a compreensão do projeto profissional próprio da concepção crítica. Observemos as respostas:

O Projeto Ético-político para mim coincide com o horizonte da luta popular.
Participante A.

Esse novo projeto gestado na redemocratização que tem a intenção de romper com a o tradicionalismo creio que é fundamental, estas três dimensões que compõem o projeto ele é fundamental para o trabalho em Barra Longa. Não tem como atuar na perspectiva tradicional, sem o projeto ético-político não teríamos executado o trabalho que fizemos. A gente teria executado o projeto da empresa [mineradora], baseado na propriedade. Então a gente teve que extrapolar os conceitos colocados pela Vale e isso é possível porque a gente tem este projeto ético-político. Se a gente tivesse se mantido na perspectiva do tradicionalismo a gente não tinha executado este trabalho. [...]. Impossível desvincular o projeto ético-político do projeto que executamos em Barra Longa. Participante B.

Projeto ético político do serviço Social tem como premissa a transformação da sociedade, propondo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde não haja mais opressão ou dominação de classes, uma sociedade que não impere o machismo e o racismo. O projeto ético político visa o compromisso com a liberdade e autonomia dos indivíduos como seres sociais de direito. Participante C.

Fundamental e necessário para orientar os profissionais e sua atuação. Nos faz remeter a tudo o que aprendemos ao longo de toda a graduação, da construção da sociedade, do desenvolvimento da nossa profissão e com isso a necessária defesa dos direitos da classe trabalhadora. Participante D

Esta constatação é importante e afirma nosso entendimento de que o trabalho realizado contou com o entendimento e vínculo das profissionais com a perspectiva

crítica da profissão e consequentemente com o compromisso assumido pela categoria profissional.

Sobre a relação entre o trabalho do Serviço Social na experiência de Barra Longa e o Projeto Ético-político as profissionais também consideram a existência de alinhamento entre o projeto de assessoria e o projeto profissional crítico da profissão. Seguem as falas das profissionais:

Tem relação sim. Não tá escrito como é que eu faço para fazer ele, o projeto ético político, pra mim ali, naquela realidade, tem haver com atuar no horizonte dos atingidos. Outra coisa importante que ocorreu ali foi a atuação da profissão com o movimento social. Isto está previsto no projeto ético-político. A presença do MAB era e ainda é forte no território. O projeto ético-político coincide com o horizonte da luta popular. Reparação integral é mais agitativa, estamos em processo de luta contra o grande capital. Processo de luta de toda população atingida contra o capital financeiro A perspectiva da ATI coincide com este horizonte dos movimentos sociais. Participante A. Participante A

Esse novo projeto gestado na redemocratização que tem a intenção de romper com a o tradicionalismo creio que é fundamental, estas três dimensões que compõem o projeto ele é fundamental para o trabalho em Barra Longa. Não tem como atuar na perspectiva tradicional, sem o projeto ético-político não teríamos executado o trabalho que fizemos. A gente teria executado o projeto da empresa [mineradora], baseado na propriedade. Então a gente teve que extrapolar os conceitos colocados pela Vale e isso é possível porque a gente tem este projeto ético-político. Se a gente tivesse se mantido na perspectiva do tradicionalismo a gente não tinha executado este trabalho. [...]. Impossível desvincular o projeto ético-político do projeto que executamos em Barra Longa. Até os instrumentos técnico-operativos era para alargar a compreensão do povo fazer um diálogo compreensível para o povo, para a Renova a dimensão Técnico-operativa era para barrar o direito. Fizemos um diálogo sobre renda partindo desde como era a renda até como foi abalada. Uma perspectiva mais alargada. Participante B.

Eu percebi no trabalho do serviço social no projeto de Barra Longa a necessidade e entendimento de trabalhar a autonomia das pessoas atingidas, a contribuição no desenvolvimento de habilidades principalmente das mulheres para que tenham a possibilidade de serem protagonistas das suas histórias. O projeto como todo teve esse cuidado e responsabilidade de colocar as pessoas atingidas na centralidade dos processos, respeitando suas individualidades, organização social e incentivando seu protagonismo, buscando fortalecer as organizações sociais e garantia de acesso à informação para acesso a direitos". Participante C.

Sim. Pois a atuação do assistente social na experiência de Barra Longa foi exatamente em defesa e na luta para que os direitos dos atingidos não fossem violados, para a conscientização da população e seus direitos. Participante D.

Na fala da participante A se destaca a sua percepção quanto ao alinhamento do horizonte do Projeto ético-político com a perspectiva das pessoas atingidas, nas

palavras da profissional “da luta popular”. Chama atenção também a percepção quanto a importância do movimento organizado, no caso do MAB, neste contexto.

A fala participante B vai na mesma direção ao retomar a construção do projeto profissional crítico a profissional aponta que o trabalho desenvolvido ao se aproximar das demandas da população atingida, em uma perspectiva diversa das empresas, se coloca na direção do horizonte previsto pela categoria profissional. Esta profissional inclusive estabelece a relação entre o emprego dos instrumentos pelo Serviço social com vistas a “alargar a compreensão do povo fazer um diálogo compreensível para o povo, para a Renova a dimensão Técnico-operativa era para barrar o direito [...]”.

A fala da participante C destaca ainda a importante contribuição do Serviço Social na experiência “no desenvolvimento de habilidades principalmente das mulheres para que tenham a possibilidade de serem protagonistas das suas histórias. [...]” (participante C). Esta consideração é importante pois demonstra que o trabalho das profissionais incidiu junto a um dos principais sujeitos dos contextos de rompimento de barragem. Recentes avaliações de dados da ATI indicam que as mulheres pretas são as que mais sofrem danos e que ao mesmo tempo são as que mais participam dos espaços de debate e luta pela reparação.

Segundo levantamento do projeto de assessoria da Aedas na região do rio Paraopeba, que sofreu o rompimento da barragem da mina B1 da Vale S.A. em Brumadinho/MG, “até janeiro de 2022, há um total de 23.469 pessoas atingidas registradas no instrumento do Registro Familiar, os RFs. Dessas, 12.010 são mulheres atingidas, ou seja, 51%. Desse total de mulheres e meninas, 59% se declaram pretas e pardas” (AEDAS, 2023b).

O trabalho junto às mulheres atingidas demonstra, portanto, alinhamento com o sexto princípio do código de ética profissional dos/das assistentes que estabelece o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

Outro ponto importante da fala da participante C foi o esforço de colocar a pessoa atingida na centralidade dos processos. Esta postura é interessante por apontar para o trabalho que busca capacitar as pessoas atingidas para a luta pela reparação, portanto, o trabalho não pautado no tecnicismo. Mas que utiliza a técnica para subsidiar e qualificar a reivindicação das pessoas atingidas.

A fala das profissionais nos permite ainda perceber que a intencionalidade do trabalho das profissionais se colocou no fortalecimento da perspectiva das pessoas atingidas. Este indicativo nos leva a retomar a avaliação de Matos (2009) sobre a ausência de neutralidade no trabalho em assessoria e se torna compreensível, portanto, que o direcionamento ético-político do trabalho das profissionais se pautou no compromisso com as pessoas atingidas. Deste modo, todo o aparato técnico utilizado pelas profissionais, de conhecimentos mobilizados e de proposição de estratégias de trabalho, tinha a intencionalidade de favorecer a incidência das pessoas atingidas no processo de reparação de modo a avançar na conquista de direitos e de medidas de reparação justas.

Avançando um pouco mais na reflexão abordamos a relação das profissionais com as pessoas atingidas na experiência de Barra Longa. Sobre este aspecto as profissionais consideram ter se estabelecido uma relação de confiança e de parceria o que se justifica se considerarmos o direcionamento do trabalho a partir da nossa afirmativa anterior, de que o trabalho das profissionais assumiu o compromisso com as pessoas atingidas. Observemos as falas das profissionais:

Parceria. O povo não via no assistente social o profissional que ia investigar se ele era atingido. Mas contribuir no processo de requisição do direito. Não via na gente a mesma situação invasiva das assistentes sociais que pedia para abrir a geladeira para ver a falta de mantimentos. Não acredito que a Vale criou este procedimento, foram os profissionais que compunham a equipe do diálogo [da Fundação Renova]. Na nossa relação não tinha dificuldade de dialogar com os atingidos, [de] usar os instrumentos da profissão, como a visita domiciliar à escrita de um relatório, mas sempre com a perspectiva de defesa e criação de direitos. Participante A.

Relação de confiança com o povo. Porque o povo conseguia chegar até a gente e podia falar o que eles não podiam falar na rede [pública de serviços]. Isso é um mérito do Serviço Social. A gente podia fazer as coisas às claras. A gente não enganou o povo como a empresa faz. A gente falava tudo com eles, mesmo os limites. Trazer a realidade. Quando chegou o

corte do AFE⁵⁰ a primeira coisa que o povo fez foi ir à assessoria falar. Porque a gente construiu esta relação de confiança. Quando saia alguma decisão judicial o povo sabia que a gente traria uma informação verdadeira. Tivemos que fazer reunião no mesmo dia. A Vale tá falando isso... Aí gerava conflito a gente fazia a reunião para desfazer a confusão. Esses boatos só eram desfeitos porque o povo confiava na ATI. Participante B.

Avalio que tive uma boa relação com as pessoas atingidas a partir da minha atuação como Mobilizadora Social. Mas ainda sim fico com uma angústia por entender que poderia ter criado mais vínculos e contribuindo muito mais se não tivéssemos passado por uma pandemia que interferiu drasticamente nas atividades e propostas pedagógicas de organização e luta pela reparação integral das pessoas atingidas. Participante C.

Como dito anteriormente, estar em um período de pandemia foi prejudicial ao trabalho, não possibilitando maiores e necessárias trocas com os/as atingidos/as. Apesar disso, mesmo que o trabalho tenha sido desenvolvido sem tanto contato presencial, foi possível haver trocas por meio de reuniões online, por exemplo. Mas ainda assim acredito que poderia ter sido uma relação maior. Participante D.

Interessante observar que as falas das participantes A e B evidenciam a diferença de postura das profissionais da ATI e da Fundação Renova. A fala da participante A aponta que as profissionais da Fundação adotavam uma abordagem nos moldes do Serviço Social tradicional, com viés fiscalizatório e policaresco. Enquanto isso, as profissionais da ATI relatam ter buscado estabelecer uma relação a partir do diálogo franco e das possibilidades concretas presentes na realizada.

Chama atenção novamente o efeito da pandemia conforme destacado pelas participantes C e D que apontam um limite na relação com as pessoas atingidas em razão das medidas de isolamento social.

Quanto aos principais limites do trabalho do Serviço Social na experiência de Barra Longa as profissionais apontaram, principalmente, o limite de contato com as pessoas atingidas em razão da pandemia, o tamanho da equipe e a dificuldade de diálogo com a rede socioassistencial do município:

Limite de ter a frustração quando sai do território, depois de 4 anos, quando isso [o trabalho] não vira resultado na vida do povo. Vira um processo inconcluso. A equipe pequena, a sobrecarga de trabalho e a tendência à judicialização. Participante A.

⁵⁰ AFE corresponde ao Auxílio Financeiro Emergencial, medida mitigatória prevista no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado pelas empresas responsáveis pelo rompimento e que estabeleceu o compromisso da execução de 42 programas socioambientais e socioassistenciais de Reparação. O Programa de Auxílio Financeiro Emergencial (P21) foi previsto para as famílias que sofreram danos relativos à abalo à renda.

Equipe pequena foi um limite. Precisa de um ritmo mais intenso. Também é uma crítica tanto que as outras assessorias contaram com muito mais força de trabalho. O principal limite do Serviço Social equipe como um todo foi a luta de classes. Porque chegou um momento que a assessoria, em argumentação, não perdeu nenhuma reivindicação para a empresa. Porque tudo estava na concreticidade, na realidade do povo. Se a casa estava rachada era preciso um aluguel ou uma indenização. Quando a empresa viu que ela não teria como, que ela teria que arcar, ela perdeu no argumento, ocorreu a judicialização que retira do território e entrega tudo nas mãos do juiz. Limite da luta de classes. Foi o grande limite. Dificuldade de diálogo com a rede socioassistencial. Podia ter construído junto, mas tivemos dificuldade não colocado pela assessoria, esse limite institucional. A pandemia, ela foi um grande limitador do processo de organização do povo, de desmobilização. Não se constroi laço, relação de confiança pelo telefone. Você não consegue falar com a pessoa, ela procura o assistente social para falar aquilo que você não consegue. Você procura a pessoa no final da reunião.

Agora a pandemia foi uma grande limitação, acho que teríamos avançado mais senão fosse a pandemia, chegou num momento que povo tinha aprovado a matriz de danos: Quero receber tanto. Esse é meu direito. O povo entendeu o que era o fator agravador. O povo passou por um processo de enfrentamento da empresa. Os sujeitos reivindicaram cara a cara com a empresa. Foi um momento crucial. Chegou neste momento a pandemia, aí o povo não conseguiu acompanhar. É o limite econômico, ter celular, ter internet. A demanda colocada pelo povo foi a empresa ter que arcar com uma rede de internet. Chegamos a ter reunião na Volta [da Capela] com 200 pessoas e na pandemia tivemos reuniões com 4 pessoas, que caía, voltava. Sua compreensão fica fragmentada. Foi uma grande perda. O povo perdeu e as empresas avançaram". Participante B.

Com o olhar mais distante de quem não atuou diretamente na área do Serviço Social avalio que uma das limitações da atuação do Serviço Social no projeto foi a dificuldade com os equipamentos do município, a dificuldade de diálogo ou mesmo não retornos ou insuficiência da política de assistência social para com as pessoas atingidas que demandavam. Participante C.

Os principais limites foram as faltas de contato e conversas presenciais com os atingidos, mas sendo isso uma consequência da pandemia. Participante D.

Importante observar ainda a avaliação dos limites relacionados ao próprio processo de reparação tais como a judicialização, destaca pela participante A, e ainda a percepção sobre o limite ligado à estrutura social capitalista, ou como a participante C se refere à luta de classes.

A fala da participante aponta que a sua percepção sobre os conflitos enfrentados no território estabeleceu uma relação com o contexto social mais amplo. Este tipo de análise demonstra que a leitura da realidade da profissional não se restringiu ao contexto restrito de execução do trabalho favorecendo a proposição de estratégias profissionais mais assertivas por envolver uma gama de aspectos maior

e mais complexos. Novamente como aponta Iamamoto (1998) este tipo de análise se vincula ao perfil profissional formado na perspectiva crítica da profissão.

Já quanto às possibilidades do trabalho do Serviço Social na experiência de Barra Longa as profissionais consideraram, principalmente, a possibilidade de mapeamento da rede pública de serviços e o trabalho socioeducativo realizado a fim de que as pessoas atingidas compreendessem os seus direitos e a partir disso pudessem buscar pela garantia de acesso aos direitos fortalecendo a perspectiva de cidadania tal como previsto no terceiro princípio do código de ética profissional dos/das assistentes sociais que estabelece o compromisso da categoria com a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”. Observemos as falas:

O trabalho do Serviço Social em Barra Longa teve a possibilidade de identificar os equipamentos, políticas sociais e os profissionais da assistência social que atuavam no pequeno município da Zona da Mata Mineira. Buscando garantir os diálogos necessários na perspectiva de garantia de direitos das pessoas acompanhadas pela Aedas que necessitavam das políticas assistenciais, na possibilidade de encaminhamentos de situações de casos de vulnerabilidade e acesso a programas vinculados a assistência social ainda que muitas vezes não tivessem os retornos almejados e em tempo hábil. Participante A.

Para além do processo coletivo construído a partir da demanda do povo, estávamos no papel de sistematizar as demandas com respaldo jurídico. Para além dessas questões da reparação, tivemos a possibilidade de fazer um trabalho socioeducativo muito grande. A possibilidade de trabalhar com o MAB. Discutir com a população patriarcado, machismo, divisão social do trabalho, mas falamos muito sobre feminismo. A mulher é sobrecarregada, trabalha e de noite tem que ir para reunião. Pudemos discutir violência doméstica. O povo problematizou o assédio sofrido pelas meninas pelos trabalhadores das empresas. O acesso das mulheres atingidas ao AFE: Por que o cadastro tá no nome do meu marido se sou eu quem participo das reuniões? Teve a possibilidade de trabalhar temas sensíveis. A discussão do racismo. O povo entendeu que a empresa era racista. Participante B.

O trabalho do Serviço Social em Barra Longa teve a possibilidade de identificar os equipamentos, políticas sociais e os profissionais da assistência social que atuavam no pequeno município da Zona da Mata Mineira. Buscando garantir os diálogos necessários na perspectiva de garantia de direitos das pessoas acompanhadas pela Aedas que necessitavam das políticas assistenciais, na possibilidade de encaminhamentos de situações de casos de vulnerabilidade e acesso a programas vinculados a assistência social ainda que muitas vezes não tivessem os retornos almejados e em tempo hábil. Participante C.

O “empoderamento” do sujeito, o reconhecimento dos atingidos enquanto sujeitos de direitos; o fortalecimento na luta pela garantia dos direitos da população atingida. Participante D.

Importante destacar a percepção das profissionais em relação a possibilidade colocada no trabalho com movimento social e de abordagem de temas relevantes e necessário como machismo, feminismo e patriarcado que permitiram às pessoas atingidas se perceberem enquanto sujeitos de direitos e assim perceber violações tais como a do direito das mulheres ao auxílio financeiro emergencial.

O trabalho com as mulheres atingidas merece destaque uma vez que a partir da abordagem proposta pelas assistentes sociais as mulheres passaram a problematizar e questionar medidas machistas executadas pela Fundação Renova tais como o fato de o auxílio emergencial ser pago em nome dos homens elemento que as colocava em dependência financeira de seus pais e companheiros. Ou seja, mudava negativamente a sua condição de autonomia e independência financeira.

Se traçarmos um paralelo com a política de assistência social é sabido que o Programa Bolsa Família desde a sua criação prioriza as mulheres como responsáveis pelo cadastro familiar (RF) conforme previsto pelo Decreto n. 6.135/2007. Desta forma as mulheres são as titulares preferenciais para o recebimento do benefício de transferência de renda conforme previsto na lei n. 10.836/2004.

Logo compreende-se que a política pública considera o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres e embasada em análises empíricas sobre os gastos domiciliares, a sua capacidade de administrar a renda da família de forma mais democrática, voltada ao bem-estar de toda a família, diferente do tipo de administração financeira comumente executada por homens. Neste sentido percebe-se que o formato de cadastro e pagamento do auxílio emergencial adotado pela Fundação Renova optou por ser machista e retrógrado em relação, inclusive, a uma das principais políticas assistenciais do país que poderia ter sido tomada como referência, pois entre outras coisas, potencializa a autonomia das mulheres e produz avanços em relação a desigualdade de gênero.

No Seminário Temático das donas de casa⁵¹, espaço cuja metodologia e execução teve protagonismo das assistentes sociais da equipe, as mulheres atingidas perceberam o aumento do trabalho doméstico gerado pela necessidade de realizar mais limpeza na casa em razão do aumento da poeira. Perceberam ainda que o aumento do adoecimento de familiares intensificou o seu papel de cuidado fazendo com que muitas se afastassem totalmente de atividades que geravam renda e garantiam a sua autonomia financeira. As mulheres também relataram o aumento dos custos com medicação e material de limpeza. Todas estas reflexões demonstram como o trabalho das profissionais do Serviço Social contribuíram na percepção sobre os direitos das mulheres atingidas e necessidades de medidas de reparação que alcançassem os danos identificados.

Seguindo na análise das respostas das profissionais a avaliação sobre a dificuldade de diálogo com a rede socioassistencial é uma situação que merece destaque uma vez que um dos efeitos do rompimento é a sobrecarga na rede pública de serviços. Tomando como exemplo a situação ligada às medidas de reparação previstas para a saúde é possível compreender a dificuldade relatada pelas profissionais.

Considerando os agravamentos na saúde da população atingida de Barra Longa, o consequente aumento da demanda nos serviços de saúde e a insuficiência de atendimento pela rede pública a população atingida passou a reivindicar medidas de reparação mais consistentes voltadas à saúde. Para tanto as pessoas atingidas organizaram um Coletivo de Saúde e, com auxílio da assessoria técnica, passaram buscar compreender as especificidades do município, os parâmetros e as diretrizes previstos para a política de saúde pública e a pensar as propostas adequadas para atender a realidade enfrentada pela população a partir do rompimento da barragem. Este processo teve como fruto a elaboração de um Plano de Ação em Saúde que buscava orientar a execução das ações de reparação em saúde no município.

⁵¹ A Aedas publicou material interessante com informações sobre os danos sofridos pelas principais categorias profissionais em Barra Longa. O material está disponível em <[Livro-Versão-Impressa-Trabalho-e-Renda-Barra-Longa.pdf](#)>. Acesso em 22/06/2025.

A construção do Plano contou ainda com a contribuição de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde que forneceram dados registrados pelos serviços de atendimento sobre os principais problemas de saúde identificados na população até aquele momento a fim de permitir a compreensão das necessidades em saúde da população atingida.

O Plano também sistematizou informações identificadas por agentes que atuaram em Barra Longa à época do rompimento como a Rede de Médicos Populares cujos profissionais voluntários identificaram a piora de doenças respiratórias, a incidência de conjuntivite, coceiras e alergias, a ocorrência de problemas no estômago e outras disfunções deste tipo, feridas na pele pelo contato com o rejeito e o agravamento de quadros de depressão, síndrome do pânico e alcoolismo.

Os dados apontaram, principalmente, o aumento da busca pelo serviço de saúde e a consequente sobrecarga no sistema de saúde do município, que precisou assumir a compra de medicamentos e reduzir a aquisição de insumos para a realização de exames. Considerando todas estas questões, o Plano previu a recomposição do corpo técnico dos serviços de atendimento e a suplementação de serviços e de recursos inclusive financeiros.

Esperava-se que a proposta fosse homologada em acordo com a Prefeitura de Barra Longa, uma vez que contou com a contribuição da Secretaria Municipal de Saúde na sua elaboração, e a Fundação Renova. Entretanto, mesmo após meses de diálogos e construção coletiva a proposta final acordada entre a gestão municipal e a Fundação Renova foi em muitos aspectos distinta da proposta construída junto à população e com apoio da ATI.

Aprovou-se um Plano de Ação em Saúde muitíssimo restrito tanto em proposições como em recursos. Assim mesmo após a construção conjunta entre pessoas atingidas, poder público local e assessoria técnica, no momento de assinatura do Plano e apesar de conhecer todas as dificuldades e necessidades do município em relação a saúde da população a gestão municipal da época optou por

assinar um acordo que não contemplava as necessidades do município para o atendimento adequado da população.

A Comissão de atingidos e atingidas questiona até hoje a proposta de Plano de Ação em Saúde aprovada e têm buscado junto ao CIF a reversão do acordo e consideração da proposta construída coletivamente e que considerou dados em saúde da população local. No entanto até o momento segue em andamento a implementação do Plano de Ação acordado entre a gestão municipal da época e a Fundação Renova e com a assinatura do Acordo de Repactuação novas incertezas se colocam quanto a possibilidade de adoção de medidas suficientes para a saúde no município

Por fim, quando questionamos as profissionais sobre a principal contribuição do Serviço Social na experiência de Barra Longa, as profissionais avaliaram que o Serviço Social contribuiu de modo abrangente de modo que o trabalho realizado em equipe incidiu no processo organizativo, de reivindicação e luta por direitos. Vejamos de maneira como as profissionais trazem esta avaliação:

Contribuição não restrita no cargo de assistente social. Mas envolve todo o processo de luta e organização dos atingidos. Acredito que a maior contribuição do Serviço Social envolve estes aspectos ligados também ao avanço da consciência. Até hoje os atingidos de Barra Longa continuam na luta, organizados e sem dúvida foi pela atuação em Barra Longa que se abriu o direito a ATI para a bacia. Conversamos com atingidos de toda a bacia a partir da experiência de Barra Longa. Participante A.

Trazer a realidade dos sujeitos sociais. Esta questão do núcleo familiar. Considerar a renda da mulher para o AFE. Aí tem o desafio porque não é exclusivamente do Serviço Social, mas trazer esta perspectiva para olhar a situação dos sujeitos que estão em maior vulnerabilidade. Teve uma dificuldade dos indivíduos porque se trata de uma cidade em dificuldade, mas precisamos trazer estes elementos que existe uma população inteira em dificuldade. Trazer que as crianças não eram tratadas como sujeito de direitos emocionalmente adoecidos. Acho que as contribuições são tantas, mas acho que contribuíram para que as famílias tenham direito de se manter no território porque era isso que o povo queria. Entregar na mão do povo instrumentos de luta. Vem pesquisadores que colhem e não voltam. Fizemos este processo de entrega e o povo continua fazendo este processo de luta no território. Colocar que é possível fazer a luta por seus direitos. Participante B.

Acredito que o Serviço Social contribuiu muito para que as pessoas atingidas assessoradas pela Aedas tivessem acesso à informação de direitos e através da organização coletiva pudessem lutar pelo direito à saúde e moradia dentre outros direitos, o que resultou no reconhecimento do direito as reformas e reconstruções das casas de algumas famílias que

não eram reconhecidas como sendo atingidas pela Fundação Renova, como exemplo a comunidade da Volta da Capela e o direito ao reassentamento da Comunidade de Gesteira. Participante C.

O fortalecimento da luta dos atingidos. Participante D.

A fala das profissionais corrobora com a nossa tese de que o Serviço Social contribuiu, principalmente, nas na organização e mobilização das pessoas atingidas de Barra Longa. Assim sendo, no trabalho realizado na assessoria técnica em Barra Longa foi perceptível o compromisso assumido pelas profissionais que encontraram espaço favorável ao trabalho profissional crítico a partir dos objetivos da instituição e do projeto no qual estiveram inseridas, bem como da equipe multiprofissional.

Foi necessário às profissionais irem além de rotinas institucionais burocráticas para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação às forças vivas nas quais estavam inseridas, de um município vítima de um dos maiores desastre-crime socioambientais do país, as tendências e possibilidades presentes passíveis de serem apropriadas e transformadas estratégias de trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 611).

Por tudo isso consideramos que a contribuição do Serviço Social na experiência de assessoria aos atingidos de Barra Longa este ligada a conjugação do conhecimento das profissionais, ao compromisso assumido e à sua capacidade de mobilização das pautas de interesse das pessoas atingidas, incluindo mesmo que de maneira limitada, o fortalecimento tanto dos interesses da população quanto do projeto de sociedade ao qual se vincula à profissão.

Importante destacar o avanço do processo organizativo e de luta da população local. Percebe-se que ao longo da atuação da ATI e com a presença do MAB no município a população local somou as informações e apoio recebido da ATI com o envolvimento no espaço organizativo do movimento social tornando-se uma população ativa e que constantemente luta pela reparação mesmo após o encerramento do trabalho da Assessoria.

Chama atenção ainda o fato de a população continuar a reivindicar o retorno da assessoria tendo em vista que ainda se faz necessário o apoio técnico de

profissionais para apoiá-los na longa luta pela reparação, isto demonstra tanto o reconhecimento do trabalho quanto a efetividade do instrumento da assessoria.

Vale resgatar aqui que após a saída da assessoria a Comunidade de Gesteira obteve, em outubro de 2024, o reconhecimento da sua tradicionalidade pela Fundação Palmares⁵², após uma década de luta por reconhecimento. A certificação legitima a identidade e os direitos da comunidade. Portanto configura marco importante na luta pela reparação tendo em vista que a comunidade ficou excluída das medidas previstas.

Ao fazermos um balanço sobre as conquistas da população de Barra Longa em relação à reparação dos danos identificamos, especialmente: 1) o reconhecimento do direito ao Reassentamento de Gesteira; 2) A elaboração do Plano de Ação em Saúde e a continuidade da luta da população atingida em relação a sua implementação; 3) o reconhecimento do direito ao pagamento de aluguéis para as famílias atingidas; 4) a ampliação do entendimento da categoria Atingido; 5) o saldo organizativo da população de Barra Longa que mesmo após quase dez anos segue lutando pela reparação integral dos danos; 6) A publicação da PNAB pelo governo federal e 7) da PEAB pelo governo de Minas Gerais.

Por fim entendemos ainda que o debate sobre a reparação dos danos e a contribuição do Serviço social exige enfrentar alguns desafios sendo estes o estudo e a promoção e a participação em debates sobre mineração, sobretudo temas como a historicidade da expropriação mineral, colonialismo, minério-dependência, o Estado, a crise do Capital e as mudanças Climáticas. Neste cenário é importante ainda destacar a necessária proximidade com os movimentos sociais que tenham como horizonte a construção de uma sociedade sem exploração de classe, tal como prevê o projeto profissional crítico.

Finalmente para ilustrar a capacidade organizativa e de mobilização das pessoas atingidas de Barra Longa organizamos abaixo alguns registros do processo

⁵² Para outras informações sobre a certificação da comunidade pela Fundação Palmares e a luta da comunidade acessar: <[Ministério da Cultura e Palmares celebram novas certificações a comunidades quilombolas — Agência Gov](#)>; <[Líder quilombola critica repactuação do caso Mariana: 'Não é quem está no ar-condicionado que tem que decidir a vida dos atingidos'](#)> . Acesso em 05/05/2025.

de luta dessa população. Se destaca nas imagens a presença do MAB, demonstrando o quanto é significativa e constante a atuação deste movimento social no território. Também chama atenção o fato de processos de luta intensos ainda ocorrem mesmo após quase 10 anos da tragédia assinalando tanto a deficiência da reparação como a capacidade de luta das pessoas atingidas de Barra Longa.

Imagem 13. 21/08/2018: Manifestação em Barra Longa reivindica reunião com presidente da Fundação Renova.



Foto: Movimento dos Atingidos por Barragens/Divulgação⁵³

Imagem 14. 25/09/2018: Manifestação em Barra Longa por celeridade no acordo para aluguel de casas para famílias com moradia em situação de risco.



Foto: Divulgação/MAB⁵⁴

⁵³ Para acesso a matéria sobre a manifestação segue link: <[Movimento dos Atingidos por Barragens protesta em Barra Longa, cidade afetada pelo desastre de Mariana | Minas Gerais | G1](#)>. Acesso em 13/12/2024.

⁵⁴ Para acesso a matéria sobre a manifestação segue link: <[Atingidos por desastre da Samarco protestam em Barra Longa, em MG | Minas Gerais | G1](#)> Acesso em 13/12/2024.

Imagem 15. 04/06/2019: Ocupação do Escritório da Fundação Renova em Mariana, por atingidos de Barra Longa e Mariana, pelo cadastro de garimpeiros e pescadores e reassentamento das famílias com danos à moradia.



Foto: Divulgação/Comissão de Atingidos pela Samarco/Vale/BHP⁵⁵

Imagem 16. 28/01/2021: Manifestação em Barra Longa pelo retorno do auxílio financeiro emergencial em seu valor integral e reforma urgente das casas.



Foto: MAB⁵⁶

⁵⁵ Para acesso à algumas das matérias sobre a ocupação do escritório da Fundação Renova: < [Atingidos por rompimento de barragem da Samarco ocupam escritório da Renova em Mariana | Minas Gerais | G1](#)>; < [Ocupação da sede da Fundação Renova segue em Mariana | O Tempo](#)>; <[Ocupação a escritório da Renova já dura quatro dias](#)>

⁵⁶ Para acesso a matéria sobre a manifestação segue link: < [Atingidos por mineração fazem manifestação em Barra Longa | Cidades](#)>.

Imagem 17. 10/08/2022: Protesto na MG-129 com participação de atingidos de Barra Longa, Mariana e Rio Doce.



Foto: Divulgação⁵⁷

Imagem 18. 01/11/2022: Manifestação em Barra Longa denuncia o não recebimento de indenização após 7 anos do desastre-crime.



Foto: Materia R7⁵⁸

⁵⁷ Para acesso a matéria sobre a manifestação segue link: < [Atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, fazem protesto na MG-129 | Minas Gerais | G1](#)>. Acesso em 13/12/2024.

⁵⁸ Para acesso a matéria sobre a manifestação segue link: < [Atingidos por barragem em MG protestam contra a Samarco – Notícias R7](#)>. Acesso em 13/12/2024.

Imagem 19. 14/03/2024: Reunião entre DPMG e atingidos em Barra Longa para discussão sobre a reparação e impactos causados por obra da Fundação Renova no município.



Foto: Divulgação DPMG⁵⁹

Concluindo a sistematização e análise das entrevistas, relembramos que o nosso roteiro de análise buscou a partir dos dados levantados e da utilização de categorias eleitas através do estudo bibliográfico, a identificação sobre como os profissionais manifestam no seu cotidiano profissional a orientação assinalada pelo projeto da categoria. Deste modo consideramos dois eixos de análise; um buscando identificar as referências teórico-metodológicas que fundamentaram as intervenções e outro considerando as referências ético-políticas e técnico-operativas a fim de identificar o modo como os profissionais conseguem estabelecer o alinhamento com o projeto profissional do Serviço Social.

Os principais elementos a considerados para a análise dos dados foram: Análise do/da profissional sobre a realidade e sua relação com a totalidade social; A inserção do Serviço Social na instituição, suas atribuições e as demandas apresentadas ao profissional pela instituição; Concepção de profissão (significado

⁵⁹ Para acesso a matéria sobre a reunião segue link: <[DPMG faz reunião com atingidos em Barra Longa para discutir reparação e impactos provocados por obra da Fundação Renova](#)> Acesso em 13/12/2024.

social da profissão e compreensão do Serviço Social inserido na divisão sociotécnica do trabalho); Compromisso com a qualificação dos serviços prestados pelo Serviço Social; Referência aos usuários (na sua condição de classe); Compromisso com as demandas apresentadas pelos usuários; Posicionamento em favor do avanço das políticas sociais universais; Utilização de estratégias democráticas; Elementos do Código de Ética Profissional considerados na intervenção.

Após a coleta de informações, os dados foram organizados de modo a permitir a análise do conteúdo do discurso das participantes. Por isto optamos por trazer as falas na íntegra em cada questão para favorecer a compreensão da relação das informações presentes nas falas das assistentes sociais com a nossa análise. Assim identificamos entre outras coisas: 1) a conformação da nossa compreensão inicial que considera que o projeto profissional orientou o trabalho das profissionais; 2) compreensão sobre a percepção das profissionais em relação ao trabalho desenvolvido e a relação com o projeto profissional crítico; 3) A confirmação do vínculo ético-político entre o trabalho das profissionais e o projeto profissional crítico; 4) a percepção do papel do Serviço Social na equipe da assessoria técnica em Barra Longa; 5) a melhor compreensão sobre a contribuição do Serviço Social na elaboração e/ou execução da assessoria técnica em Barra Longa e a constatação de que tal contribuição está ligada, especialmente, aos aspectos de organização e mobilização das pessoas atingidas, como consideramos inicialmente, mas também passou pela elaboração de documentos e análises sobre o território, no acompanhamento de situações individuais e na capacidade de articulação da rede socioassistencial.

Assim consideramos que ampliamos a nossa compreensão sobre o Serviço Social na experiência de assessoria técnica em um contexto de rompimento de barragem e esperamos com este estudo contribuir para a continuidade de investigações sobre o tema.

Considerações Finais

Ao longo de nossa formação profissional sempre nos chamou atenção a dificuldade de muitos assistentes sociais identificarem no trabalho realizado a relação com o projeto profissional crítico do Serviço Social apesar de assumi-lo como orientador do seu exercício profissional. Assim, desde a graduação buscamos compreender as principais características ou marcas do trabalho profissional crítico e, nesse esforço, buscamos identificar marcas que favoreçam a caracterização deste tipo de trabalho. Afinal, buscamos fortalecer a perspectiva do Projeto Ético Político crítico do Serviço Social.

Neste processo identificamos a esfera do processamento do trabalho como importante espaço para este tipo de análise. Compreendemos que o processamento do trabalho conjuga tanto a análise técnica dos profissionais (a base teórico-conceitual que fundamenta a sua análise e os instrumentos técnicos mobilizados) como o seu direcionamento ético-político. Isto quer dizer que ao elaborar, propor ou executar uma ação profissional os/as assistentes sociais mobilizam um conjunto de elementos que expressam o direcionamento, o compromisso ético político do trabalho profissional, mesmo que o resultado do trabalho não seja de “grande impacto”. Partindo desta consideração principal sobre a profissão, tivemos a oportunidade de trabalhar na assessoria técnica às famílias atingidas de Barra Longa/MG, um dos municípios vítima do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG, ocorrido em 2015. Na experiência observamos um campo favorável ao exercício profissional crítico que permitia identificar a contribuição da profissão e visualizar a relação entre o trabalho realizado e o projeto profissional. Assim elegemos a experiência em destaque como objeto de estudo com o objetivo de observar a contribuição do Serviço Social.

Para compreender a análise realizada sobre a profissão é necessário resgatar o contexto no qual a experiência se deu, o cenário de rompimento de uma barragem de mineração. O rompimento da barragem de Fundão despejou cerca de 53 milhões de m³ de rejeitos por uma extensão de cerca de 600km, abrangendo 230 municípios

entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e causou 19 mortes. Para o meio ambiente os efeitos ainda são incalculáveis e segundo ambientalistas e pesquisadores os efeitos serão sentidos por, no mínimo, 100 anos. Além das perdas humanas e da destruição dos distritos Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana e Gesteira em Barra Longa, o rejeito foi responsável por inúmeros outros danos.

Conforme relatos das pessoas atingidas e como documentaram diversas fontes jornalísticas à época do desastre, em novembro de 2015, houve grande mortandade de peixes ao longo do trajeto da lama e várias comunidades ficaram sem água. Nestas situações muitas pessoas que tinham o rio como um recurso de subsistência sofreram profundas alterações em suas vidas.

Além de tudo isso houve a perda de fontes de renda das pessoas que viviam da pesca ou que realizavam atividades que foram interrompidas em razão do desastre. Lembramos que muitas áreas ao longo do rio Doce e seus afluentes eram utilizadas para agricultura e pecuária, mas com a chegada na lama nesses espaços tais atividades, por vezes se tornaram inviáveis seja pela não retirada completa do rejeito ou pelo receio da contaminação do solo e água pelos materiais presentes na lama. Desta maneira, além de perder suas casas, muitas pessoas ficaram sem suas fontes de renda e trabalho.

Outro elemento que merece ser destacado é o acentuado processo de adoecimento das pessoas ao longo do território atingido. Em Barra Longa, por exemplo, diferentes estudos (REDE DE MÉDICOS POPULARES, 2016; BRASIL, 2016; 2018; VORMITTAG, et al; 2018; VORMITTAG, s.d.; PEREIRA, 2019; 2019 b) e AMBIOS, 2019) indicam o agravamento do quadro de saúde da população tendo em vista o aumento da busca por atendimento e a piora do quadro de algumas doenças, especialmente aquelas ligadas às vias áreas superiores, além de alergias e doenças de pele, transtornos psicossociais e o agravamento de doenças crônicas. Tais constatações assinalam que o mesmo quadro pode estar ocorrendo em outros municípios ao longo da bacia do rio Doce e ao mesmo tempo indicam a necessidade de medidas efetivas voltadas à reversão deste quadro.

O desastre de Mariana é regido por um acordo extrajudicial firmado entre as empresas responsáveis pela barragem de Fundão, Samarco (Vale/BHP Billiton), a União (IBAMA, ICMBio, ANA, DNPM, FUNAI) e governos estaduais de Minas Gerais (IEF, IGAM, FEAM e Governo) e do Espírito Santo (Governo, IEMA, ODAF, AGERH), o chamado Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC)⁶⁰. Este acordo estabelece a execução de 42 programas socioambientais e socioassistenciais com vistas a promover a reparação das populações e territórios atingidos.

O TTAC também previu a criação de uma fundação privada que, posteriormente, foi nomeada de Fundação Renova e é a responsável pela execução das ações que compõem os programas de reparação. Entretanto, a instituição ficou sob o controle das empresas mineradoras responsáveis pelo crime e neste sentido subordinada aos interesses econômicos dos grupos empresariais do setor. É importante destacar que são comuns os relatos dos atingidos sobre a morosidade e ineficiência das ações executadas pela Fundação e em muitos casos este tipo de postura, além de aprofundar, gera novos danos. Além disso parte do processo de reparação foi judicializado e desta maneira pontos fundamentais como a saúde e moradia estão submetidos a decisão judicial em detrimento do previsto inicialmente que buscava garantir os acordos realizados em território e que contavam com a participação dos atingidos.

Durante cerca de dois anos, de 2019 a 2021, trabalhamos como consultora para a assessoria técnica. O trabalho com os atingidos da bacia do rio Doce envolveu o acompanhamento da equipe da assessoria e a realização de pesquisas sobre diferentes temas a fim de estabelecer o mapeamento socioassistencial da população.

A inserção na equipe da assessoria técnica dos atingidos trouxe inúmeros desafios ao trabalho tendo em vista a extensão e magnitude dos danos sofridos pela população vítima, o complexo processo de reparação necessário e o campo de conflitos nos quais se coloca a atuação do Serviço Social. Por outro lado, acompanhar a equipe multiprofissional da assessoria técnica constituiu espaço

⁶⁰ O TTAC pode ser acessado na íntegra no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.ibama.gov.br/cif/ttac>>. Acesso em 21/11/2020.

privilegiado, pois favoreceu a apreensão dos determinantes da situação da população e permitiu o acesso privilegiado a dados e análises sobre o processo de reparação que favoreceram a elaboração de respostas profissionais alinhadas ao projeto profissional crítico. Neste sentido as estratégias profissionais envolviam a realização de espaços participativos voltados à fornecer informações sobre direitos e o processo de reparação com vistas à mobilização e a organização das pessoas atingidas.

As entrevistas realizadas com profissionais do Serviço Social que compuseram a equipe da assessoria técnica apontam que a contribuição da profissão na experiência esteve ligada ao processo de mobilização e qualificação das informações levadas às pessoas atingidas. Também se inclui aqui a articulação das profissionais com as políticas públicas para acesso a direitos.

A experiência de trabalho junto à assessoria técnica permitiu perceber que em ambos os tipos de inserção, assessoria técnica e consultoria especializada, as assistentes sociais precisam estar sintonizadas com os desdobramentos das ações de reparação no território e na vida dos atingidos. Isto exigia que as profissionais apresentassem grande capacidade de leitura crítica da realidade local. Consideramos que esta capacidade se relaciona com a necessidade de nós, assistentes sociais, buscarmos por constante aprimoramento teórico-intelectual com vistas a ter condições de propor ações efetivamente alinhadas às necessidades dos atingidos. Caso contrário corríamos o risco de estabelecer experiências que aprofundassem os danos vivenciados pela população atingida. Deste modo a experiência em destaque se configura como experiência emblemática no sentido de favorecer a percepção do alinhamento entre o trabalho desenvolvido pelas profissionais e o projeto profissional crítico.

Outro elemento que tem se colocado como fator determinante para a atuação profissional crítica junto a assessoria diz respeito ao diálogo com movimentos sociais que debatem a mineração. Em Barra Longa a atuação do MAB junto aos atingidos foi, e ainda é, fundamental para que as demandas dos atingidos se destaquem nos espaços de debate da reparação. Neste caminho as assistentes sociais buscavam favorecer a participação organizada das pessoas atingidas uma vez que as

empresas mineradoras buscavam estabelecer ações com vistas a desarticular a organização da população atingida e a luta coletiva. Neste processo a escuta qualificada dos atingidos e das atingidas se colocava como uma das ações de maior importância realizadas pelas profissionais do Serviço Social.

Conforme evidenciado, a atividade de escuta dos sujeitos sociais permitiu tanto a percepção das demandas imediatas como das situações mais complexas que requisitaram a intervenção dos/das assistentes sociais e aquelas que cabiam ser integradas à estratégia de ação da equipe multiprofissional da assessoria técnica. No caso em questão aquelas relacionadas ao conjunto de danos sofridos pelas pessoas atingidas e os caminhos necessários à reparação integral. Consideramos, portanto, que através da escuta e análise dos processos em andamento eram vislumbradas as possíveis respostas profissionais e encaminhamentos para os casos tanto individuais como a percepção sobre as possíveis estratégias coletivas a serem construídas pela população atingida.

Cabe destacar, entretanto, que o trabalho foi atravessado por limites entre os quais destacamos o tamanho da equipe da assessoria técnica, a judicialização da reparação e a pandemia do Covid – 19. Partindo do limite relacionado ao número de profissionais da equipe técnica é necessário retomar que foram apenas 13 profissionais para o acompanhamento de pautas extremamente complexas e que exigiam dos/das profissionais tanto estudo aprofundado como capacidade analítica das questões na realidade em movimento. Neste sentido, a fala das profissionais apontou que o trabalho envolveu carga horária excessiva de trabalho não restrita à jornada de trabalho prevista, de 44h semanais, mas que frequentemente exigia a dedicação de horas extras de trabalho. Nos parece que o projeto de Barra Longa serviu de aprendizado para a instituição. Isto pois se observarmos os editais de contratação de equipe técnica⁶¹ para os projetos de assessoria técnica posteriores a Barra Longa é possível identificar que em todos eles a equipe multiprofissional, é,

⁶¹ Para acesso aos editais de contratação da Aedas consultar: <[Arquivo Editais - Aedas](#)>. Acesso em 16/12/2024.

expressivamente, mais numerosa. É claro que é necessário considerar a proposta de cada projeto, mas o fato de não ter ocorrido equipes tão pequenas em projetos posteriores aponta que a complexidade das questões presentes nos contextos de desastre-crime de rompimento de barragem exige a dedicação intensa da equipe. Deste modo se torna adequado o envolvimento de um número maior de profissionais. Consideramos que a constatação sobre a intensidade do trabalho foi uma das descobertas mais importantes para nós, pois aponta o quanto de comprometimento o trabalho exigiu da equipe e consequentemente das profissionais do Serviço Social e corresponde a uma questão fundamental que não havia sido apontada por nós e somente foi identificada pela pesquisa.

A judicialização do processo de reparação foi outro elemento que impôs limites ao trabalho. Conforme descrito nas entrevistas, a judicialização de parte do processo de reparação fez com que o trabalho passasse a envolver o acompanhamento das decisões judiciais, atividade não prevista no Plano de Trabalho da assessoria. Ou seja, apesar de a proposta de trabalho não ter previsto este tipo de atuação, os desdobramentos da realidade exigiram tal adaptação. Importante ainda considerar que tudo aquilo que passa a depender de uma decisão judicial, restringe totalmente a capacidade de construção coletiva das propostas de reparação no território e dificuldade de garantir o cumprimento dos acordos estabelecidos, sendo estes espaços privilegiados o Serviço Social. Assim, parte do trabalho no território passa a se restringir ao repasse de questões jurídicas e limita, muitíssimo, a possibilidade de participação social.

Por fim, outro elemento que se destacou na fala das profissionais entrevistadas diz respeito às restrições impostas pela pandemia do COVID-19, afinal todos os espaços presenciais foram suspensos. Assim a equipe profissional enfrentou o desafio de repensar as formas de contato e diálogo com a população atingida. Conforme assinalado o trabalho do Serviço Social na assessoria técnica prevê o contínuo e próximo contato com os atingidos. Mas a partir de março de 2020 a assessoria técnica adotou a modalidade de trabalho em home office. Neste quadro as assistentes sociais tiveram que buscar novas formas de contato com a população e meios de repasse das informações.

Em diálogo com a equipe técnica, as assistentes sociais passaram a realizar contatos por telefone e por meio de plataformas virtuais. As reuniões on-line substituíram os encontros presenciais. Para o repasse e divulgação em massa de informações, passou-se a utilizar a rádio comunitária local e por meio de participações semanais realizou-se a divulgação dos temas ligados à reparação. Além disso passou-se a realizar o envio de mensagens de texto e áudio via whatsapp aos atingidos. Houve ainda o recurso a carros de som nas comunidades mais afastadas e com dificuldade de acesso a rádio ou internet.

Os recursos adotados demonstraram a riqueza das possibilidades que se colocam no cotidiano de trabalho e se mostraram eficientes na divulgação e socialização de informações. Entretanto, em agosto de 2021, o projeto de assessoria técnica no município terminou. O trabalho em Barra Longa era previsto para ocorrer em quatro anos, de agosto de 2017 a agosto de 2021. Desta maneira não foi possível avaliar com precisão o impacto das ações no processo de reflexão dos atingidos acerca da reparação. De todo modo avaliamos como saldo positivo o acúmulo político da população alcançado durante o tempo de trabalho presencial e que possivelmente se reflete na continuidade da mobilização das pessoas atingidas do município a partir da Comissão de atingidos e atingidas e da militância de lideranças locais junto ao MAB.

Sobre o Serviço social foi possível perceber que o trabalho junto à população atingida por um desastre-crime dessa magnitude exige um profissional com perfil assinalado por Iamamoto (1998; 2011), competente tanto nas esferas teórico-metodológica quanto técnico-operativa, capaz de propor ações comprometidas ética e politicamente com os interesses da população vítima do desastre em um contexto de piora das condições de vida, trabalho e saúde da população e a judicialização de parte do processo de reparação. Neste esforço as reflexões sobre o trabalho na disciplina Serviço Social e Cotidiano Profissional I contribuíram na reflexão sobre o trabalho desenvolvido e especialmente sobre a percepção da importância da escuta qualificada dos sujeitos alvo das ações profissionais.

Ao mesmo tempo o contato com os atingidos e atingidas demonstrou como a realidade apesar de atravessada por muitos elementos limitadores é permite também vislumbrar a construção de alternativas. Mais do que isso a construção coletiva pela qual que não se restringia aos profissionais, mas envolveram a participação ativa dos atingidos e atingidas. Lembro especialmente de D. Vera, e D. Gracinha, atingidas da comunidade de Gesteira, que se tornaram referência local e lideranças das pessoas atingidas e mesmo em idade avançada demonstram o quanto o envolvimento com a luta pela reparação pode ser um espaço de aprendizado. Lembro ainda de Simone, atingida do Rosário, que se tornou liderança ativa na defesa pela saúde dos atingidos e o quanto foi rico acompanhar os seus processos de amadurecimento político. Estas mulheres e ainda outras, entre outras coisas, organizaram com o apoio da assessoria um coletivo local de saúde que permitiu à assessoria contribuir na elaboração de um Plano de Ação para Reparação em Saúde para o município e que se tornou um verdadeiro instrumento de luta da comunidade local.

Assim o trabalho junto à população atingida de Barra Longa se colocou no complexo contexto de limites e desafios que só podem ser superados se considerados elementos presentes no cotidiano da realidade na qual as profissionais se inserem e que demandam a capacidade de leitura crítica das demandas postas ao Serviço Social e comprometimento ético-político com as necessidades dos atingidos.

Do ponto de vista da profissão o trabalho com a população atingida via assessoria técnica é muito rico e favorável a execução do trabalho alinhado ao projeto profissional crítico. No entanto, ele se coloca no bojo da disputa entre uma das maiores mineradoras do mundo e as vítimas de uma das maiores tragédias socioambientais do país, a população atingida, composta na sua maioria por trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, esperamos que esta proposta de estudo contribua nas reflexões sobre o trabalho profissional do Serviço Social crítico a fim de fortalecer estratégias de trabalho alinhadas ao interesse da população.

Referências

ABEPSS. DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro:1996. Disponível em:<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 10/05/2023.

_____. DIRETRIZES CURRICULARES ABEPSS 1999. Disponível em <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf>. Acesso em: 07/06/2023.

ABEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Edição comemorativa trilingue 25 anos das diretrizes curriculares da ABEPSS. 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf>. Acesso em 26/04/2023.

ABRAMIDES, M. B. C. O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

AEDAS. Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social. Promoção da Assessoria Técnica aos atingidos e atingidas pela Barragem de rejeitos da Samarco (Vale e BHP Billiton) em Barra Longa - MG, para a Democratização das Decisões relativas à Reparação de Perdas e Danos. Barra Longa, 2017.

_____.Formação para o seminário CAMF. 2023.

_____.O protagonismo das mulheres na luta pela reparação integral. 2023b.Disponível em: <<O-Protagonismo-das-Mulheres-Atingidas-na-luta-pela-Reparacao-Integral-Cartilha.pdf>> . Acesso em 25/10/2024.

_____. Cartilha Aedas Direito à Moradia Digna, 2021. Disponível em: <<Cartilha sobre a construção do direito à moradia em Barra Longa - Aedas>>. Acesso em 22/06/2025.

ÁLVARO, M. C. Colonização, patriarcado e racismo: uma análise feminista e antirracista de um Brasil oculto e pungente. Revista O Social em Questão - Ano XXVII - nº 60 - Set a Dez /2024. Disponível em: < [67599.PDF](#)>. Acesso em: 23/04/2025.

AMBIOS. Estudo de avaliação de risco à saúde humana em localidades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão-MG. Relatório final. AMBIOS. 2019.

ANTUNES, R. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. Boitempo. 2020.

BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROCO, M. L.S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____. Ética: fundamentos sócio-históricos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Col. Biblioteca Básica do Serviço Social, vol. 4).

BARROCO, M. L. S.; TERRA, Sylvia Helena. O Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. In: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BIHAIN, N. M. A trajetória da educação infantil no MST: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

Brasil. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]

BRASIL. Justiça Federal. Termo de Ajustamento de Conduta (TTAC). Belo Horizonte, 2018.

BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In: A contemporaneidade do capital e o Serviço Social: limites, limites e possibilidades do projeto profissional. Projeto de pesquisa ESS/UFRJ. mimeo. 1999.

CARDOSO, I. C. da C.; BRANDT, D. B. (Orgs.). Produção do espaço, vida cotidiana e serviço social: diálogos com e além de Henri Lefebvre. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYNmzYsP6kf/#>>. Acesso em 07/06/2023.

CFESS. CFESS Manifesta. O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais. Série Conjunta e impacto no trabalho profissional. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess) Vitória (ES), 2 a 7 de dezembro de 2018. Disponível em:<[2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf](#)>. Acesso em 22/06/2025.

COMISSÃO DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS DE BARRA LONGA. Pauta de reivindicações dos atingidos e atingidas de Barra Longa. 2018.

DA CUNHA, A., et. al. Os fatores intrínsecos ao ambiente de trabalho contribuem para a síndrome de Burnout em profissionais de Enfermagem. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, v. 4, p. 29-32, jan./mar. 2012. Disponível em: <[Vista do Os fatores intrínsecos ao ambiente de trabalho como contribuintes da síndrome de burnout em profissionais de enfermagem](#)>. Acesso em 22/06/2025.

DURIGUETTO, M. L.; BALDI, L. A. P. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. In: R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK_Ewjfhams78DxAhXuE7kGHUZXC58QFjABegQIBBAD&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Ffrk%2Fa%2F5yKQcYhZCF9J6GxhYz7dXYs%2F%3Flang%3Dpt%26format%3Dpdf&usq=AOvVaw0ZI08GqXFv1Yqpn5PQQoeG>. Acesso em 30/04/2023.

DURIGUETTO, M. L.; ABRAMIDES, M. B. Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2015.

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 84, p21-36, 2005.

FARIAS, M. C. Mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão (2015): uma análise dos efeitos, dos danos e das violações de direitos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

FERRAREZ, C.S.; BARCELLOS, W. de S. Serviço Social contemporâneo e as lutas sociais: análise dos limites e objetivações do projeto ético-político. SER Social, Brasília, v. 18, n. 38, p. 115-132, jan.-jun./2016

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra. 45ª ed. 2007.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Racismo e o processo de remediação do desastre da barragem de Fundão*. FGV, 2021a. Disponível em: <[Racismo e o processo de remediação do desastre da Barragem de Fundão](#)>. Acesso em 21/06/2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). A violência doméstica contra as mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. FGV, 2021b. Disponível em: <[A violência doméstica contra as mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão](#)>. Acesso em 21/06/2025.

GUERRA. Y. A instrumentalidade do Serviço Social. 2ª ED. São Paulo: Cortez, 1999.

HORST, C. H. M.; CARRARA, V. A. Questão Social, mineração e Serviço Social: Reflexões a partir da região dos inconfidentes. 1.ed. Ouro Preto. Editora UFOP, 2023.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1996.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. Atribuições privativas do(a) assistente social em questão. Brasília, 2002.

_____. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOWY, M. A extrema-direita: Um fenómeno global. Publicado originalmente “The far right: a global phenomenon” pelo site [International View Point](#). Disponível em <<https://racismoambiental.net.br/2019/01/21/a-extrema-direita-um-fenomeno-global-por-michael-lowy/>> e em inglês <https://internationalviewpoint.org/IMG/pdf/the-far-right-a-global-phenomenon_a5890.pdf>. acesso em 28/04/2023.

MAB. MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Análise do MAB sobre o crime causado pelo rompimento da barragem da Samarco (Vale/BHP Billiton). São Paulo: 2016.

MANSUR, S. M; PINTO, G. R; WANDERLEY, J. L. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: LOSEKANN, C; MILANEZ, B. Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio digital, 2016. p. 39-80.

MATOS, M. C. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. CFESS. Brasília, 2009.

_____. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. Assessoria, Consultoria e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 2ª ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1998.

_____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde 14ª ed. São Paulo: Hucitec; 2014.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/03.pdf>>. Acesso em: 02/05/2023.

_____. 80 anos do Serviço Social Brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FFZHrwPtzhMZW5qDVKgRChd/?lang=pt#>>. Acesso em 09/06/2023.

MPMG, MPF, DPMG. ACORDO JUDICIAL PARA REPARAÇÃO INTEGRAL RELATIVA AO ROMPIMENTO DAS BARRAGENS B-I, B-IV E B-IVA / CÓRREGO DO FEIJÃO Processo de Mediação SEI n. 0122201-59.2020.8.13.0000 TJMG / CEJUSC 2º GRAU. 2021. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/Minuta%20versao%20final.pdf.pdf>>. Acesso em 09/06/2023.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 1991.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999).

Oliveira, L. A. S. Apresentação Seminário Serviço Social e a aliança com os povos e populações em luta pela terra e meio ambiente saudável. UFMT, 2025.

PEREIRA. D. M (ORG). Perdas ecossistêmicas (cartilha I): Barra Longa atingida pela ruptura da barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton – volume I. UFOP: Ouro Preto, 2019.

PEREIRA. D. M (ORG). Perdas ecossistêmicas (cartilha II): Barra Longa atingida pela ruptura da barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton – volume I. UFOP: Ouro Preto, 2019b

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, 2005.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D. VIEIRA, N. P. (orgs.). Nova-velha morfologia do trabalho no serviço social - TICS e pandemia. São Paulo: EDUC: CAPES, 2022. Série Serviço Social.

RAICHELIS, R. & ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHRpwQR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15/03/2023.

RAICHELIS. R. intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf>>. Acesso em: 05/05/2023.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nWD4BRgjxy4H54tJtXyxVst/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13/03/2023.

REDE DE MÉDICOS POPULARES. Diagnóstico Situacional de Saúde em Barra Longa. 2016.

SAMARCO MINERAÇÃO. Relatório Anual de Sustentabilidade. 2014. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2020/12/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em 15/12/2023.

SILVA, S. A. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2018.

SILVA e SILVA, M. O. (Org.) ,. O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. [2.ed.](#) São Paulo: Cortez, 2002.

SIMÕES, N. L. H. Autonomia profissional x trabalho assalariado: exercício profissional do assistente social. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal De Juiz De Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/nanci.pdf>> Acesso em: 20/05/2023.

SOUZA, T. R. de; CARNEIRO, K. G. O direito das “pessoas atingidas” à assessoria técnica independente: o caso de Barra Longa (MG). Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais, v. 8, n. 2, p. 187-209, 2019. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/9817>>. Acesso em 01/06/2023.

TEIXEIRA, J. B ; BRAZ, M.. O projeto ético-político do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/522>. Acesso em: 09/06/2023.

TRAD, L. A. B. *Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde*. Physis *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [3]: 777-796, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/gGZ7wXtGXqDHNCHv7gm3srw/?lang=pt>>. Acesso em 07/06/2023.

TOMAZELA, J. M. Samarco passou a acumular mais rejeito em 2014 nas barragens rompidas. Estadão. 8 nov. 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,samarco-passou-a-acumular-mais-rejeitos-em-2014-nas-barragens-rompidas,1792688>. Acesso em: 15/12/2023.

VORMITTAG, E. M. P. A. A. Relatório Instituto Saúde e Sustentabilidade. Município de Barra Longa, Resultado de exames toxicológicos, Propostas de novos estudos, Contextualização sobre os metais encontrados. s.d.

VORMITTAG, E. M. P. A. A.; OLIVEIRA, M. A.; GLERIANO, J. S. Avaliação de saúde da população de Barra Longa afetada pelo desastre de Mariana, Brasil. Revista

Ambiente e Sociedade, Vol. 21, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2018000100405&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 07/06/2024.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teóricometodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. A dimensão política do trabalho do assistente social. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4RNYGqckdySpPrJ6cTmsBSQ/?format=pdf>>. Acesso em: 01/06/2023.

_____. Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 111, São Paulo: Cortez, 2012.

MAB. MOVIMENTOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM. Análise do MAB sobre o crime causado pelo rompimento da barragem da Samarco (Vale/BHP Billiton). 2016. Disponível em: <[ANÁLISE-DO-MAB-SOBRE-O-CRIME-CAUSADO-PELO-ROMPIMENTO-DA-BARRAGEM-DA-SAMARCO-VALEBHP-BILLITON.pdf](#)>. Acesso em 11/09/2024.

MANSUR, S. M; PINTO, G. R; WANDERLEY, J. L. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: LOSEKANN, C; MILANEZ, B. Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio digital, 2016. p. 39-80.

MATOS, M. C. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: MATOS, M.C.; BRAVO, M. I.S. (Orgs.). ASSESSORIA, CONSULTORIA & SERVIÇO SOCIAL. São Paulo: Cortez, 2010. 2.ed.

MATOS, M.C.; BRAVO, M. I.S. (Orgs.). ASSESSORIA, CONSULTORIA & SERVIÇO SOCIAL. São Paulo: Cortez, 2010. 2.ed.

MENDES, J; CABRAL, H; MELO, F. Burnout em profissionais de Serviço Social durante a pandemia de COVID. Revista Temporalis, v. 21, n. 44, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://www.cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2022/09/burnout-em-profissionais-de-servico-social-durante-a-pandemia.pdf>. Acesso em: 17/04/2025.

MILANEZ, B; MAGNO, L; SANTOS, R. S. P; COELHO, T. P; PINTO, R. G; WANDERLEY, L. J. M; MANSUR, M. S; GONÇALVES, R. J. A. F. Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, v. 3, n. 1, p. 1–114, 2019.

MILANEZ, Bruno.; LOSEKANN, Cristiana. (org). O desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016. v. 1

RAICHELIS, R; ARREGUI, C.C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. Serviço Social e Sociedade, n. 140, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sss/a/fio-da-navalha>. Acesso em: 17/04/2025.

ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (org). Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. Marabá: Iguana Editorial, 2016. v. 2.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N., OLIVEIRA, R., ZUCARELLI, M., LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. F. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. Ciência e Cultura, v. 68, n. 3, p. 36–40, set. 2016.

ZHOURI, Andréa (org.). Mineração, violências e resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1. ed. Marabá: Iguana Editorial; ABA, 2018.

Anexos

Anexo 1: Roteiro orientador da entrevista

Roteiro para entrevista da Pesquisa “O trabalho do/da assistente social e o Projeto Ético-político do Serviço Social: Análise da contribuição do Serviço Social na assessoria técnica dos atingidos em Barra Longa/MG”.

I. Parte inicial

- Cumprimentar e agradecer a participação;
- Apresentar os objetivos da pesquisa e da escolha das integrantes do grupo focal.
- Informar sobre as formas de registro do trabalho (gravação de áudio e vídeo, se houverem);
- Informar sobre o anonimato das participantes;
- Apresentar o termo de consentimento livre e esclarecido e solicitar o seu preenchimento;
- Perguntar se a pessoa tem alguma questão ou dúvida. Se houver, responder às questões ou dúvidas.
- Informar que a pessoa pode solicitar a interrupção da entrevista a qualquer momento.
- Verificar se é possível iniciar as questões;

II. Desenvolvimento

1. Qual a idade da profissional?
2. Qual o ano de conclusão da graduação das profissionais?
3. Qual o tempo de exercício profissional das profissionais?
4. Como você compreende o papel do Serviço Social na experiência de Barra Longa?
5. Quais as suas referências teórico-metodológicas?
6. Quais as suas referências ético-políticas?

7. Em sua opinião, como estas referências, teórico-metodológicas e ético-políticas, se relacionam com o seu trabalho na experiência de Barra Longa?
8. Como você avalia a autonomia profissional do Serviço Social na experiência de Barra Longa?
9. Como você avalia a relação entre as suas condições de trabalho e o trabalho do Serviço Social na experiência de Barra Longa?
10. Como você compreende o Projeto Ético-político do Serviço Social?
11. Você percebe alguma relação entre o trabalho do Serviço Social na experiência de Barra Longa e o Projeto Ético-político?
12. Como você avalia a sua relação profissional com os atingidos na experiência de Barra Longa?
13. Quais os principais limites do trabalho do Serviço Social na experiência de Barra Longa?
14. Quais as principais possibilidades do trabalho do Serviço Social na experiência de Barra Longa?
15. Qual a principal contribuição do Serviço Social na experiência de Barra Longa?

III. Parte Final

- Informar o término das questões.
- Solicitar a exposição de observações de algo particular que se relacione com a temática da discussão, e que não esteve na pauta do roteiro, mas que gostariam de abordar;
- Agradecer novamente a participação.

Anexo 2: Roteiro de análise das entrevistas

- 1 – Observar se a fala das profissionais apresentam referências teórico-metodológicas de autores/autores notadamente vinculados/as ao projeto

ético-político crítico, tais como, Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Maria Carmelita Yazbek, Maria Beatriz Abramides;

2 - Se na fala das profissionais aparecer a referência a obras não vinculadas a perspectiva crítica destacar a sua menção no texto e relacioná-lo com a descrição do trabalho executado pela profissional a fim de verificar se é possível identificar como as profissionais manifestam no seu cotidiano profissional a orientação ético-política adotada. Nestes casos é necessário realizar levantamento sobre o perfil do/da autor/autora e de sua produção.

3 –Ao observar a fala das profissionais caso identifique elementos que sinalizem o recurso ao Código de ética profissional; a Lei de regulamentação da profissão; Regulamentações do conjunto CFESS/CRESS; se recurso a proposta de trabalho alargadoras da participação social e da autonomia das pessoas classificá-las como ético-políticas e técnico-operativas ligadas ao projeto profissional crítico.

4 – Ao observar as falas das profissionais caso identifique elementos que sinalizem, por exemplo, a defesa ou recurso a legislações punitivistas, higienistas e /ou limitadoras da participação social e acesso a direitos considerados fundamentais, o emprego de propostas de trabalho limitadoras da participação social e do acesso a direitos e a cidadania classificá-la como ético-políticas tradicionais conservadoras

Observar na fala das profissionais a partir dos seguintes elementos:

- 1) Análise do/da profissional sobre a realidade e sua relação com a totalidade social;
- 2) A inserção do Serviço Social na instituição, suas atribuições e as demandas apresentadas ao profissional pela instituição;
- 3) Concepção de profissão (significado social da profissão e compreensão do Serviço Social inserido na divisão sociotécnica do trabalho);
- 4) Compromisso com a qualificação dos serviços prestados pelo Serviço Social; Referência aos usuários (na sua condição de classe);
- 5) Compromisso com as demandas apresentadas pelos usuários;
- 6) Posicionamento em favor do avanço das políticas sociais universais;

- 7) Utilização de estratégias democráticas;
- 8) Elementos do Projeto profissional crítico considerados na intervenção.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título **SERVIÇO SOCIAL E ASSESSORIA TÉCNICA: A EXPERIÊNCIA JUNTO ÀS PESSOAS ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM BARRA LONGA/MG**, desenvolvida pela pesquisadora **Juliana Aparecida Cobuci Pereira**, RG 14.368.489 SSPMG e CPF 071.413.186-58 doutoranda em **Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. O objetivo do estudo é destacar as determinações presentes no trabalho dos/das assistentes sociais que permitem identificar ou evidenciar o vínculo entre o trabalho e o projeto profissional crítico a partir da experiência de trabalho do Serviço Social na assessoria técnica dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Barra Longa/MG. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo. A pesquisa cumpre as exigências ao sigilo e aspectos éticos conforme instituído na Resolução n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O convite a sua participação se deve à sua atuação no projeto de assessoria técnica desenvolvido pela Associação de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) em Barra Longa, entre 2017 e 2021. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você poderá voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento sem que isto cause prejuízo nem represálias de qualquer natureza. Caso você aceite o convite para participar da pesquisa e após ler atentamente e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), deverá responder algumas perguntas sobre a contribuição do Serviço Social na experiência de assessoria da AEDAS em Barra Longa/MG.

Se surgir alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável **Juliana Aparecida Cobuci Pereira**, ou com a orientadora da pesquisa professora **Dra. Maria Carmelita YAZbek**, nos telefones

(31) 98118-5767 (Claro/WhatsApp); (11)99137-5339, 24 horas por dia, 7 dias por semana ou através do e-mail julianacobucci@hotmail.com, para esclarecimentos antes, durante e após o término da pesquisa sobre a metodologia utilizada bem como os resultados esperados e obtidos.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos deste estudo, e sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, localizado no térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo), na sala 63-C, na rua Ministro Godói, 969 – Perdizes - São Paulo – SP – CEP: 050015-001, telefone: (11) 3670-8466, funcionamento: Das 11:00 às 13:00 de 2ª à 4ª feira e das 15:30 às 17:00 de 5ª a 6ª feira. O Comitê de Ética em Pesquisa é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinada ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética dos projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Para participar desse estudo você precisará responder uma entrevista e participar de um grupo focal bem como concordar que as respostas sejam gravadas em áudio e vídeo para posterior transcrição na íntegra, garantindo a fidedignidade das respostas, que serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo a não ser que essa seja a sua vontade. A entrevista poderá ocorrer em local, data e horário escolhido por você. A entrevista poderá ser virtual, se você preferir, e terá como base um roteiro com perguntas abertas elaboradas pela pesquisadora. O grupo focal ocorrerá de maneira virtual e ocorrerá a fim de realizar um diálogo com as demais pessoas convidadas a participar deste estudo sobre os pontos de destaque observados pela pesquisadora nas entrevistas.

O tempo de duração das duas atividades, entrevista e grupo focal, é de aproximadamente 120 minutos cada uma. As perguntas foram elaboradas de forma ética, com linguagem acessível e específica a fim de evitar ou minimizar qualquer possibilidade de danos ou mesmo constrangimentos. Esclareço ainda que caso seja necessário e se identificarmos que a entrevista ou o grupo focal não foram

suficientes e/ou não estejam claras, retornaremos alguns pontos para dimensionar o objeto, optando assim por um segundo momento de entrevista.

Sua participação neste estudo é importante, considerando que poderá trazer dados novos, produzir conhecimento sobre a experiência do Serviço Social em assessoria técnicas de pessoas atingidas por desastres da mineração com recorte na experiência da AEDAS em Barra Longa/MG, trazendo benefícios como visibilidade a esse processo histórico e contribuição com a área do estudo e a produção do conhecimento.

Justifica a pesquisa ora proposta por considerar a experiência de assessoria técnica em Barra Longa/MG, ocorrida entre 2017 e 2021, emblemática para o trabalho dos/das assistentes sociais no sentido de favorecer a compreensão sobre como se constroi o processamento do trabalho referenciado no projeto profissional crítico e quais as suas principais marcas ou características a fim de fortalecer a perspectiva do projeto profissional crítico e demonstrar a potencialidade do trabalho alinhado ao projeto hegemônico.

Toda pesquisa com seres humanos envolve desconfortos e *riscos*. Nesta pesquisa, os desconfortos e riscos podem estar relacionados a possíveis constrangimentos ao expor seus sentimentos, percepções, vivências pessoais, emoção frente aos conteúdos abordados nas questões da entrevista, o tempo despendido durante a coleta de dados, além de cansaço em responder às perguntas, bem como constrangimento ao expor suas opiniões e ideias pessoais. Para minimizar qualquer incômodo/cansaço/constrangimento é assegurado a você, o direito de recusar a responder questões se assim você o desejar. A pesquisadora assume ainda, o compromisso de estar atenta aos sinais verbais e não verbais do desconforto. Caso ocorra a necessidade de interromper a pesquisa ou verificada a necessidade de assistência médica, psicológica a mesma será feita de forma integral e gratuita seja por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios pelo período que se fizer necessário mesmo após o encerramento da pesquisa, lembrando que o seu retorno a pesquisa ficará disponível caso haja liberação médica e interesse de sua parte em dar continuidade. Além dos riscos já mencionados, há a possibilidade do risco de quebra de sigilo. Salienta-se que, esta pesquisa buscará trabalhar de forma a evitar

a sua ocorrência como medida de proteção, todos os dados coletados serão registrados sem menção aos dados de identificação do (a) participante. Todos os documentos relativos à pesquisa ficarão sob guarda e confidencialidade da pesquisadora em local restrito pelo prazo de (5) cinco anos, após, esse período será descartado, de acordo com a legislação vigente.

A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Quando da apresentação dos resultados em sessão pública de defesa da tese, ou em relatórios individuais com os resultados para os (as) participantes do estudo, artigos científicos, asseguro que você não será identificado (a), pois será nominado (a) por pseudônimo a fim de se garantir o anonimato e o sigilo de suas opiniões.

Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação na pesquisa. Caso seja necessária sua presença para atender à solicitação da pesquisa, fica-lhe assegurado o pagamento de despesa com alimentação e transporte. Entretanto, você tem direito de pleitear indenização em casos de danos, comprovadamente, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Após ler com atenção este documento e receber os esclarecimentos e as informações necessárias sobre a pesquisa, caso aceite fazer parte do estudo, rubricar todas as páginas e assinar ao final deste documento, o mesmo procedimento será feito pela pesquisadora. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora e a outra será fornecida a você.

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu declaro que concordo em participar dessa pesquisa por compreender que a mesma trata da contribuição do Serviço Social na experiência de assessoria técnica em Barra Longa/MG e que eu sou sujeito dessa história. Compreendi que os dados serão tratados com confidencialidade, bem como todas as informações que se fizerem necessárias para contribuir aos objetivos da pesquisa ora apresentada. Declaro ainda que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Eu entendi os objetivos e condições de minha participação, assim como,

procedimentos e métodos, os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Fui esclarecida que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Betim, de de 2024.

Assinatura do Participante

DATA / /

Assinatura do Pesquisador

DATA / /